

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

NATÁLIA ALVES DA SILVA

FEMINISMO NEGRO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
AS OCUPAÇÕES URBANAS EM UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL-ESPACIAL

BELO HORIZONTE
2018

NATÁLIA ALVES DA SILVA

FEMINISMO NEGRO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO:
AS OCUPAÇÕES URBANAS EM UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL-ESPACIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professora Doutora Natacha Rena.

BELO HORIZONTE
2018

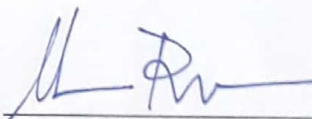
FICHA CATALOGRÁFICA

Código Cutter (campo preenchido pela biblioteca).	Silva, Natália Alves. Feminismo negro e produção do espaço [manuscrito] : as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial / Natália Alves da Silva. - 2018. 126f. : il. Orientador: Natacha Silva Araújo Rena. – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 1. Assunto 1 Ocupações urbanas. 2. Assunto 2 Interseccionalidade. 3. Assunto 3 Feminismo Negro. 4. Assunto 4 Segregação.I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título. CDD (campo preenchido pela biblioteca).
--	--

Ficha catalográfica: campo preenchido pela biblioteca.

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 30 de agosto
de 2018 pela Comissão Examinadora:

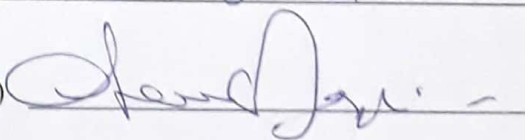
Profª. Dra. Natacha Silva Araújo Rena (Orientadora-EA/UFMG)



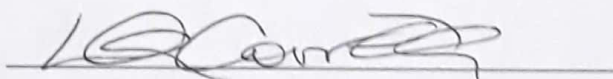
Profª. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes (EA/UFMG)



Profª. Dra. Claudia Andréa Mayorga Borges (FAFICH/UFMG)



Profª. Dra. Laura Guimarães Corrêa (FAFICH/UFMG)



Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 31 de agosto de 2019 pela Comissão Examinadora:

Profª. Dra. Natacha Silva Araújo Rena

(Orientadora – EA-UFMG)

Profª. Dra. Marcela Silviano Brandão Lopes

(EA-UFMG)

Profª. Dra. Claudia Andréa Mayorga Borges

(FAFICH-UFMG)

Profª. Dra. Laura Guimarães Corrêa

(FAFICH-UFMG)

RESUMO

A Ocupação Rosa Leão é uma das três ocupações da região da Izidora, Belo Horizonte, Minas Gerais, estando entre as protagonistas de um dos maiores conflitos fundiários do país, envolvendo cerca de 30 mil pessoas. Nesse contexto a dissertação tem como objetivo discutir a interseccionalidade como ferramenta espacial, a partir das histórias da Ocupação Rosa Leão, contadas da experiência das mulheres negras moradoras da ocupação. Essa proposta se sustenta a partir da construção de um espaço de contribuição, chamado de encruzilhada, envolvendo as moradoras da Ocupação, a pesquisadora, militantes e ativistas no território e intelectuais, que se revezam nesse espaço, deixando suas contribuições. A proposta baseia-se ainda no pensamento feminista negro, em especial, o debate sobre epistemologia feminista negra e a teoria do ponto de vista, desenvolvida por esse pensamento. Partindo dessa perspectiva, busca-se localizar a interseccionalidade como uma formulação que parte do pensamento feminista negro, para propor a simultaneidade das relações de opressão de gênero, raça, classe, sexualidade e outras na sociedade, formando uma complexa trama, que envolve opressão e ativismo. Por outro lado, esse pensamento aponta para a complexidade e transescalaridade das relações de poder e dominação, desafiando modelos binários de opressor-oprimido. A partir dessa costura e do caso situado da Ocupação Rosa Leão, será tecida a proposta de interseccionalidade espacial como o reconhecimento de que a interseccionalidade é um processo espacial que se dá nos, pelos, sob e entre os corpos. Nesse sentido se reconhece que a espacialidade é interseccional, sendo raça, classe, gênero e espaço processos constitutivos. Nessa construção, o espaço é considerado como encontro, multiplicidades e abertura. Assim, a produção do espaço é, ao mesmo tempo, a produção simultânea de subjetividades marcadas.

Palavras-chave: Rosa Leão, feminismo negro, rememoração, interseccionalidade, espaço, interseccionalidade espacial, pesquisa militante.

ABSTRACT

The Rosa Leão Occupation is one of the three occupations in the Izidora region, Belo Horizonte, Minas Gerais, among the protagonists of one of the country's largest land conflicts, involving about 30,000 people. In this context, the dissertation aims to discuss intersectionality as a spatial tool based on the stories of the Rosa Leão Occupation, from the experience of the black women living in the occupation. This proposal is based on the construction of a space of contribution, called a crossroads involving the inhabitants of the Occupation, the researcher, militants and activists in the territory and intellectuals, who take turns in this space leaving their contributions. The proposal also is based on black feminist thought, especially the debate on feminist black epistemology and the theory of the point of view, developed by this thought. From this perspective, we seek to locate intersectionality as a formulation that starts from black feminist thought, to propose the simultaneity of relations of oppression of gender, race, class, sexuality and others in society, forming a complex plot that involves oppression and activism. On the other hand, this thought points to the complexity and transescalarity of the relations of power and domination, challenging binary models of oppressor-oppressed. From this seam and the situated case of the Rosa Leão Occupation, the proposal of spatial intersectionality will be woven as the recognition that intersectionality is a spatial process that takes place in, through, under and between bodies. In this sense it is recognized that spatiality is intersectional, being race, class, gender and space constitutive processes. In this construction space is considered as encounter, multiplicities and openness. Thus the production of space is at the same time the simultaneous production of marked subjectivities.

Keywords: Rosa Leão occupation, black feminism, remembrance, intersectionality, space, spatial intersectionality, militant research.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BH – Belo Horizonte

BP – Brigadas Populares

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MG – Minas Gerais

MLB – Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas

MLPM – Movimento de Luta Pela Moradia

ONU – Organização das Nações Unidas

PPP – Parceria Público-Privada

PSB – Partido Socialista Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

S/A – Sociedade Anônima

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Izidora	
Mapa 2 – Rosa Leão e entorno	
Mapa 3 – Ocupações da Izidora e Quilombo Mangueiras	
Mapa 4 – Mapa da Izidora com propostas de loteamento aprovadas	
Mapa 5 – Ocupações da Izidora e Quilombo Mangueiras sobrepostos pelas Via 540 prevista na OUS-Isidoro	
Mapa 6 - Ocupações da Izidora e Quilombo Mangueiras sobrepostos pela via 540 e pelo empreendimento do programa Minha Casa, Minha Vida, previstos na OUS-Isidoro	

LISTA DE IMAGENS

- Foto 1 – Formatura das mulheres do grupo “Diamantes do Rosa” em corte e costura
- Foto 2 – Maria do Carmo no desfile das mulheres da Rosa Leão
- Foto 3 – Estandarte construído a partir do retrato falado da Rosa Leão
- Foto 4 – Exposição Encontra-se, na foto Mariana Karen, jovem moradora da Rosa Leão
- Foto 5 – Construção da linha do tempo na Ocupação Rosa Leão
- Foto 6 – Cartilhas produzidas coletivamente a partir das oficinas de autoconstrução
- Foto 7 – Cartilhas produzidas coletivamente a partir das oficinas de autoconstrução
- Foto 8 – Ocupação no Zilah Spósito
- Foto 9 – Área de banheiro e tanque, 1995
- Foto 10 – Recorte do jornal Estado de Minas de 20 de fevereiro de 1997
- Foto 11 – Recorte do jornal Estado de Minas de 21 de fevereiro de 1997
- Foto 12 – Maria do Carmo de sua janela

Foto 13 – Rosa Leão

Foto 14 – Retrato falado

Foto 15 – Ocupação Rosa Leão em julho de 2013

Foto 16 – Ocupação da Prefeitura de Belo Horizonte

Foto 17 – Funcionários da prefeitura cercam área de proteção ambiental depois do remanejamento das famílias da Rosa Leão firmado em acordo com a Prefeitura

Foto 18 – Panfleto jogado pelos helicópteros da polícia para os moradores da Izidora

Foto 19 – Dona Wanda, quilombola do Quilombo de Mangueiras e fundadora terreiro Ilé Asè Odé Safé Edún Ará

Foto 20 – Mulheres da Ocupação Rosa Leão ocupam o CRAS-Zilah Spósito em jornada de lutas do Dia Internacional da Mulher

Foto 21 – Ocupação do CRAS, 8 de Março de 2016

Foto 22 – Oficina de autoconstrução com as mulheres da Ocupação Rosa Leão para a construção do espaço comunitário da ocupação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
a) Desafios e tensões	14
b) Memória afetiva do percurso de investigação	19
1. DA OCUPAÇÃO AO QUILOMBO	29
1.1. A Rosa e a Rosa	31
1.2. O Quilombo Izidora	52
1.3. As redes das mulheres	66
2. FEMINISMO NEGRO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	75
2.1. Inquietações de raiz	77
2.2. Os feminismos no plural	83
2.3. Outros lugares e sujeitos do conhecimento	85
2.4. Estereótipos e imagens de controle das mulheres negras	88
2.5. A importância da autodefinição	91
2.6. A interseccionalidade	95
2.6.1. Interseccionalidade estrutural	97
2.6.2. Interseccionalidade política	97
2.6.3. Representação interseccional	98
2.7. A interseccionalidade e a matriz de dominação	98
3. FEMINISMO NEGRO E ESPAÇO: A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ESPACIAL	104
3.1. Tecendo o espaço	106
3.1.1. Espaço é encontro	107
3.1.2. Espaço é multiplicidade	112
a) Redes de cuidado	113
b) Autoconstrução e as relações de gênero	117
3.1.3. Espaço é abertura	120

3.2. Geografias de poder	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

INTRODUÇÃO

A dissertação tem como objetivo discutir a interseccionalidade como ferramenta espacial, a partir das histórias da Ocupação Rosa Leão, Izidora, Belo Horizonte, contadas por meio da experiência das mulheres negras moradoras da ocupação. Essa proposta é apresentada em três partes: a) a formulação de narrativas históricas da ocupação; b) a revisão do acúmulo teórico do feminismo negro e a formulação da interseccionalidade; e c) a discussão sobre a interseccionalidade como ferramenta espacial, aposta elaborada a partir do diálogo com o caso situado. Essas três partes se constituem em um movimento de fluxo e refluxo da dissertação.

Na **primeira parte**, o texto tece uma narrativa de rememoração, inspirada em uma encruzilhada discursiva entre Conceição Evaristo, Lélia Gonzales e Walter Benjamin. Nesse cruzamento, as experiências das mulheres são costuradas com experiências do passado e do presente de lutas da regional Norte de Belo Horizonte, buscando reativar a memória dos oprimidos a partir da memória cultural ancestral das mulheres negras, em um movimento de fluxo quase ensaístico do texto. O encontro com as mulheres da Ocupação aparece construindo a minha narrativa, em suas próprias vozes transcritas por mim, grafadas em itálico, em existência independente no texto. Essa parte também se constrói em diálogo com teses, dissertações e documentos sobre a Izidora e sobre a política habitacional em Belo Horizonte, que estão incorporadas na narrativa e nas notas de rodapé, a fim de precisar dados, informações e agentes no conflito. A aposta central da primeira parte é responder que outras histórias da Rosa Leão podemos contar quando deslocamos o lugar de enunciação para as mulheres negras moradoras. Essa não é uma pergunta retórica e tem um sentido político e epistemológico central. Ambos sentidos estão desenvolvidos nas partes seguintes, pois foi a partir dessas histórias e das experiências compartilhadas que foi possível concluir a importância da interseccionalidade, abrindo caminho para considerá-la como uma ferramenta espacial.

Na **segunda parte**, a dissertação assume um movimento de refluxo, para desenvolver uma revisão das contribuições do feminismo negro e apresentar algumas de suas principais

intelectuais. O pensamento feminista negro é aqui considerado como o conjunto das tradições intelectuais distintas e heterogêneas do feminismo, construídas a partir da localização social de mulheres negras como uma coletividade em várias partes do mundo. Esse pensamento se constitui com base nas experiências de ativismo desenvolvidas por essas mulheres em seus processos de resistência frente às opressões cruzadas. Nessa abordagem, enfatizo que a interseccionalidade advém dessa tradição.

A interseccionalidade e outras perspectivas desenvolvidas a partir do ativismo das mulheres negras têm ganhado cada vez mais destaque nos espaços acadêmicos, o que tem contribuído para sua difusão e aceitação e, ao mesmo tempo, gerado longos debates, polêmicas e críticas. Buscarei argumentar que o interesse pela interseccionalidade no presente trabalho se deve ao fato de ela ter se tornado uma ferramenta potente para dialogar com o caso situado. No entanto, não tenho um compromisso com um debate categorial.

Na **terceira parte**, retomo o fluxo inicial para apresentar a aposta na interseccionalidade como ferramenta espacial no caso situado da Ocupação Rosa Leão. Com isso não quero reivindicar nem uma astúcia intelectual particular, nem a formulação de uma teoria generalizável para outros espaços e outras ocupações. Embora seja uma aposta que pretende disputar o campo do conhecimento objetivo crítico (HARAWAY, 1995), entendo a interseccionalidade espacial como um produto da vivência com as mulheres da Ocupação Rosa Leão, assim como um produto da minha angústia em ver a reiterada invisibilização dos corpos, dos processos e da resistência negras e femininas na produção do espaço.

Nessa parte, a interseccionalidade cruza-se com o pensamento da geógrafa Doreen Massey, em especial com a formulação sobre o conceito de espaço. Essa sinergia foi potente para desenvolver o argumento de que as distintas relações de poder – e suas inter-relações produzidas em torno de raça, classe, sexualidade e gênero produzem espaço.

a) Desafios e tensões

A construção dessa pesquisa implicou desafios significativos, sendo um dos mais complexos a tensão permanente entre a pesquisadora e a militante, que se traduzia em uma preocupação em como expor a história de vida das moradoras e construir as narrativas presentes no capítulo 1 e as reflexões subjacentes. Como encontrar uma voz no texto que não reificasse o espaço e as próprias mulheres? Como criar o espaço para que elas fossem parceiras da pesquisa e não objetos? Essas dúvidas me paralisaram muitas vezes. Por outro lado, tais dúvidas acabaram servindo de estímulo à reflexão e à criatividade, resultando em um aumento da intimidade com as mulheres da Ocupação. Explico-me.

Conheci a Ocupação Rosa Leão em junho de 2013. À época, militava, dentre outros espaços de atuação, no Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Quando soubemos da ocupação, no contexto das “Jornadas de Junho”, definimos algumas incursões até o local para entender melhor o que estava acontecendo, conversar com as ocupantes, participar das assembleias e debater com os outros movimentos envolvidos. Assim, eu fui ao território, naquele junho, com a convicção de que se tratava das primeiras semanas da ocupação. De fato o clima parecia de início, com muitos materiais, lona, tábua, madeirite, chegando o tempo todo. Conversamos com alguns moradores, participamos das reuniões e a partir daí passamos a acompanhar o processo de negociação junto com as coordenações das ocupações, as Brigadas Populares, o Frei Gilvander, da Comissão Pastoral da Terra e demais apoiadores, como os advogados populares e arquitetos.

Na Rosa Leão, minha atuação ficou voltada para a formação política com as lideranças e para o trabalho de base junto às mulheres. Esse trabalho era bastante potente, embora sempre sofrendo muitas interrupções, tendo em vista a necessidade de empregar todas as energias na resistência ao despejo, que implicava na construção de barricadas e nas vigílias que entravam noite afora. A relação de confiança e amizade que estabeleci com algumas moradoras e coordenadoras, as informações que compartilhamos sobre os conflitos no território e sobre questões íntimas das

mulheres, ditas nas rodas de conversa, ao mesmo tempo que estimulavam a reflexão me deixavam com muitas dúvidas sobre como me colocaria diante delas como pesquisadora.

Como militante sempre vi a academia e sua relação com os sujeitos marginalizados com desconfiança. Achava que se tratavam, majoritariamente, de elucubrações dissociadas da prática e da luta e referenciadas em objetivos individualistas baseados na promoção pessoal. Nesse jogo, os subalternizados aparecem como objetos de pesquisa, que dão um pouco de carne e corpo aos textos entrecortados com as teses de algum acadêmico europeu sacralizado. A consciência de ser uma mulher negra, proveniente de uma família pobre de trabalhadores negros rurais, obrigados a migrar para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida, me inclinava a ser mais identificada com os *objetos* das pesquisas do que com os *sujeitos* pesquisadores, uma vez que a academia é um lugar onde menos de 3% dos professores doutores são mulheres negras.¹ Em *A teoria como prática libertadora*, bell hooks afirma que a teoria é uma prática social.² Essa afirmação me permitiu aprofundar a reflexão. Não se trata de reforçar argumentos baseados em uma divisão entre teoria e prática, comuns nos círculos militantes, e que acaba resvalando para um anti-intelectualismo, uma vez que a teoria é necessária aos processos de luta. É preciso perguntar-se com o que e com quem essa prática social está comprometida (hooks, 2013). Com isso, hooks também afirma que não há registro acadêmico neutro. Há sempre um comprometimento.

Embora o contato com teorias, professores, pesquisadores e experiências diversas de pesquisa tenham contribuído para matizar minha visão anterior, tinha uma grande preocupação em não reproduzir a lógica que tanto criticava, sobretudo porque, embora sejamos parceiras, não sou uma das mulheres negras moradoras da Ocupação. Além disso, como lembra a escritora negra estadunidense Alice Walker (1983: 08), “escrever os livros que se quer ler é apontar a direção da visão e, ao mesmo tempo, segui-la”. Assim, escrever a dissertação foi um exercício de

¹ Esse assunto será discutido na parte 2. Para mais informações em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> Acesso em: 25/06/2018.

² bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, intelectual estadunidense fundamental para a elaboração do feminismo negro. hooks adota a postura política de escrever seu nome em minúsculas para afirmar que o conteúdo de sua obra é mais importante que sua figura. Em respeito a sua postura, esse trabalho grifa seu nome em minúsculas.

desenvolver diretrizes e críticas para a pensar a realidade e os textos que li e, ao mesmo tempo, verificar permanentemente se eu mesma as estava aplicando em meu trabalho enquanto o criava.

Simultaneamente, esse lugar de pesquisadora me proporcionou uma reflexão crítica sobre a minha própria militância. Muitos pensamentos que problematizo ao contar as histórias das mulheres na Ocupação Rosa Leão também eram construídos e compartilhados por mim naquela época. Trata-se de uma crítica que também é autocrítica.

As conversas com as moradoras permitiram-me delinear os contornos da dissertação e construir alguns caminhos, plasmados agora nesse material. Por outro lado, minha posição como pesquisadora militante – atravessada por várias camadas de opressões cruzadas, cuja dinâmica procuro discutir – não me deixou a salvo de ser objeto de outras pesquisas. Constató, com pesar, que algumas oficinas e encontros que coordenei se tornaram material de campo de outros trabalhos acadêmicos, sem a devida autorização nem a mim nem às participantes dos eventos. Portanto, a ausência de voz ou de uma autoridade naturalmente reconhecida parece ser um *status* que nós compartilhamos em determinados momentos.

Collins (2016) define o lugar especial como aquele ocupado por intelectuais negras e outros grupos marginalizados em contextos acadêmicos como *outsider within*, termo que poderia ser traduzido como “forasteiro ou estrangeiro de dentro”. Para ela, no caso da academia, a marginalidade a que estamos submetidas gera maiores desajustes entre os paradigmas hegemônicos da produção do conhecimento e as experiências. Como se trata de construções e não de posições essenciais, essa contradição pode ser diminuída pela socialização baseada nesses paradigmas hegemônicos e nos padrões culturais do campo onde se pesquisa.

Sob outra perspectiva, Collins chama atenção para a importância de se manter no *status* de *outsider within* como uma posição de estímulo à criatividade e à crítica, assentadas na conjugação entre o treinamento acadêmico e a experiência vivida. Tal posição é possível, embora seja uma posição muitas vezes dolorosa, porque leva ao incômodo, à desidentificação e à suspeita permanente em relação às teorias e práticas hegemônicas, o que pode ser difícil. Essa pode ser uma localização social estimulante à produção do conhecimento e ao debate democrático e

transformador. Ao longo do meu trabalho, busquei esse lugar de incômodo, problematizando os pressupostos daquilo que estava lendo e, sobretudo, tentando me comprometer com aquelas experiências que eu estava ouvindo.

De fato, os espaços acadêmicos, em geral, têm uma carga histórica a favor dos grupos dominantes. Historicamente, o estudo de grupos subalternizados reproduzem e justificam as hierarquias de classe, gênero, raça e sexualidade. Assim, ao estudar *o outro* baseado em modelos positivistas, os pesquisadores o produzem como um problema, normalizando o lugar branco, europeu, masculino como se fosse universal. Assumindo essa lógica, a pesquisa acaba por reproduzir em suas práticas as relações hierárquicas que supõe criticar. (HARAWAY, 1995; hooks, 2013; CURIEL, 2011 e 2017)

Uma perspectiva crítica-comprometida rechaça a suposta neutralidade, afirmando que todo conhecimento é produzido de uma determinada posição social, o que Donna Haraway (1995) chama de *conhecimento situado*. Logo, é lícito dizer que não há neutralidade na academia. Patricia Hill Collins (2000) chama atenção para a aposta de que a localização de grupos em relações hierárquicas de poder produz desafios comuns para indivíduos nesses grupos. Além disso, experiências compartilhadas podem fomentar ângulos de visão semelhantes, levando ao conhecimento do grupo ou ponto de vista considerado essencial para uma ação política informada, o que ela intelectual chama de *ponto de vista das mulheres negras*.

Chandra Talpade Mohanty (2008) parece ir em direção semelhante quando mostra que, desde as posições marginais, é possível interrogar as identidades hegemônicas. Para ela, pode-se ler a escala ascendente do privilégio, fazer visível os mecanismos do poder a partir das vidas e interesses das comunidades marginalizadas de mulheres, “que são quem leva a carga mais pesada da globalização” (MOHANTY, 2008: 430). A afirmação não é que toda a situação marginalizada seja capaz de produzir um conhecimento crucial sobre o poder e a desigualdade, mas que, dentro de um sistema capitalista solidamente integrado, o ponto de vista particular de mulheres do terceiro mundo/sul oferece uma visão mais inclusiva do poder sistêmico do capitalismo global. Igualmente assinala-se que estas experiências de gênero, classe e raça da globalização abrem espaço para formular perguntas sobre conexões e desconexões entre o local e o global, além de

gerar alianças entre movimentos ativistas de mulheres de todo o mundo (MOHANTY, 2008: 445).

Embora todos os posicionamentos devam passar por uma reavaliação crítica, essas perspectivas são preferidas porque, em princípio são as que têm menor probabilidade de incorrer na negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento, por terem ampla experiência com os modos de negação veiculados pela repressão, pelo esquecimento e pelos atos de desaparecimento (HARAWAY, 1995: 26). Essas duas ferramentas epistêmicas, o *conhecimento situado* e a *teoria do ponto de vista*, foram potentes para treinar o olhar necessário a elaboração dessa pesquisa, e estão desenvolvidas na parte 2.

O método foi construído de maneira processual, no decurso da pesquisa. Como ia à ocupação frequentemente para participar de atividades diversas, adotei os cadernos de campo para registrar as memórias do dia e questões relevantes a serem observadas ou desenvolvidas *a posteriori*.³ Em seguida, além de utilizar os cadernos, a pedido das mulheres, passamos a realizar rodas de conversa sobre temas variados.

Com o material registrado, passei a desenvolver algumas conversas individuais e em grupos menores para discutir o conteúdo específico da minha pesquisa. Estava interessada em negociar o texto com elas e, ao mesmo tempo, saber o que elas gostariam de ver registrado. Fiquei extremamente surpresa com a receptividade da proposta. Conversei ao todo especificamente com doze mulheres e todas elas dispuseram um tempo enorme para me dizer o que queriam ver registrado e relembrar conversas e *causas*. A maioria delas focou seus relatos em momentos de dor que passaram na ocupação e em outros momentos de sua vida. Em alguns momentos, tentei conduzir a conversa para momentos mais felizes e sonhos. Elas corresponderam, mas queriam mesmo era contar os sofrimentos vivenciados. Busquei, então, teorizar a partir deles. Naquelas conversas descobri coisas sobre as quais não sabia, apesar de já decorridos cinco anos de convivência. Concomitantemente, tive medo que o texto final reproduzisse estereótipos que colocassem as mulheres em um lugar de vitimização.

³ Os registros do caderno de campo e outros material da pesquisa serão apresentados em forma de apêndice da presente dissertação.

No entanto, bell hooks chamou-me atenção para a importância desse gesto. A intelectual relata que ela própria chegou à teoria porque estava machucada. “Cheguei a teoria desesperada, querendo compreender – apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim” (hooks, 2013: 83). Para ela, a teoria foi um local de cura. No entanto, “a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim” (hooks, 2013: 86). Com efeito, quando peguei pela primeira vez um exemplar do *Manifesto Comunista* de Marx nas mãos, há 19 anos atrás, estava desesperada por entender porque havia tantas pessoas miseráveis nas ruas e o que minha família tinha feito de tão errado para ser pobre. Naquele momento, parecia que todas as respostas estavam ali, naquelas páginas. Esse pareceu ser um gesto de cura que abriu caminho para longos anos de militância, nos quais novas inquietações e novos momentos de cura se abriam permanentemente.

Não se trata, conforme hooks afirma, de um gesto fácil dar nome à nossa dor e teorizar a partir desse lugar. No entanto, esse é o único gesto capaz de fazer a dor ir embora. Fazer teoria partindo de um compromisso com a superação da dor, traduzindo o que vivemos e o que sabemos da nossa vida é o que torna possível a construção de um movimento capaz de transformar a realidade.

Assim, só posso ser grata a essas mulheres, que me expuseram de maneira corajosa suas feridas, construindo teorias a partir de lugares de dor e luta, oferecendo suas experiências como fios para costurar novas tramas teóricas.

b) Memória afetiva do percurso de investigação

O percurso da investigação para a construção da dissertação foi atravessado por muitas mulheres, de distintas trajetórias de vida e perspectivas sobre o feminismo. Entendendo que o método é processo, não se dá *a priori*, mas se faz no caminhar, no encontro com outras agentes da pesquisa. É uma postura reflexiva, uma prática investigativa, para produzir um saber mais

humano e comprometido com os processos de luta, capaz de dialogar com as pessoas, com seu cotidiano e com os diversos campos de saber.

O processo de investigação teve início no segundo semestre de 2016, embora minha relação com as mulheres da Rosa Leão seja anterior, como já mencionado. Naquela época, marcada pelo cotidiano das aulas, iniciei uma revisão bibliográfica do feminismo e suas interseções – de gênero, raça e classe – e uma revisão das principais teses e dissertações que fazem esse tipo de interlocução. Esse trabalho resultou na construção de uma cartilha sobre feminismos para o Indisciplinar. Na pesquisa de campo, iniciei um conjunto de rodas de conversa e atividades com as mulheres da Rosa Leão. Esse processo, junto com outros que se desenvolviam no território, culminou na formação de um grupo de mulheres antointitulado “Diamantes do Rosa”, interessado no aprendizado da costura. O grupo é um espaço de compartilhamento do cotidiano, das aflições e das alegrias da vida, do trabalho, assim como de autorreconhecimento. Em novembro, após um período de organização, realizamos um desfile de moda, que conectou as mulheres da Ocupação Rosa Leão a uma rede de feministas negras da cidade. O desfile conjugou vários elementos e discussões sobre a autodefinição, a reflexão sobre si e sobre as dimensões de gênero, raça e classe.

No princípio da pesquisa, propus uma oficina/roda de conversa sobre as redes de relação e cuidado das mulheres na Ocupação Rosa Leão. Sugeri que elas identificassem em um mapa onde elas moravam, com quem elas mais se relacionavam, como eram essas relações, quais eram os lugares inseguros naquele território. Que erro! As mulheres não se engajaram na atividade, o que me levou a pensar que o exercício de cartografia seria mais efetivamente construído a partir de experiências que trouxessem voz às memórias e ao cotidiano das mulheres. Era preciso aproximar-me mais e com mais tempo a fim de compartilhar essa rede de afetos.

O ano de 2016 foi intenso para a universidade pública e também para a Escola de Arquitetura da UFMG. Em todo o país, estavam ocorrendo lutas nas escolas, faculdades e universidades contra o Projeto de Emenda Constitucional que fixou um teto para os investimentos públicos. O movimento contra a “PEC do Fim do Mundo” desenvolveu reflexões, ocupou a escola e fortaleceu o movimento feminista na arquitetura. Participei como convidada de uma roda de

conversa que estava na programação da greve estudantil, convocada pelo EAD das Minas – articulação feminista de estudantes da escola de arquitetura – e concebemos um grupo de estudos que coordenei no ano de 2017.

Foto 1 – Formatura das mulheres do grupo “Diamantes do Rosa” em corte e costura (À esquerda).

Foto 2 – Maria do Carmo no desfile das mulheres da Rosa Leão (À direita).



Fonte: Acervo da autora.

Esse grupo de estudos possibilitou uma sistematização coletiva das inquietações em torno das discussões de gênero, raça e classe na teoria feminista. Nele participaram mulheres da graduação em arquitetura e design e algumas estudantes da pós-graduação, o que contribuiu para solidificar essa potente teia. Com base em uma seleção de textos sugeridos por mim – sobre feminismo negro, feminismo materialista e teoria decolonial – buscamos juntas fazer algum tipo de sistematização que indagasse sobre a relação das mulheres com o espaço.

As ações da coordenação da ocupação Rosa Leão estavam, à época, um pouco mais concentradas no desenvolvimento comunitário e consolidação no território. No seio do meu primeiro estágio docente na disciplina “Cartografias Emergentes”, ministrada pelas professoras Natacha Rena e Marcela Brandão, iniciamos junto às estudantes uma série de atividades no barracão comunitário da Rosa Leão. Nas vezes em que a turma esteve na ocupação, desenvolvemos o retrato falado da

Rosa Leão, que foi uma moradora do conjunto Ubirajara a quem a ocupação homenageia e rememora. Tal exercício partiu da descoberta de que grande parte dos moradores da Ocupação não sabia quem ela era, como era sua fisionomia e sua história. Ao longo desse processo, conversamos com várias pessoas do conjunto Ubirajara. Isso nos permitiu reconstruir essa história anterior à Rosa, que poucas vezes aparece quando se conta a história do desenvolvimento da região norte de Belo Horizonte, onde Rosa está inserida.

Foto 3 – Estandarte construído a partir do retrato falado da Rosa Leão.



Fonte: Acervo da autora.

Este foi um interessante dispositivo de diálogo, porque, dadas as dimensões da ocupação Rosa Leão e a gravidade do conflito, a comunidade sempre é foco de muitos pesquisadores, o que leva os moradores a expressarem certa desconfiança do que está sendo feito e como as pesquisas podem interferir em seus próprios processos de luta. Ao mesmo tempo, a comunidade sentia

dificuldade de articular a presença de quinze estudantes no território. A reconstrução da história de Rosa Leão permitiu uma abertura e um interesse efetivo dos moradores em conversar conosco. A reconstrução da história de vida de Rosa Leão permitiu que reconstruíssemos também a história pregressa de luta que a ocupação Rosa Leão atravessa e rememora.

Além disso, a partir do estágio docente, construímos uma exposição batizada de “Encontra-se”, na qual as pesquisadoras e estudantes buscaram combater uma imagem criminalizada das ocupações urbanas. Contrapondo a ideia de “procura-se” do discurso policial com o “encontra-se”, buscamos visibilizar o papel das mulheres na construção comunitária, na produção do espaço, do território e das diversas potências que estão ali presentes. Essa foi uma proposta das moradoras, que entendiam que o fato de se tratarem de um grupo de universitárias era potente para levar suas imagens autodefinidas para espaços de visibilidade e legitimação, substituindo imagens criminalizadas constantemente veiculadas sobre esse território.

A disciplina “Cartografias Emergentes” tangenciou a disciplina Projetos Flexibilizados, ministrada pela professora Marcela Brandão. Durante esta última, montamos uma linha do tempo contando a história do barracão comunitário, atravessada pelas experiências das mulheres. A dinâmica consistia em as mulheres contarem e representarem a chegada delas na ocupação – o momento mais potente da sua presença no território – por meio da colagem de seus corpos desenhados na linha do tempo, junto com imagens e palavras-chave marcantes naquela rememoração. Construímos uma linha do tempo que serviu não apenas como dispositivo de memória, mas também como material que posteriormente seria útil para produzir bolsas, além de outras recompensas de uma campanha de financiamento coletivo do centro comunitário.

Foto 4 – Exposição Encontra-se, na foto Mariana Karen, jovem moradora da Rosa Leão.



Fonte: Acervo da autora.

Foto 5 – Construção da linha do tempo na Ocupação Rosa Leão.



Fonte: Acervo da autora.

Da presença no território, das disciplinas e grupo de estudo formou-se, em parceria com o EAD das Minas, um grupo menor de mulheres estudantes de arquitetura escreveu junto comigo um projeto para um edital de pequenos financiamentos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFMG (PRAE/UFMG), denominado “Feminismos para além dos muros da universidade”. O projeto foi aprovado e possibilitou a realização de um primeiro módulo da oficina de autoconstrução na ocupação Rosa Leão, com o objetivo de fortalecer as mulheres na reconstrução do centro comunitário, além de promover a troca de saberes entre as mulheres da ocupação e as estudantes de arquitetura. A oficina foi um dispositivo que não só contribuiu com as lutas da comunidade, mas também fomentou indagações sobre as relações de gênero no interior da ocupação. A partir dessas oficinas, passei a refletir sobre como o processo de autoconstrução é

desigual se pensarmos em homens e mulheres e como tal desigualdade pode provocar relações de abuso. Por outro lado, como a autoconstrução, que é apresentada como algo no campo da precariedade, da espoliação, sendo uma técnica dominada pelas mulheres, pode se converter em uma forma de empoderamento.

No segundo semestre de 2017, no bojo do projeto “Urbanismo Biopolítico”, do Indisciplinar, fomos nos indagando a respeito das ações de consolidação do território e o que as mulheres pensavam sobre a regularização fundiária. Realizamos uma oficina que revelou como as mulheres da Ocupação valorizam os espaços para plantar, as hortas comunitárias, os quintais produtivos, os espaços coletivos, além de desejarem a garantia de direitos até então negados pelo poder público, tais como acesso à água, luz, saneamento básico, creches, escolas, postos de saúde e equipamentos de lazer.

Realizei, nesse mesmo período, sob a supervisão da professora Natacha, o estágio docente intitulado “Cartografias Feministas”. Ministrar essa disciplina me possibilitou estabelecer interlocuções com outras pesquisadoras interessadas na relação entre feminismo e produção do espaço, que compartilharam comigo as aulas como convidadas. Também me possibilitou testar, junto as estudantes, algumas metodologias de sistematização de experiências e de construção de dispositivos de escuta dessas experiências. Surgiram trabalhos variados que procuram estabelecer, por meio dessas escutas e da troca, a relação entre as mulheres acadêmicas e as mulheres engajadas nas lutas urbanas. Tive também que encarar o desafio de preparar aulas semanais e dialogar com as questões das estudantes, o que me levou, por vezes, a duvidar do conhecimento que eu tinha.

Em 2018, desenvolvi ainda a produção coletiva das cartilhas da oficina de autoconstrução, que surgiram da necessidade de compartilhar a memória dessa experiência e também servir de estímulo para que outros grupos de mulheres realizem ações semelhantes em outras ocupações. Em conjunto com as bolsistas do Indisciplinar e as mulheres que participaram do curso realizamos uma oficina de produção coletiva de cartilhas. Para tal, trouxemos fotos, palavras,

imagens de ferramentas utilizadas na construção que evocassem a lembrança conjunta. Como resultado, produzimos três cartilhas, ao todo.

Ainda em 2018, fiz o esforço de recuperar a produção de conteúdo que se deu no decurso desses anos. Escrevi junto com a professora Marcela Brandão um artigo sobre a experiência compartilhada na disciplina “Cartografias Emergentes”. Em todo esse tempo, preoquei-me em acompanhar os processos de negociação e de consolidação da Izidora. A partir dos decretos do prefeito Alexandre Kalil, também acompanhei os processos de consolidação da comunidade e da retomada da construção do centro comunitário.

Foto 6 e Foto 7 – Cartilhas produzidas coletivamente a partir das oficinas de autoconstrução.



Fonte: Acervo da autora.

Essa dissertação é atravessada por uma rede, da qual faz parte: o Indisciplinar, grupo ao qual estou vinculada e desenvolvo diversas atividades de pesquisa e de extensão; a coordenação da ocupação Rosa Leão e todos os processos de luta que nos atravessam desde antes do início da pesquisa; e as Brigadas Populares, movimento social que atua no território e acompanha as negociações. No interior da universidade, encontrei-me neste percurso com as professoras Natacha Rena e Marcela Brandão, além de outras pesquisadoras que me orientaram e

compartilharam suas perspectivas sobre a produção do espaço, as bolsistas do Indisciplinar, as estudantes participantes do grupo de estudos, as estudantes matriculadas nas disciplinas “Cartografias Emergentes” e “Cartografias Feministas” e as militantes e ativistas do EAD das Minas. Durante a fase de redação da dissertação, também compartilhei pensamentos com Júlia Ávila Franzoni, Marianna Prandini, Johanna Monagreda, Mariana Moura, Isabella Gonçalves, Harley Silva, Thiago Canettieri e Yuri Pires. Todos esses atravessamentos contribuíram e trouxeram reflexões interessantes para esse trabalho de pesquisa que eu apresento por meio do presente texto.

1. DA OCUPAÇÃO AO QUILOMBO⁴

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede⁵
de nossa milenar resistência.*

Conceição Evaristo, 1996

As ocupações da Izidora têm provocado diversas pesquisas acadêmicas de porte e importância para entender o conflito fundiário, mas também para, partindo dele, debater as ocupações como ação política e crítica à política habitacional brasileira (FREITAS, 2015); cruzar a pauta das mulheres e o direito nas ocupações urbanas (ISAÍAS, 2017); levantar as ações em rede a partir do Resiste Izidora (BIZOTTO, 2015), para citar algumas. Destaca-se o trabalho desenvolvido por Julia Franzoni (2018), que, por meio da contação de histórias da Izidora em três perspectivas, percorre a intrincada trama dos instrumentos jurídico-espaciais e das resistências cotidianas protagonizadas por mulheres, em prol de uma teoria do Direito que não invisibilize o espaço. O diálogo com esses trabalhos alimentou em grande medida as reflexões da presente pesquisa.

⁴ O nome do capítulo foi inspirado no título do projeto de pesquisa de Beatriz Nascimento, *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas*. Nascimento é uma das grandes referências intelectuais para o feminismo negro brasileiro e assim define sua pesquisa, inconclusa em função de sua morte prematura: “Este projeto é também um grande sonho. Cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar ‘quilombos’, ainda podem e procuram fazê-los” (NASCIMENTO, 1982: 165). Posso dizer que a conexão entre quilombos, favelas e ocupações urbanas como *sistemas sociais alternativos organizados pelos negros* é um grande sonho para mim. Dele me aproximo alguns poucos passos nessa narrativa, buscando conectar histórias de lutas protagonizadas por pessoas negras e pobres em conjuntos, quilombo e ocupações na regional Norte de Belo Horizonte. Por outro lado, a pesquisa que gerou o livro *Do quilombo à favela, a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro* (2007), de Andreilino Campos, geógrafo e pesquisador negro brasileiro, falecido nesse ano de 2018, parece ir ao encontro do sonho de Nascimento. São alguns indícios que muitos tem sonhado com ela.

⁵ Evaristo, Conceição (1996). *A noite não adormece nos olhos das mulheres - em memória de Beatriz Nascimento*. Em: Cadernos Negros, vol. 19. São Paulo: Quilombhoje.

Este capítulo também se insere no esforço de contar histórias deste que segue sendo um dos maiores conflitos fundiários urbanos do mundo.⁶ No entanto, a busca aqui é por conectar esse conflito a uma longa e ancestral história de luta que constitui a Regional Norte de Belo Horizonte como um território negro onde as mulheres assumiram e assumem o protagonismo no cotidiano. A aposta é que Rosa Leão e as demais ocupações da Izidora não nascem a partir das Jornadas de Junho,⁷ como apontado correntemente, ou de qualquer outro ato fundacional que se elenque como um tijolo aprumado para estender a linha de sua história. Izidora não tem prumo. Mas teria a história um prumo?

Para Walter Benjamin (1940), a modernidade capitalista trouxe consigo o predomínio de uma epistemologia conservadora e burguesa, que nos levou à patologia de um tempo sem experiência. Em contraposição, uma epistemologia revolucionária e criativa busca a felicidade, arrancando do passado o “índice secreto, que o impele à redenção” (BENJAMIN, 1940). Para isso, a história deve ser “escovada a contrapelo”, mas não por uma memória que transforma “o fenômeno histórico conhecido pura e completamente resolvido em um fenômeno de conhecimento” (SILVA, 2016: 120), mas pela rememoração. A rememoração se alimenta de verdades fragmentárias, de marcas e vestígios, que “devem ser arrancadas do complacente ‘era uma vez’ para fazê-las objetos ativos no processo de conhecimento” (SILVA, 2016: 94). Ela nega “o sono tranquilo e apaziguador de uma memória sequenciada e voluntarista”, evidenciando que a realidade está sempre em disputa e marcando “a possibilidade de percepção da descontinuidade, da ruptura, da contradição e dos sufocamentos de outras histórias” (SILVA, 2016:117).

Essa concepção de história impele “substituir o momento épico por uma narrativa capaz de apreender ‘os acontecimentos em cadeia, sem distinguir entre grandes e pequenos’”, uma vez que

⁶ O conflito da Izidora foi selecionado como um dos sete conflitos territoriais mais graves do mundo pela 5ª sessão do Tribunal Internacional de Despejos, que realizou-se paralelo ao Encontro Conferência da ONU-Habitat 2016 em Quito, Equador.

⁷ As Jornadas de Junho de 2013, manifestações multitudinárias que tomaram conta de diversas cidades do país com pautas diversas, costumam ser apresentadas como o marco inicial das ocupações da Izidora na retórica dos movimentos de moradia atuantes em Belo Horizonte (BIZOTTO, 2015), e também em teses e dissertações que tratam sobre o tema como é o caso de Freitas (2015), Isaías (2017) e Franzoni (2018). Embora reconheça a magnitude desse episódio para a conjuntura nacional e para as lutas urbanas em Belo Horizonte, o presente trabalho busca problematizar as narrativas sobre a Izidora que identificam as Jornadas como o ponto de origem.

“nada do que uma vez aconteceu pode ser dado como perdido para a história”. Ao combater a redução museológica das batalhas perdidas, rememorar é “dar aos vencidos novo impulso” (SILVA, 2016:117).

O exercício de uma história a contrapelo é compartilhado pela perspectiva feminista negra. Para Lélia Gonzalez (1988), a memória cultural ancestral das mulheres negras tem permitido resgatar toda uma história feita de resistência e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista. Essa memória produzida por sujeitos subalternizados desafia a história hegemônica e seus efeitos de opressão e invisibilização, ao mesmo tempo que reivindica a importância da experiência e o seu lugar na produção do conhecimento. Nesse sentido, as memórias se constituem como uma forma de resistência política específica e modifica as possibilidades do relato.

E se colocássemos na mesma encruzilhada, a escritora Conceição Evaristo, o filósofo alemão assassinado pelo nazismo e a intelectual amefricana?⁸ Quiçá, teríamos um conceito mais largo e generoso de história, que busca nas memórias daquelas mulheres que seguem pacientemente cosendo “a rede da nossa milenar resistência” (EVARISTO, 1996), o tecido que une Rosa Leão a muitas outras que vieram antes dela. Essa é a aposta e o desafio.

1.1. A Rosa e a Rosa

Enquanto Maria viu o nascimento de Rosa da sua janela, Zoca viu de seu portão. O fato é que nenhuma delas ficou indiferente. Maria desceu e foi com a filha. Era preciso morar. Já Zoca pegou o carro e foi chamar Dandara.⁹ Era preciso reforço.

⁸ Amefricana/amefricano é o termo criado por Lélia Gonzalez para nomear todos os descendentes de africanos que foram trazidos para América pelo tráfico negreiro ou que chegaram no continente por meios próprios antes do chamado “descobrimento”.

⁹ Dandara é uma ocupação urbana de Belo Horizonte, localizada no bairro Céu Azul. A ocupação, planejada pela organização política Brigadas Populares (<https://brigadaspopulares.org.br/>) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, é um marco das lutas urbanas da cidade. Seu nome é uma homenagem à guerreira do Quilombo dos Palmares.

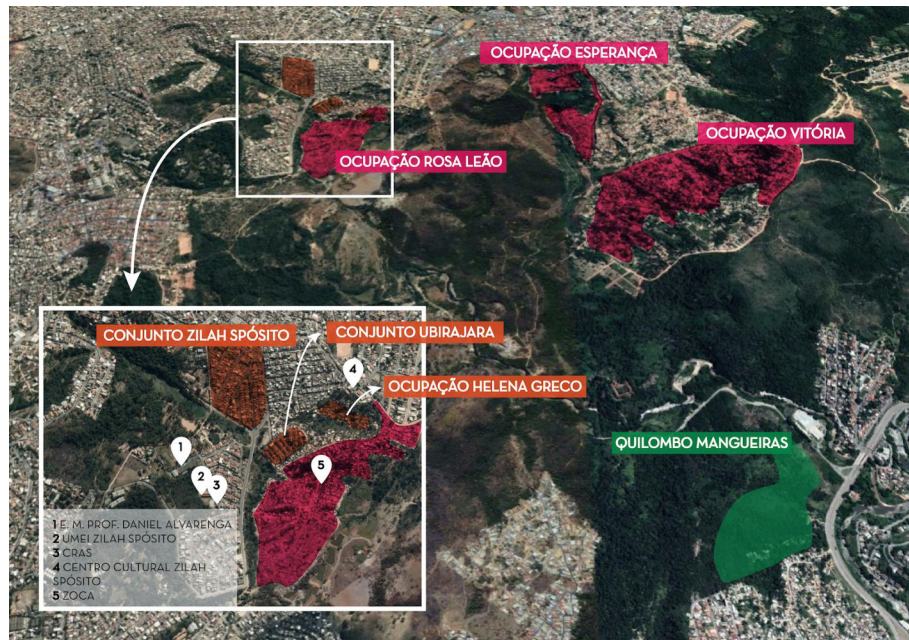
Rosa já tinha nascido antes. A primeira data foi registrada em 5 de agosto de 1963. Já dessa vez, ficou imprecisa no ano de 2013. Há aqueles que dizem que foi no mês de março, outros abril. Alguns dizem ser maio,¹⁰ mas há um certo consenso que seu batismo aconteceu em junho.¹¹ Em reconhecimento à sua segunda chegada nessa terra e em homenagem à sua primeira partida, foi chamada Rosa Leão, como antes. Na luta, quando uma combatente morre, diz-se que virou semente e se multiplicou. Pois, naquela semana de junho, já se contavam cerca de mil famílias na ocupação Rosa Leão.¹²

¹⁰ Durante a pesquisa não foi possível consolidar uma data mais precisa para o surgimento da ocupação, pela divergência de relatos expressa entre os moradores. As teses e dissertações também são conflitantes nesse tema. Longe de representar um problema para esse trabalho, essa situação só corrobora o gesto de rememoração (BENJAMIN, 1940) expresso no início deste capítulo em que a experiência vivida é mais importante do que a busca de marcações temporais rígidas que podem inclusive não existir. No entanto, quando for possível, a dissertação apresentará as datas ou os períodos dos ocorridos.

¹¹ Tanto as conversas com Charlene, Zoca, Frei Gilvander e Isabella Gonçalves quanto a tese de Júlia Franzoni, a dissertação de Luís Fernando e Luciana Bizotto apontam a realização de uma assembleia que nomeia a ocupação de Rosa Leão, em junho de 2013.

¹² Estes valores se referem a uma estimativa dos moradores e dos movimentos sociais. Em junho de 2013, falava-se em mil famílias. Com o tempo, consolidou-se o número de 1500 famílias na Ocupação Rosa Leão, depois de um cadastramento feito pelos coordenadores e movimentos. Até o fim da pesquisa, não houve cadastramento oficial do poder público.

Mapa 1 – Izidora.



Fonte: Google Maps, adaptado por Daniela Faria para a dissertação.

Mapa 2 – Rosa Leão e seu entorno.



Fonte: Google Maps, adaptado por Daniela Faria para a dissertação.

A primeira Rosa foi moradora e liderança do Conjunto Ubirajara, tal qual Maria da Conceição, a Zoca. O Conjunto Ubirajara é composto de 100 sobrados,¹³ hoje contíguos à Ocupação Rosa Leão. Quanto mais esta última se consolida, mais ela se confunde com ele. No entanto, antes de se instalarem definitivamente no conjunto, inaugurado em 1999, as moradoras ocuparam uma área na fronteira entre os bairros Itatiaia e Santa Terezinha, na Região da Pampulha. A Ocupação Sarandi, ocorrida às margens do córrego homônimo em 25 de abril de 1994,¹⁴ teria iniciado com cerca de 60 famílias, chegando a 740 naquele ano.¹⁵ Rosa de Jesus Leão – seu nome completo – ainda não sabia, mas o Sarandi selaria sua ida para a região onde ficaria lembrada pela combatividade, resistência e afeto com que liderou, junto com muitas outras mulheres, diversas lutas.

A negociação da Ocupação Sarandi se arrastava por meses e a orientação do movimento era que todas as famílias deveriam morar nas barracas de lona, garantindo sempre a presença de um integrante do núcleo familiar em todos os momentos do dia. Léia Silva, também ocupante do Sarandi e integrante do Movimento de Luta por Moradia (MLPM), tal como Rosa, teve que concordar com seu filho Júnior, na época com 13 anos, que propôs deixar a escola para cuidar da barraca onde ambos moravam. Com dor em seu coração de mãe.¹⁶

O acordo foi fechado no final de 1994. Assim, 147 famílias do Sarandi que cumpriam os critérios estabelecidos pela política habitacional da prefeitura e que conseguiram resistir aos meses de

¹³ Ao longo da pesquisa houve dificuldade em encontrar documentos e produções acadêmicas que fizessem distinção entre o Conjunto Ubirajara e o Conjunto Zilah Spósito. Os dados apresentados constam em: HOURI, Luciana Felicíssimo (2008). *Políticas de produção de moradias e segregação residencial - Belo Horizonte - 1986 a 2000*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

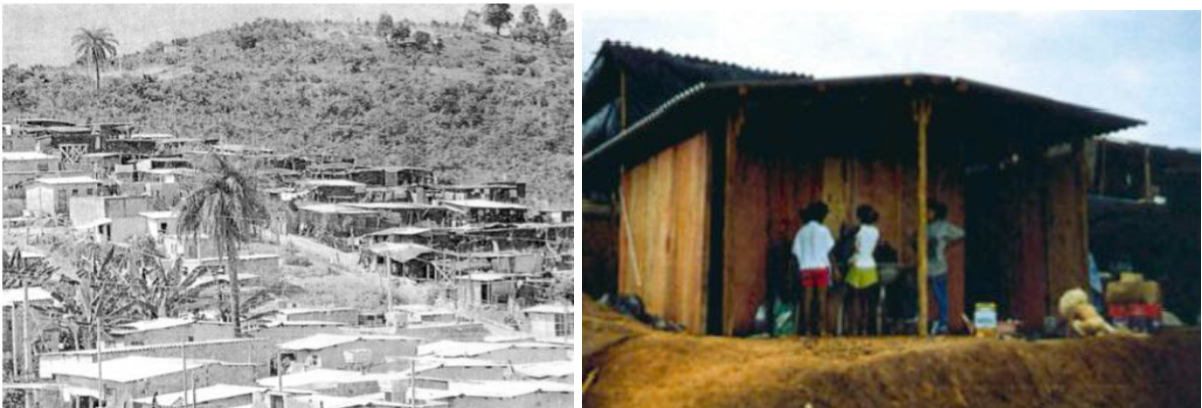
¹⁴ Abreu Rosa (2010). *O Zilah é logo ali, o Zilah é bem aqui*. Belo Horizonte: EMPDA.

¹⁵ URBEL. Conjunto Habitacional Zilah Spósito – Etapa IV. Belo Horizonte, 2000.

¹⁶ Segundo ex-integrantes do Movimento de Luta por Moradia ouvidos ao longo da pesquisa, o MLPM era uma organização nacional de luta por moradia, saneamento, transporte e outras pautas de luta comunitárias. Em Belo Horizonte tiveram forte atuação na década de 1990, sobretudo na regional Norte da cidade. Além das ocupações já citadas, os ex-integrantes destacaram a ocupação Vila Mariquinhas (1992), no bairro Juliana e a ocupação de prédios no bairro Aarão Reis (sem precisão de data), além de vários acampamentos na frente da prefeitura e secretarias municipais, atos e manifestações.

espera,¹⁷ foram removidas para o Zilah Spósito, com o compromisso de construção das moradias. Daquele momento em diante, seguiram-se mais quatro anos de lona e luta. A água vinha em incertos caminhões-pipa. Não era permitido fazer *gatos* de qualquer natureza, tampouco construir em alvenaria.¹⁸ As famílias se organizaram para utilizar seus três metros de lona para morar e uma estrutura de madeirite com dois banheiros e dois tanques, entregues pela administração do então prefeito Patrus Ananias.¹⁹ Marlene de Mattos morava na parte de baixo da ocupação, no lado contrários ao dos banheiros, que ficavam na parte de cima. Utilizava-se uma mina – que atualmente margeia a Ocupação Rosa Leão – para beber e cozinhar. Para isso, era preciso acordar de madrugada, porque uma vez acordadas, as crianças iam direto brincar na água, tornando-a imprópria para consumo. Marlene enchia dois tambores todos os dias e levava até o barraco.

Foto 8 e 9 – Ocupação no Zilah Spósito e área de banheiro e tanque, 1995.



Fonte: Arquivo do Centro Cultural Zilah Spósito

¹⁷ O critério principal era ser de Belo Horizonte. Isso excluiu as famílias participantes originárias de Contagem.

¹⁸ *Gato* é o nome dado em algumas regiões do Brasil à ligação clandestina destinada a obter energia elétrica ou água encanada gratuitamente.

¹⁹ Patrus Ananias (Partido dos Trabalhadores, PT) foi prefeito de Belo Horizonte entre 1993 e 1996. Seu vice era Célio de Castro (Partido Socialista Brasileiro, PSB) que foi eleito prefeito para o mandato seguinte, 1997-2000, quando foram concluídas as obras do Conjunto Ubirajara e Zilah Spósito.

Quando a gente veio pra cá foi um dia de muita chuva. A prefeitura jogou a gente pra cá, disse que a gente não podia construir, que a gente tinha que morar na lona preta, não podia construir não. Aí a gente ocupou o espaço, era quatro metros quadrado para cada um, improvisou água, luz. Hoje a gente conta isso e nem acredita: como é que eu consegui morar, uma família dentro de pode se dizer um cômodo. Eles deram três metros de lona para cada família para cobrir [o cômodo]. Então foi muito sacrifício. Era dois banheiros para 160 famílias. Era as torneiras do banheiro que todo mundo pegava água. Tinha várias vezes no fim de semana que faltava água. Aí você imagina, mais de 160 famílias e faltava água sexta, às vezes sábado e domingo. Foi uma travessia do Mar Vermelho mesmo. Era pra ter sido carro pipa pra trazer água. Na vez que o contrato com carro pipa tinha vencido, eles ficaram 15 dias sem trazer água, aí foi buscar água das mina, que ainda nessa época era limpa. Nesse córrego vermelho aqui que eles falam. Ali pro córrego tinha uma mina. Existe ainda uma mina do outro lado que a gente usava ela mas eles jogam muito lixo. Há pouco tempo atrás nos limpou ela porque faltou água no bairro e a gente passou a usar ela ainda. Teve uma vez que chegou a água do caminhão, ela tava cheia de óleo, aí, era um gosto bem forte, não dava pra tomar assim não. Aí era motivo que a gente tinha que ir na regional e reclamar, fazia comissão, fazia manifestação. (Joaquim Alves Rodrigues, 68).

O ano de 1995 chegou, mas as obras não. Foi então que Rosa liderou uma ocupação da Prefeitura de Belo Horizonte, cobrando o início da construção das casas. Em ação simultânea, Léia ocupou com outros tantos moradores a Secretaria de Habitação. Nesse dia, ela não foi trabalhar e seus colegas só souberam quando sua foto figurou nos jornais do dia seguinte.

Eu fazia parte da coordenação [do Ubirajara]. Eu trabalhava lá na Congonhas, perto da Copasa, na fábrica, chamava Angar. Adnei meu patrão virava pra mim e falava ô Léia aonde você tá indo? Tô indo atrás da minha casa. Desligava a máquina e não queria nem saber de patrão. Aí menina, a Rosa ficou presa na prefeitura, eu não fiquei porque uma parte ficou na Secretaria de Habitação. Minha filha, todo mundo me procurando, a minha família me procurando, o pessoal do serviço me procurando. Aí deu que o Cláudio que trabalhava comigo e morava aqui em Venda Nova, ele compra o jornal e tiraram retrato meu junto com a Tererê aí a gente saiu junta no jornal. Aí ele leva pro serviço, e aí as menina viram eu no jornal. 'Olha a Léia'. Aí igual eu falo a gente vai lembrando, é muitas coisas. (Léia Severina Silva, 55).

As ações lograram novos prazos não cumpridos e, em 1997, um incêndio de causa desconhecida destruiu 68 barracos de lona, deixando 400 pessoas desabrigadas, inclusive Léia, que entrou em depressão. Rosa não perdeu nada, mas pareceu ter perdido tudo. Ela passou muitas noites acordada acompanhando feridos, acionando redes e exigindo ação do poder público. Rosa atuou

junto com Zoca, que também a ajudava no cuidado de seus quatro filhos, e Joaquim Alves, coordenador da ocupação e militante do movimento, que, juntamente com a esposa e os três filhos, havia perdido tudo. Em reunião com a Urbel, agendada após muita insistência, Joaquim exigiu a presença de médicos e psicólogos na ocupação, pois o trauma e o desespero era visível no rosto das moradores. Disse que todos estavam precisando chorar, inclusive ele. Aos jornais, Rosa denunciou que nenhum representante da prefeitura havia aparecido no local para acompanhar o ocorrido.

Eu não estava no momento [do incêndio] eu não vi, mas minha filha tava. Ela ficou a semana inteirinha sem comer. Eu andava só com uns Diazepam nos bolsos pra dar força pro meus filhos pra eles não ver o que eu tava passando, que o doutor João já sabia da minha situação pra não deixar. Aí foi onde o Junior começou a beber, começou a entrar no negócio de droga. Foi naquela época minha filha. Mas eu não desisti não. (Léia)

Foto 10 – Recorte do jornal Estado de Minas de 20 de fevereiro de 1997.

Lágrima revela o drama de quem perdeu tudo no Zilah

OLÍMPIO COUTINHO

"Nós estamos precisando chorar". A dramática confissão de um servente de pedreiro desempregado, Joaquim Alves Rodrigues, 46 anos, marcou a reunião de ontem, na Urbel, para o lançamento da campanha de doação de utensílios para os desabrigados do Conjunto Zilah Spósito.

Sem vergonha de confessar a dor pela perda de seu barraco, onde morava com a mulher Francisca Soares Rodrigues e os filhos Jacqueline, 10 anos, Samuel, 6 anos, e Érika Fabiana Sabará, 10, Joaquim emocionou os presentes à reunião quando pediu que encaminhassem médicos ou psicólogos ao conjunto para que os moradores pudessem chorar.

Vivendo de biscates, o servente de pedreiro disse que as crianças estão traumatizadas e que os adultos também não conseguem – embora tentem – esconder a dor que representou a perda do pouco que tinham. Depois de insistir que as autoridades devem tomar providências antes, para que os dramas não aconteçam, ele comentou que "as lágrimas vão fazer bem para todos que ainda lá estão e que não estão conseguindo desabafar sozinhos".

Emocionado, ele parou de falar e ganhou um copo d'água para conseguir continuar expondo o seu drama e de seus companheiros do Zilah Spósito. Recebeu a promessa de que entendimentos serão mantidos com o setor de Psicologia da Faculdade de Medicina da UFMG, para que os desabrigados do conjunto possam ter, pelo menos, uma oportunidade de conversar e desabafar.

Aparentando ter mais idade que seus 46 anos, Joaquim vive hoje com um vizinho, José dos Reis, cujo barraco não foi atingido pelas chamas. Ele conta que, mesmo acostumados às dificuldades e à dor, o golpe foi muito forte. Confiante, ele viu a reunião ser encerrada, apelando ainda para que todas as promessas sejam cumpridas, "pois não temos condições de suportar novos desenganos".

Solidariedade

A reunião teve a presença do presidente da Urbel, Pio XI Alvarenga, e dirigentes e representantes da Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascaad), da prefeitura e de outros órgãos estaduais e municipais. No encontro, decidiu-se ainda envolver a Copasa e a Cemig no trabalho, bem como a área de saúde estadual.

Para o recebimento de utensílios para os desabrigados por parte da população, a Urbel deve ser contatada pelo telefone 277-6411, sendo que as doações devem ser encaminhadas para o depósito do órgão, na avenida Tereza Cristina, 3185, Via Expressa, bairro Coração Eucarístico.

"A prefeitura nem apareceu aqui para ver o que aconteceu"

ROSA DE JESUS LEÃO

Fonte: Arquivo do Centro Cultural Zilah Spósito.

Foto 11 – Recorte do jornal Estado de Minas de 21 de fevereiro de 1997



Fonte: Arquivo do Centro Cultural Zilah Spósito.

A alvenaria só sucedeu a lona dois anos depois e a área sem nome foi batizada de Conjunto Ubirajara Antônio Gomes, em homenagem ao marido falecido de Mônica de Jesus Gomes, ocupante desde o Sarandi.²⁰

A gente começamos a conhecer ela [Rosa] desde quando a gente começou nesse grupo da ocupação no Sarandi em 1994. Aí a gente encontrou, ela também fazia parte da liderança da comunidade e com isso a gente ficamos trabalhando na negociação. Aí corremos o tempo todo, passando pelas barracas, aí é uma longa história...Aí depois que a gente negociamos com a prefeitura viemos aqui para o bairro Jaqueline, no Zilah Spósito e aí logo em seguida depois de 4 anos na barraca de lona, teve um incêndio e aí depois do incêndio mais dois anos aí a gente conseguiu a construção. Aí todo mundo viemos para cá. (Joaquim).

À frente do Ubirajara está o Conjunto Zilah Spósito, que acomoda 479 unidades habitacionais em uma ladeira íngreme que Maria do Carmo subia e descia diariamente, levando comida e outros mantimentos de sua casa para apoiar a resistência da ocupação Rosa Leão, anos depois.²¹ Os dois

²⁰ Abreu Rosa (2010). *O Zilah é logo ali, o Zilah é bem aqui*. Belo Horizonte: EMPDA.

²¹ URBEL. Conjunto Zilah Spósito. Belo Horizonte, 2000b.

conjuntos foram inaugurados no mesmo ano, 1999. No entanto, a construção do Zilah Spósito foi dividida em etapas e, a cada conjunto de casa concluído, algumas famílias saíam da lona.

Os primeiros moradores do Zilah chegaram em 1992, trazidos pela prefeitura em função de remoções geradas pelas obras de abertura da Avenida Vilarinho ou vindos de áreas consideradas de risco em diversas regiões da cidade.²² Embora houvesse o compromisso de uma construção imediata das moradias no terreno adquirido e parcelado pela Urbel em 1991, dois anos depois, havia ainda 112 famílias vivendo em barracos de madeirite e lona, sem água encanada, esgoto e coleta regular de lixo.²³ Em 1996, somando àqueles que vieram do Sarandí, eram 311 famílias nessa situação.²⁴ Naquele ano, Maria já morava no bairro com seus cinco filhos, mas era de aluguel, atrás da área do conjunto, na Rua Leila Diniz, sustentada pelo parco salário de faxineira. Tempos depois, Maria trocou o aluguel pelo pagamento de um pequeno terreno, próximo a um barranco onde deslizava terra quando chovia. Lá construiu dois cômodos, trocados em 1998 por uma casa no Conjunto Zilah Spósito,²⁵ na época com apenas um cômodo. Maria lembra que a casa não tinha ligação de luz, água e esgoto e os meninos tomavam banho na mina, que fica no terreno hoje ocupado pela Rosa Leão. As ruas eram de terra, razão pela qual se sujava na ida e na volta do trabalho. Assim, quando a Rosa despontou em sua janela, achou natural que a filha, que morava de favor em sua casa, fosse se juntar à ocupação.

²² Bedê, Mônica Maria Cadaval (2005). *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993 / 1996*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências.

²³ Abreu Rosa (2010). *O Zilah é logo ali, o Zilah é bem aqui*. Belo Horizonte: EMPDA.

²⁴ Abreu Rosa (2010). *O Zilah é logo ali, o Zilah é bem aqui*. Belo Horizonte: EMPDA.

²⁵ O nome Zilah Spósito é uma homenagem a Zilah de Souza Spósito, fundadora da Ação Católica e atuante em projetos ligados a moradores de rua. Era irmã do cartunista Henfil e do sociólogo Betinho. (Abreu Rosa, 2010)

Foto 12 – Maria do Carmo de sua janela.



Fonte: Acervo da autora.

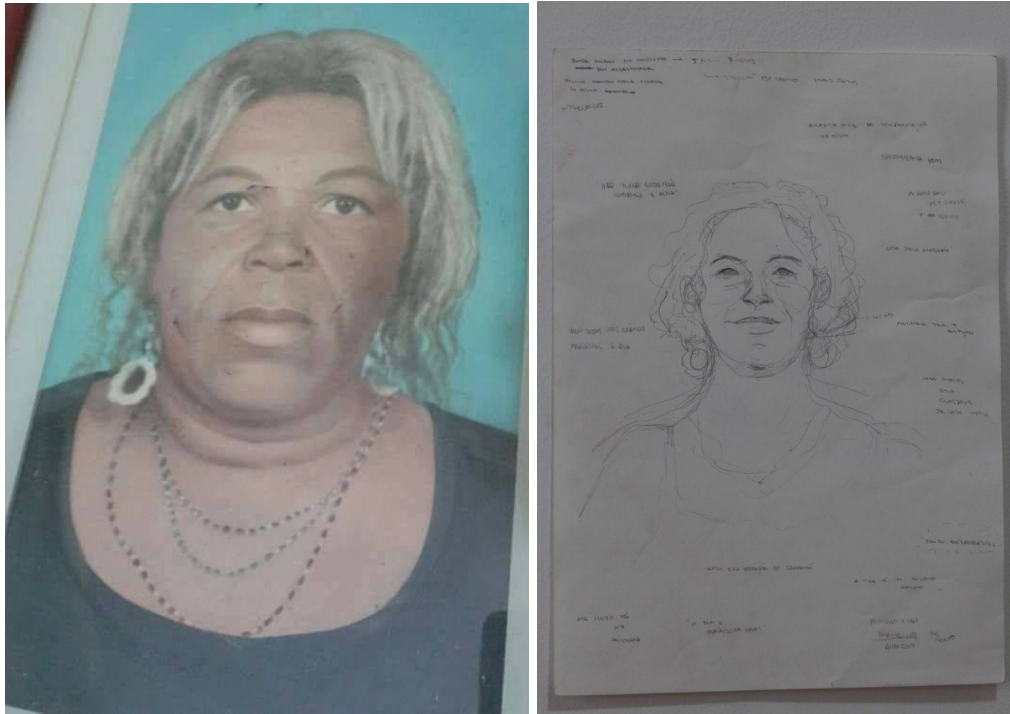
Daqui da minha casa dava pra ver lá. Um dia amanheceu com uma barraquinha de lona e de uma foi pra duas, e três, com 15 dias lá tava cheio. E eu daqui pensando né, minha filha mora de favor, morava de favor aqui em casa e ela querendo ir também ocupar. E acabou que ela foi mesmo e eu fui lá conhecer. Só que na época eu tava muito, muito, muito depressiva e tive a curiosidade de ir lá ver, como é que aquele povo que tava vivendo lá. Se eu que tinha casa aqui, tava mal, tão ruim a minha situação, como é que eles estavam vivendo lá no meio do mato né? Fui lá pra ver. Cheguei lá, minha filha acabou pegando um pedaço lá. Isso foi logo no início, em 2013. E aí eu fui lá e vi que, realmente, aquele povo necessitava de moradia, né? Pessoas com criança, cozinhando no fogãozinho de cupim. Estavam cozinhando... E eu comecei a ver né, que a minha vida não tava tão ruim assim, que às vezes eu tava exagerando, porque aquele povo tava lá naquela felicidade porque tinha conseguido um pedacinho pra morar, enquanto eu tinha um teto e tava tão mal. E aí o que aconteceu? Eu peguei e entrei pra ajudar, pra apoiar. Eu cozinhava pra apoiadores e tava lá por perto, conversava com um, conversava com outro, eles conversavam comigo. Eu fui ganhando, assim, autoestima. Quando eu vi que não... Nem remédio eu tomava mais. De depressão. E quando eu assustei, nem remédio eu tomava mais e tava tão infiltrada lá que é até hoje, né? Ainda tô. Tô lá, apaixonei. (Maria do Carmo Caetano, 61).

Muitas histórias teceram as resistências cotidianas dessa região. À construção das casas, sucedeu-se um longo período de lutas pela criação da primeira linha de ônibus e da primeira escola. Rosa de Jesus Leão, só pôde ver o primeiro objetivo concluído. Sua morte violenta e

prematura, pegou o bairro de surpresa e deixou um luto de vários meses. Assassinada com um tiro no rosto, durante uma discussão com um morador a quem ela já tinha ajudado e abrigado em sua casa várias vezes, Rosa não viu a inauguração da primeira escola criada para atender os conjuntos, em 2003, pela qual tanto lutou. Quando se foi, os meninos e as meninas ainda estudavam embaixo de uma mangueira, sentados em caixotes de feira, no interior de um espaço cedido pela Igreja Santa Beatriz.

A Rosa, a gente teve uma amizade muito boa. Era uma pessoa muito comunicativa, gostava muito de ajudar as pessoas, como a gente sente muita falta como ela negociava sobre negócio de ônibus, escola porque aqui a gente não tinha escola. Então tudo a gente participava, tudo a gente tava junto, ela tomava muita iniciativa de tudo para nós. E foi uma grande perda para nós. Ela era muito brincalhona, não tinha muito momento ruim pra ela, todo momento era momento de alegria. Uma grande pessoa, uma grande líder que era do bairro. Tudo que eu lembro dela é de coisas boas, não coisas ruins. Ela tava sempre lutando pra todo mundo. Uma guerreira que a gente perdeu aqui. Eu não gosto nem de lembrar, porque foi uma morte terrível. Todas as vezes que eu ia pegar ônibus que eu tava com problema...Há muito tempo eu tenho problema de depressão. Eu tinha uma depressão muito forte, foi depois do incêndio. Eu tive amnésia, eu não tive só depressão, eu tive perda de memória. Ela [Rosa] morreu sem saber disso. Às vezes eu ia pegar o ônibus e ela: entra por aqui, aí colocava eu pela frente e ela mal sabia do problema que eu tinha. Então isso me faz muito lembrar de quando eu tinha que ir no posto e se ela tivesse junto ela me ajudava sem saber do que eu estava passando. Então isso pra mim foi um...direto isso vem na minha mente. Que ela morreu sem saber realmente o que eu tinha. Mas foi uma luta muito grande para mim mas graças a deus eu venci e o que eu tenho de lembrança dela é só coisas boas. (Leia).

Foto 13 e 14: Rosa Leão e Retrato falado.



Fonte: Arquivo de Fotos da Marlene e retrato falado produzido durante o estágio docente da autora.

Já a segunda Rosa viu a escola construída, embora o aumento da população de meninos e meninas na região desencadeasse brigas constantes no período de matrículas, tornando urgente sua ampliação. A segunda Rosa herdou a luta pelo posto de saúde, cujas obras sequer têm previsão de início. O atendimento de saúde, depois de muita luta das comunidades, foi provisoriamente instalado no Espaço BH Cidadania/Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), inaugurado em 2011, para atender demandas de acesso à políticas sociais do município. O que era provisório já completa sete anos. A verdade é que região ainda carece muito de infraestrutura. A falta de água nas torneiras é constante, há apenas um equipamento cultural na região, o Centro Cultural Zilah Spósito, a Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) inaugurada em 2011, não possui vagas para atender ao conjunto de crianças em idade de creche e pré-escola. Além disso, única linha de ônibus que passa por aquela parte é demorada durante a semana e raríssima no final dela.

Foi muita luta para que hoje temos a água, a luz, o asfalto aqui, mesmo assim com problema. Tem gente que fala assim: 'Ah a prefeitura deu de mão beijada'. Mas quem viveu sabe. Prefeitura não dá nada, é tudo sob pressão e até hoje funciona desse jeito, sob pressão. Aqui nada acontece sem briga nesse bairro. Não deveria ser assim, o governo tinha que fazer as coisas. Mas se a gente não brigar...Pra você ver, tivemos uma briga feia semana passada para ter um espaço para atender humanamente as pessoas, um posto de saúde. Sendo que é obrigação, é direito e dever e é crime. Tem que atender as pessoas da ocupação. As pessoas da ocupação sofrem muito preconceito, a periferia sofre preconceito diariamente. Aí a gente teve que brigar, brigar mesmo para ter um espaço. Ai o que eles fizeram rapidinho, no outro dia aí já dividiu o primeiro andar para separar o CRAS e o posto de saúde, que tá no mesmo prédio. Pra ter um atendimento digno para as pessoas. Sem equipe médica, porque não tem equipe médica para o bairro todo, para a comunidade Rosa Leão, Helena Grego. Porque aqui é um bairro de ocupação. Pra atender dignamente o Helena Grego, Rosa Leão, o Ubirajara, o Zilah Spósito. (Marlene Alves de Mattos, 57).

A primeira Rosa dista da segunda um lapso de 12 anos. No entanto, quando ela novamente irrompe em 2013, gera uma rearticulação de forças, recuperando as experiências de luta do passado. O ato de nomear a ocupação ultrapassou a esfera da homenagem, do panteão ou do museu, munindo um novo impulso de lutas para a região.

Foto 15 – Ocupação Rosa Leão em julho de 2013.



Fonte: Blog da Ocupação Rosa Leão. <http://ocupacaorosaleao.blogspot.com>.

Naquele 2013, já não eram algumas centenas, mas milhares de pessoas ocupando. Cada um se organizou como pôde. Maria ajudou sua filha a pegar madeira e fincar estacas, depois foi buscar lona. Charlene Egídio usou um chinelo e um capacete para demarcar seu lote, depois seu sobrinho chegou com arames e lonas. Zoca, prevendo o tamanho da batalha, pegou um carro emprestado e foi até a ocupação Dandara em busca de reforço. Dandara era um exemplo recente de luta vitoriosa frente ao despejo.²⁶ Depois de cinco anos resistindo às ameaças constantes do poder público e da Construtora Modelo, que reivindicava a propriedade do terreno no bairro Céu Azul, Dandara está experimentada nesses assuntos e não chega só. Ela trazia consigo o movimento Brigadas Populares e apoiadores como Frei Gilvander – militante da Comissão

²⁶ O alcance desse exemplo fica expresso naquilo que Frei Gilvander chama de “efeito Dandara”: “acho o que está animando muitas essas ocupações tidas como espontâneas, é o que eu chamo de “efeito Dandara”. Espalhou nacionalmente, internacionalmente, o êxito da Dandara, que não é só Dandara, é o êxito da Camilo Torres, é o êxito da Eliana Silva, é o êxito da Guarani Kaiowá. Juntas, elas estão mostrando, sinalizando para os pobres do Brasil que quando a gente faz essa conjugação de forças, empoderar os pobres internamente, contar com movimentos sociais populares legítimos e idôneos, com um grupo de arquitetos, um grupo de advogados populares, montando uma rede de apoio, trazendo as muitas forças viva da sociedade, isso faz uma grande diferença”. Frei Gilvander, CPT, (Lourenço 2014: 44)

Pastoral da Terra (CPT) e atuante nas redes de solidariedade às ocupações no campo e na cidade. A partir desses dois contatos, uma rede começou a se formar em torno de Rosa. Essa rede originou, mais adiante, a Resiste Izidora,²⁷ conhecida não só entre aqueles que acompanharam as lutas recentes em Belo Horizonte, posto que logrou elevar a denúncia à esfera nacional e internacional.

Com o apoio de militantes moradores da Dandara, das Brigadas Populares e do Frei Gilvander, os militantes do Ubirajara e ocupantes realizaram uma assembleia geral em junho, batizando a ocupação de Rosa Leão, com a transmissão aos moradores mais novos de sua história na região. Definiram também as diretrizes práticas de organização, como a divisão em quadras, a eleição de dois coordenadores por quadra, a padronização do tamanho dos lotes em 8m x 16m – adotada pela ocupação Dandara – e a marcação de um espaço para a construção de um centro comunitário, em princípio feito com madeirite e lona. No cotidiano, a redemarcação dos lotes que era muito díspar entre os moradores, foi encaminhada de maneira autogestionada, mas não sem conflitos com os ocupantes, que queriam manter os limites do seu lote maiores do que o definido em coletivo. Charlene se recorda de moradores do Dandara ajudando na marcação dos lotes.

Eu estava morando de aluguel, tinha saído da minha casa, porque eu não aguentava mais sofrer com meus filhos. Aí morei de aluguel um tempo mas eu já não tava dando conta de pagar. Aí conversei com o Ivair [ex-marido e pai de quatro filhos com Divina], Ivair falou que não, que ele ia parar de beber. Aí voltei pra casa dele de novo. Aí voltei pra casa dele de novo, com minhas coisas tudo, os meninos. Cheguei lá não consegui ficar com ele nem 15 dias, porque eu tinha que sair do meu serviço correndo pra casa, porque ele tava batendo nos meninos. Aí eu saí, voltei para a casa que eu tava e fiquei mais 15 dias. Aí eu saí, vim morar na casa da Nana, ali perto da casa da Maria [Conjunto Zilah Spósito], aí tive que deixar a maioria das minhas coisas tudo pra trás porque eu vim pra dois cômodos. Lá não tinha janela, era dois cômodo, fazia muito calor! Morava eu, os quatro menino, minha irmã e mais uma filha dela. Nós morava tudo lá. Aí depois disso a Nana casou e me pediu o barracão, aí eu peguei e aluguei uma casa lá no Asteca de novo, fui pra lá. Cheguei lá, aí eu morando lá com os menino, trabalhava a noite e os menino ficava dentro de casa tudo pequeno. Mas aí eu saía, entregava na mão de Deus e ia trabalhar. Só que meu ex-marido começou a infernizar minha vida, falando comigo que, atrás de mim. Me batia, não deixava eu ter paz no aluguel, aí começou a bater no portão da casa da mulher, jogar bomba dentro do lote da mulher, aí o homem queria me pôr na rua. Aí eu peguei meu primeiro lote aqui [na Ocupação Rosa Leão]. Mas aí ele [o ex-marido] começou a me ameaçar muito. Aí eu viajei pra casa da minha mãe, em Capelinha. Fiquei lá um mês. Mas não agüentei ficar porque não tinha serviço. Aí voltei pra mesma casa que eu tava de aluguel. Aí meu irmão tinha pego um lote aqui. Aí eu comecei a construir a minha casa no lote do meu irmão. Aí morando nessa casa de aluguel e o homem só em cima

²⁷ Para saber mais sobre a rede Resiste Izidora ver Bizotto (2016) e Franzoni (2018)

de mim: 'Eu quero que você sai da casa, que seu marido está fazendo muita bagunça na casa, eu não quero que você mora lá' (...) Ai eu levantei as parede do barracão, fiz o piso, a gente veio sem banheiro. (Divina Gomes dos Santos, 44).

Antes de eu mudar pra cá eu morava numa outra ocupação lá do outro lado. Só que quando eu saí já estava consolidada. Na Mariquinha. Lá a gente construiu quatro cômodos com o acertinho do meu marido quando ele trabalhava numa fazenda lá, mexendo com gado. Lá agora é onde mora meus meninos. Meu filho casou e mora em cima, lá ele já é dono. Embaixo mora outros três, duas mulher e um homem. Os outros todos têm parte, porque tudo foi eles junto que ajudou a gente a construir. Ainda tem mais outro que mora no Juliana. Eu ajeitei eles e depois eu falei com o meu marido, 'Agora é o nosso'. Eu queria um chãozinho de plantar. Ai a gente já morava na região e ficamos sabendo. Meu marido Osmar veio. Ai eu falei: "Você não conseguiu?", ele falou: "Não, não consegui nada, já tem tudo, tudo tem dono lá" e eu ainda falei assim: "Mas eu acho que você não esforçou, porque se você esforçasse você tinha arrumado", aí: "Ah não, amanhã..." eu falei assim: "Então amanhã eu vou". Isso era junho ou julho, não lembro. Ai no outro dia eu vim também, andei por aí a fora, não consegui muita coisa não. Ai meu sobrinho tinha pegado um pedaço e me deixou eu no lugar tomando conta pra ele, pra mim e ele. Ai que quando passou medindo aí repartiu meio a meio, uma metade pra mim e uma metade pra ele. (Delícia dos Santos, 57).

Uma semana depois aconteceu a ocupação na prefeitura de Belo Horizonte, no dia 29 ao dia 31 de julho de 2013. A ação foi organizada pelas Brigadas Populares e pelo Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB). Ela tinha como objetivo reivindicar a abertura de diálogo entre as ocupações urbanas e o prefeito Márcio Lacerda (PSB), além de exigir a suspensão imediata das ordens de despejos, mais a urbanização das ocupações Dandara, Eliana Silva, Camilo Torres, Irmã Dorothy e Vila Cafezal/São Lucas. A ação foi ousada e logo atraiu a solidariedade de ativistas da Assembleia Popular Horizontal (APH)²⁸, dentre outros movimentos sociais e organizações políticas, que participaram ativamente das manifestações das “Jornadas de Junho”.

²⁸ A Assembleia Popular Horizontal (APH) foi criada no contexto das Jornadas de Junho em diversas capitais do Brasil, com a proposta de ser um espaço de discussão de pautas e táticas de luta. Em Belo Horizonte, sua primeira sessão foi em 18 de junho de 2013, debaixo do Viaduto Santa Tereza, espaço tradicionalmente ocupado pelos movimentos político-culturais da cidade. A APH se organizava em grupos de trabalho temáticos. Alguns ativistas das Jornadas de Junho apostaram mais nessa forma de organização e se engajaram na organização das assembleias e na produção de materiais de comunicação, ficando mais identificados como o “pessoal da APH” Ver mais em: <http://aph-bh.wikidot.com/sobre>. Acesso em: 20/05/2018.

²⁹ Aqueles que não entraram no prédio durante a ação, dormiram na porta da prefeitura, mantendo fechada a Avenida Afonso Pena, uma das principais vias do centro da cidade.³⁰

Foto 16: Ocupação da prefeitura de Belo Horizonte.



Fonte: Acervo da Mídia Ninja.

O Zilah Spósito e a Rosa Leão não participaram da ocupação.³¹ No entanto, quando foi aberto o canal de diálogo, elas rapidamente foram incluídas pelos movimentos na pauta de reivindicação. Inteligência da luta. Na reunião estavam presentes, além do prefeito e dos movimentos sociais, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da URBEL, advogados populares

²⁹ Algumas obras que discutem o significado das Jornadas de Junho no Brasil: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*/Ermínia Maricato [et al.]. - 1ª edição. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013; *Arte e espaço: uma situação política do século XXI*/Bruno Oliveira, Maria Helena Cunha, Natacha Rena [orgs.]. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2016; *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*/Rudá Ricci, Patrick Arley. - Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014; *As ruas e a democracia*/Marco Aurélio Nogueira. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP). Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

³⁰ Eu conheci a ocupação Rosa Leão uma semana antes da ocupação da prefeitura de BH. Na época fui destacada pelo movimento de que fazia parte para prestar apoio e entender melhor a situação. Na visita conversei com Zoca e com Joaquim e andei pela ocupação, ficando extremamente surpresa pela quantidade de pessoas que transitavam por todos os lados construindo barracas de lona e pela extensão do terreno.

³¹ Eu participei da ação de ocupação da prefeitura e da decisão de incluir o Zilah e a Rosa Leão na pauta de reivindicações.

ligados à defesa jurídica das ocupações e o então Secretário de Governo de BH, Josué Valadão.³² Zoca foi chamada e trouxe uma moradora da Rosa Leão, da qual ninguém recorda o nome. O fato é que aquela perspicácia foi central para a ampla divulgação do então chamado conflito do Isidoro.³³ Esse passo selou a formação do Resiste, em um potente encontro entre Rosa, os movimentos e ocupações e as Jornadas de Junho de 2013.

Naquele período ninguém estava botando fé, né, nessa questão de manifestar, que tem que ocupar e tal. Então ninguém foi pro ato da prefeitura. Aí chamaram a gente pra reunião. Aí foi a Zoca e uma outra pessoa que eu não lembro se era daqui ou do Zilah. (Charlene Cristiane Egídio, 37).

Naquele mesmo período, Sueli descobriu que tinha perdido seu primeiro filho, Felipe, no dia do aniversário de seu pai. Ele tinha transtorno mental e quando ficava agitado, tinha de ser levado para o Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM) em geral de ambulância, pois podia se tornar muito agressivo. Naquele dia, segundo relatos a que ela teve acesso, brigou no bar com “uns caras”, que depois voltaram com armas e atiraram contra ele. Sueli estava capinando o lote cheio de mato dos primeiros dias de ocupação, para a comemoração do aniversário do marido, pai do Felipe, quando soube da notícia de que o filho estava morto no Hospital Risoleta Neves. Felipe havia chegado à ocupação para sair do aluguel e dar uma casa para seus dois filhos.

³² A reunião aprovou um documento com os seguintes pontos:

1. Criação de uma comissão para tratar das especificidades de cada comunidade a fim de buscar uma solução negociada para os conflitos fundiários. A comissão é formada por: representantes das ocupações, o MLB, as Brigadas Populares, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública e a Prefeitura de BH.
2. Suspensão, por prazo indeterminado, das ações de despejos movidas pelo Município de Belo Horizonte contra as ocupações acima mencionadas, até que a comissão anterior conclua seus trabalhos.
3. Que o Executivo municipal proponha a mudança do zoneamento das áreas das ocupações urbanas em AEIS II (Área Especial de Interesse Social II), a partir de estudos elaborados pela comissão definida acima, com indicativo de dois meses, via decreto, em caso de área pública, ou via projeto de lei, em caso de área privada.
4. Realização de reunião conjunta com o Governo Estadual e o Governo Federal para promoção de ações conjuntas no sentido de regularizar as referidas áreas e incrementar as ações da política municipal de habitação.
5. O movimento se compromete desocupar imediatamente a sede da Prefeitura. (Ata da reunião 2013)

³³ A chamada “Mata do Isidoro” corresponde à última grande área verde localizada na região norte de Belo Horizonte. Trata-se de um vetor de expansão imobiliária impulsionada por grandes investimentos recentes em obras como a Catedral Cristo Rei, a Cidade Administrativa e a Linha Verde, que dá acesso ao Aeroporto Internacional de Confins (COSTA; MAGALHÃES, 2011). As controvérsias em torno da nomeação “Isidoro” serão discutidas mais adiante.

Porém, ele sequer conseguiu subir a alvenaria. Atualmente, os filhos de Felipe moram com a mãe fora da ocupação. Em 2018, ele completaria 34 anos.

Eu participava do MST. Fiquei quase um ano com o pessoal do MST lá no Jequitibá. A gente também participou lá da luta também. Era uma fazenda mas aí eles perderam. Lá a gente chegou a plantar muito, a gente doou muita verdura pros hospitais, pras escolas, pra muito asilo, pra muito lugar, do que nós plantamos. A gente fez uma mandala que saiu até no jornal. Muito bonita. Aí eu conheci o Rosa Leão foi através do Wesley [seu filho mais novo atualmente com 29 anos] né, porque a gente tava sem lugar pra morar. Aí ele andando achou aqui e conseguiu cercar. Falou: “Consegui mãe pra mim, pra senhora, pra minha irmã”, que ele só tem uma irmã, “Pra nós sair desse sofrimento”. Aqui eu me enturmei, sofremos demais, né? Pra chegar até onde nós tamo. Quando eu vim pra cá eu vim pra debaixo de uma lona, que eu acho que era maior do que meu banheiro só um pouquinho. E assim aconteceu. Aqui eu perdi meu filho também [Felipe], mais velho, ele tinha um lote aqui na quadra B. Aí ele faleceu, mataram ele. Aí veio, meu marido foi e morreu, quando fez nove meses que mataram meu filho. Depois quando fez acho que dois anos, o Maicon morreu [seu filho do meio], polícia matou o Maicon e quase matou o Wesley também. E foi aquele sofrimento, mas eu continuo aqui, continuo na luta, sabe? E foi um sofrimento muito grande, mas eu tô aqui. Pelo menos aqui no Rosa Leão eu tenho paz, eu durmo na minha cama tranquila pra dormir, meus filhos está todo aí, graças a Deus. Tudo fora do caminho errado, né, porque alguns deles andavam no caminho errado. Dois deles só. Mas eu tô aí, tô firme aí, firme na rocha. Hoje, graças a Deus eu trabalho, graças a Deus cuido dos meus neto direitinho. (Sueli de Jesus, 58)

Nessa época o Chiquinho [ex-marido] tentou tomar meu filho de mim. Por isso que foi feito um mutirão pra construir um cômodo e um banheiro pra mim, porque o Chiquinho ameaçou tirar o Pedro de mim, porque eu morava em barraco de lona, na vila, na favela! E aí ele queria tirar o Pedro e ele tinha condição, porque ele mora na casa da mãe dele, a casa da mãe dele é uma puta de uma casa, num bairro considerado meio classe média, um lugar assim, totalmente diferente, então ele conseguia tirar. Aí o Frei ia ser uma testemunha, houve um processo, o Frei foi muito insensível, lembro como se fosse ontem, ele falou assim... Eu falando assim: ‘Estou nessa situação, meu ex-marido quer tirar meu filho de mim, não sei o que’, aí ele foi e falou comigo, que ele achava melhor eu deixar o Pedro morar com o pai dele, porque lá ele estava seguro, estava mais tranquilo, aí eu ia ter condição de fazer a luta. A ideia? Eu não lembro o que eu falei não, mas eu acho que falei com ele que eu não conseguia viver sem o meu filho. Jamais vou abrir mão do meu filho. Aí eu acho que eu falei, acho que falei foi com o Chiquinho, que se eu morasse na rua, o Pedro ia morar na rua comigo, mas que se ele achasse ruim, que ele pagasse um aluguel e me colocasse numa casa ou me desse uma casa pra cuidar do filho dele. E fui cortando, cortando, cortando. Até que nisso... Nisso o Chiquinho começou até querer ajudar, trouxe umas madeiras pra mim, trouxe uns fio, uns trem, começou a tentar ajudar a fazer uma barraca. (Charlene).

Charlene se tornou coordenadora da ocupação cerca de duas semanas depois do ato na prefeitura e se lembra de participar de uma reunião com o poder público, na presença do secretário de governo, que estabeleceu acordo para não haver despejo na Rosa Leão. A contrapartida era que

99 famílias fossem remanejadas da área de preservação ambiental para outras áreas da ocupação e que ela não se expandisse. Frei Gilvander também estava presente. Representantes da prefeitura participaram no remanejamento das famílias, fazendo a delimitação da área da Rosa Leão.

Foto 17 – Funcionários da prefeitura cercam área de proteção ambiental depois do remanejamento das famílias da Rosa Leão firmado em acordo com a Prefeitura.



Fonte: Blog da Ocupação Rosa Leão.

O acordo de não despejo durou pouco, pois foi quebrado em 27 de setembro 2013,³⁴ em reunião com o então prefeito Marcio Lacerda. A justificativa apresentada era a de que o surgimento das ocupações Esperança e Vitória na região da Izidora significavam expansão da ocupação Rosa Leão. No entanto, segundo relatos dos moradores, essas ocupações já existiam há tempos, só não estavam ainda articuladas na luta. O prefeito pressionava pela retirada imediata das famílias, afirmando que elas não virariam o ano de 2013 na área. Mesmo assim, o *réveillon* daquele ano foi o momento mais feliz de Charlene na ocupação. Arrumou-se às 22h, enquanto uma vizinha de

³⁴ A reunião da mesa de negociação das ocupações, relatada por Bizotto (2016), na qual o prefeito Marcio Lacerda teria avisado que faria o despejo e dado a ordem ao policial da PMMG, Coronel Genedempsey Bicalho, presidente da Urbel, para avisar as famílias da Izidora.

lote preparava a comida. À meia-noite, vendo os fogos da Lagoa da Pampulha, ela, a vizinha e outras moradoras se encontraram, se abraçaram, gritavam e pulavam, endereçando gentilezas ao prefeito. Apesar do prefeito Marcio Lacerda, as famílias viraram 2013 no terreno.

O ano de 2014 chega e a luta recrudescer, de tal maneira que as ocupações passam metade do ano cercadas com barricadas montadas pelos moradores, em função da presença constante de tropas policiais no entorno das ocupações.³⁵ Na entrada de baixo da Rosa Leão, as barricadas foram organizadas pelos moradores do Conjunto Ubirajara, que também participavam das vigílias. A atividade de Maria do Carmo aumenta. Ela já não era mais apoio só de sua filha, Neide, mas era a responsável por fazer comida para os apoiadores externos que vinham para as vigílias. O compromisso e a seriedade com que encaminhou essa tarefa a levaram à coordenação da ocupação, no início de 2015.

A partir (sic) cozinhar eu entrei de cabeça na luta, aí me convidaram pra coordenação. Aí eu não queria não, porque eu não queria compromisso, eu queria ser, assim, voluntária, né? Mas quando eu assustei que não, eu não tinha aceitado a coordenação, mas já tava tão lá dentro que nem eu mesma estava percebendo né? O quanto eu já tava enfiada dentro da coisa. De primeiro eu não queria entrar porque eu tinha medo, porque nós tinha tido um caso de uma pessoa que mexia com povo, mexia com comunidade, que é a Rosa Leão, que morreu fazendo esse trabalho. Meus meninos não aceitavam, de jeito nenhum, que tinha medo também. E eu, sei lá, não sei, parece que... E também na época eu tava com muita baixa estima e como frequentava lá advogado, aquele pessoal da PUC, eu ficava com muita vergonha. Eu achava que era feio eu estar ali no meio deles e tudo. Eu aprendi a levantar a cabeça, olhar no olho mesmo e acabou que eu fiquei tão pra frente assim. (Maria)

Depois de muita insistência, Carine conseguiu uma vaga para a filha na UMEI naquele 2014, o que lhe permitiu descansar uma parte da manhã, já que as noites passava em claro por causa dos

³⁵ Esse momento é denominado na Rosa Leão como o “Período da Lasqueira” e corresponde aos meses de julho e agosto de 2014. Com a ordem de despejo vigente, esse período foi caracterizado pela mobilização de um contingente de 4000 policiais militares, incluído reforços do interior para realizar a ação. Além disso, helicópteros da PMMG sobrevoavam as ocupações durante a noite gerando um clima permanente de ameaça. Na semana do dia 13 de agosto, data prevista para a reintegração de posse, os helicópteros lançaram sobre as comunidades panfletos orientando as pessoas para que abandonassem o terreno e responsabilizando o movimento por possíveis danos à integridade de mulheres grávidas, idosos, crianças e portadores de necessidades especiais. O “Período da Lasqueira” terminou no dia 13 de agosto. Enquanto a polícia estava a postos para realizar o despejo, o juiz da Vara Cível da Infância e Juventude, Marcos Padula, expediu uma liminar suspendendo a reintegração. Estima-se que foram gastos meio milhão de reais nessa operação. Embora passado esse período, a ameaça de despejo seguiu pairando até 2018, com a assinatura dos decretos.

helicópteros. Carine entrou para a ocupação logo no início do movimento, aos 17 anos e com a filha Natália, de apenas um ano. Foi o jeito que encontrou para conseguir interromper uma relação abusiva com o pai da menina. Ele foi atrás dela na ocupação, arrumou um lote e ameaçava tirar Natália dela. Com 18 anos completos e Natália na UMEI, arrumou um emprego no *Subway*.³⁶ Quando completou seis meses de emprego, foi campeã de vendas de copos promocionais e ganhou uma gratificação de R\$ 300,00, que lhe permitiu subir os pilares da casa dela, até então de lona. Antes da lona, dormiu sob um lençol amarrado nas árvores. Chegava à meia-noite em casa, pegava a filha com sua mãe, também moradora da ocupação, e cochilava ouvindo os helicópteros. Quando a sirene tocava, ela ia para a vigília.

Depois as polícia entrou né. Bateu num menino lá em cima. Aí eles começou a jogar papelzinho com helicóptero pra tirar as crianças e os idosos da ocupação, que eles ia vim pra tirar os povo daqui né. Aí eu fiquei desesperada, porque eu tava só com eu e ela [sua filha, Natália, que na época tinha pouco mais de 1 ano] de, dentro da barraca, não sabia o que eu arrumava. Aí nós tudo, as mulher tudo com criança, nós tudo ficou aqui enfrentando a polícia e a polícia falando que ia passar de qualquer jeito. Que ia derrubar tudo! Aí veio aqueles guarda da Tropa do Choque, fechou aqui em cima, fechou lá em cima, fechou aqui em baixo, aí todo mundo reuniu. Nós nem dormia de madrugada, ficava com medo né, deles vim entrar. E helicóptero só pra lá e pra cá jogando os papelzinho. (Carine Suelen Egidio Delfino, 22).

³⁶ *Subway* é uma rede estadunidense de restaurantes *fast food*.

Foto 18 – Panfleto jogado pelos helicópteros da polícia para moradores da Izidora.

INFORMAÇÃO
sobre a reintegração de posse

Será cumprida, em breve, ordem de reintegração de posse nas ocupações conhecidas como Mata do Isidoro / Zilah Sposito

- A PMMG acompanhará oficiais de Justiça em cumprimento à Ordem Judicial de Reintegração de Posse nos terrenos ocupados na região conhecida como Mata do Isidoro / Zilah Sposito.
- Sugere-se que mulheres grávidas, idosos, crianças e pessoas portadoras de necessidades especiais saiam do local, antes da reintegração, para preservar a integridade física e psicológica dos mesmos. A responsabilidade pela saúde dessas pessoas é do movimento.
- As pessoas poderão sair, antecipadamente do local e retirar seus pertences, seguindo a orientação da Polícia Militar ou espontaneamente.
- A PMMG estará no local, cumprindo sua missão constitucional, para garantir o poder de polícia administrativa dos oficiais de justiça que estarão na posse dos documentos necessários para fazer a reintegração.
- A PMMG irá atuar dentro dos princípios fundamentais dos direitos humanos, especialmente na preservação da integridade física e mental de todos.
- O objetivo principal da presença da PMMG será o de zelar pelo cumprimento da ordem judicial com total prioridade na observância à dignidade da pessoa humana.

POLÍCIA MILITAR
DE MINAS GERAIS

Responsável para garantir a segurança e a integridade física de todos os presentes, assegurando a dignidade da pessoa

181
disque denúncia

Fonte: Página do Resiste Izidora no Facebook.

A gente dormia lá no galpão central lá em cima. Juntaram, vocês todos veio pra cá [rede de apoio externa], que um bocado dormiu no barracão de madeirite ali. E ficava numa fogueira. Pensava que não, mas vinha polícia e a gente corria todo mundo. E quando vinha a gente tava aqui na beira do fogão, cuidando de comida, a sirene já ligava nós desligava o fogão e ia doida correndo pra lá. Foi sufoco esses dia aí. Era de tirar o sono e de você não conseguir deitar a cabeça no travesseiro esperando de qualquer hora eles chegar com o batalhão de choque, com os trem pra derrubar nossos barracão. (Delícia)

Nesse mesmo período, Charlene se despediu da mãe. Achava que podia morrer em algum desses enfrentamentos, por isso foi dar adeus e deixar instruções sobre o que fazer com seu filho, Pedro, que na época tinha seis anos. Havia dito ao menino que devia morar com a madrinha e não com o pai, no caso de acontecer algo com ela. Charlene tinha se separado do pai de Pedro. Ela e o filho estavam sozinhos em uma barraca de lona. Naquele época, ela estava disposta a tudo, de tal maneira que as pessoas diziam que ela se transformaria em uma nova Rosa Leão. Olhando para trás, hoje, considera que isso poderia ter se tornado realidade.

1.2. O Quilombo Izidora

A ameaça presente e constante esvai-se com a desmobilização das tropas do entorno da Izidora, alcançado por uma decisão judicial que tinha como objeto a proteção das crianças e dos adolescentes.³⁷ Fato esse que não representou qualquer vitória contra as ações de despejo, contudo, gerou um novo fôlego. Enquanto aquele ar mais fresco era inspirado para os pulmões, o passado novamente era expirado daquela terra. Conferindo uma nova identidade à luta, a mudança foi quase silenciosa, embora não imperceptível. Quando ela se deu, parecia nunca ter

³⁷ Em 12 de agosto de 2014, na iminência do cumprimento do mandado de reintegração de posse, foi realizada uma Ação Cautelar proposta pelo Ministério Público Estadual da Infância e da Juventude, que pedia proteção às crianças e aos adolescentes frente ao risco de ação violenta na operação de despejo. Essa ação obteve decisão liminar proferida pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude, Marcos Padula. “Essa decisão, primeira favorável aos direitos dos ocupantes, durou, contudo, menos de 24h” (FRANZONI, 2017: 258). O município entrou com recurso que foi julgado procedente pela 5ª Câmara Cível, no dia 13 de agosto de 2014. No entanto, as tropas não voltaram a cercar a Izidora.

sido de outro jeito. Isidoro, Isidora, Izidora. O avanço das pesquisas sobre o conflito, origem e atores, revelaram a perversidade dos mecanismos de invisibilização da História, que até então a própria rede de luta reproduzia, mas de que os mais antigos da região já sabiam. Naquela parte da cidade, todo mundo é de Izidora.

A primeira a alertar para o fato no interior da rede de apoio às ocupações foi a professora arquiteta Margarete Leta.³⁸ Ela constatou que, até pelo menos 1937, o ribeirão que dava nome à área constava nos mapas de Belo Horizonte como Ribeirão da Izidora. Posteriormente, a professora reparou que houve uma tendência de *masculinização* de todos os nomes. O que pareceu um “problema de gênero”, como Leta caracterizou à primeira vista, demonstrou ser muito mais profundo, sobretudo quando ela entrou em contato com o Quilombo de Mangueiras, território negro ancestral, localizado na mesma região. Segundo os mais velhos do quilombo, Izidora foi uma mulher ex-escrava alforriada que se estabeleceu na região e ali constituiu sua descendência.

Dessa Izidora temos a memória cultural ancestral do quilombo e alguns poucos registros oficiais que podem ser atribuídos a ela. Uma das informações está no *Registro de Terras do Curral Del Rei*.³⁹ Nele consta uma certa Izidora da Costa, como possuidora de meio alqueire de terras no Ribeirão da Onça (Venda Nova), que fazia divisa com herdeiros de João Antonio da Silva, Joze Vieira e Ribeirão Acima. As informações foram declaradas e registradas em 28 de março de 1856. A outra informação refere-se à *escrava forra* Maria Izidora, de 38 anos, arrolada entre escravizadas e escravizados do Coronel Luis da Siqueira, residentes na região denominada *Palmital*, na então Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rey. Estes dados constam de uma Lista de Habitantes da Freguezia de N. Senhora da Boa Viagem de Curral Del

³⁸ Margarete Leta é integrante da Associação dos Arquitetos Sem Fronteira e professora da PUC-MG e da UFMG.

³⁹ Cf.: APM - FUNDO REPARTIÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS. Transcrição do Livro TP-1-067 Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rei (1855-1857). Registro nº 84, pg. 32-33.

Rey, ano de 1828.⁴⁰ Embora não seja possível comprovar, é possível que se trate da mesma pessoa e que essa mulher tenha dado nome à região.⁴¹

A descoberta do que foi entendido à época como masculinização do nome fez com que a Rede Resiste fosse gradativamente mudando as postagens, *hashtags* e artes, entre o final de 2014 e o início de 2015, de Isidoro, para Isidora e de Isidora para Izidora. Embora esse fato não tenha merecido uma menção particular pela Rede,⁴² caracterizando os componentes de gênero e raça do caso, ele acabou encerrando um gesto importante de rememoração. As lutas do presente geraram um resgate das lutas do passado e se inscreveram no território embranquecido e nomeado pelas forças oligárquicas, patriarcais e racistas de Isidoro. São as marcas da presença negra e feminina. A Mata é da Izidora.

O Quilombo de Mangueiras também é Izidora. Localizado no Ribeirão da Izidora, desde o século XIX, quando a Lei Áurea não existia e tampouco Belo Horizonte, foi fundado pelo casal Vicência Vieira de Lima e Cassiano José de Azevedo, lavradores negros que tiveram doze filhos.⁴³ De todos, Maria Bárbara foi a ancestral mais próxima dos atuais moradores, nasceu por volta de 1863 e viveu até os 73 anos. Depois seguiu vivendo nas memórias que levaram a batizar o Centro Educativo do Quilombo, autoconstruído a partir da casa do também quilombola Seu Valter, tomando seu nome emprestado. Desde 2008, o espaço é sede de um projeto de Educação de Jovens e Adultos, onde Dona Wanda está matriculada para se alfabetizar. Dona Wanda é a

⁴⁰ Esta lista foi publicada em TASSINI, Raul. Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rei. Belo Horizonte: s. n., 1947. (Acervo da Biblioteca do Arquivo Público Mineiro).

⁴¹ Agradeço a historiadora e pesquisadora Josimeire Alves, pelas informações e trocas sobre o caso.

⁴² A pesquisa não encontrou postagem na página do Resiste Izidora sobre o tema. Nas redes foi possível encontrar uma postagem de Frei Gilvander, de 17/02/2015, compartilhada na páginas das três ocupações sobre a mudança de nome, *Ocupações da Izidora e não do Isidoro, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG. Por quê?* (<https://www.facebook.com/gilvander.moreira/posts/643950999066346>. Acesso em 20/01/2018) e uma menção na coluna de Guilherme Boulos na Folha de São Paulo, de 25/06/2015, A Isidora Resiste (<https://m.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2015/06/1647410-a-izidora-resiste.shtml>. Acesso em 20/01/2018). Uma postagem na página da Rede, no dia 28/11/2014, sugere que o movimento já tinha tomado conhecimento da controvérsia em torno do nome (<https://www.facebook.com/resisteizidora/posts/582398498572798>. Acesso em 20/01/2018)

⁴³As informações sobre a história do Quilombo de Mangueiras são baseadas em Costa (2015). Quilombo de Mangueiras. Coleção Terra de Quilombos Minas Gerais. Belo Horizonte: FAFICH. Disponível em: https://www.mppma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/mangueiras.pdf. Acesso em 10/05/2018

fundadora do terreiro *Ilé Asè Odé Safé Edún Ará* juntamente com suas duas filhas, Ivone e Ione. Ela está à frente do resgate da religião de matriz africana no quilombo.⁴⁴ As forças da natureza também são Izidora.

Os filhos de Maria Bárbara, Cassiano, Miguel e José Maria viveram e morreram na comunidade. Isso aconteceu ao longo da década de 1970. Eles puderam testemunhar a chegada da família Werneck, que acumulou terras, assediando as deles. Por volta de 1920, Hugo Werneck, médico carioca, mudou-se para Belo Horizonte e começou a comprar as terras vizinhas ao quilombo. Com incentivos do Banco do Brasil, inaugurou um sanatório em 1929. Esse processo “coincide” perversamente com a divisão das terras de Vicência e Cassiano. Metade de todo território original é repassado à família Werneck. Desde então, ela afirma tê-lo adquirido por compra, mas nunca apresentou os documentos comprobatórios, ou os termos da transação concluída em 1932, nem para os representantes do Quilombo de Mangueiras, nem nos processos das três ocupações da Izidora, constituindo fortes indícios de grilagem de terras.⁴⁵ Como a regularização de terras se dá em termos complexos e de alto custo, os herdeiros daquela terra não conseguiam concluir o processo.⁴⁶

⁴⁴ *ibidem*.

⁴⁵ Ver a pesquisa independente desenvolvida por Padre Piggi, da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa da Arquidiocese de Belo Horizonte, que demonstra os sérios indícios de grilagem de terras na região da Izidora. Em: <https://youtu.be/sWgL3dq4SMc>. Acesso em: 10/03/2018.

⁴⁶ Costa (2015). Quilombo de Mangueiras. Coleção Terra de Quilombos Minas Gerais. Belo Horizonte: FAFICH. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/mangueiras.pdf. Acesso em 10/05/2018.

Foto 19 – Dona Wanda, quilombola do Quilombo de Mangueiras e fundadora do terreiro *Ilé Asè Odé Safé Edún Ará*



Fonte: Site do Inca.

Desde então, o quilombo acompanha, não sem luta, a transformação de parte de sua terra ancestral em grandes empreendimentos, em uma relação entre o capital imobiliário e a oligarquia latifundiária. Junto com a inauguração do sanatório, deu-se a abertura da Rodovia MG-20, que, além de reduzir o território da comunidade, restringiu o acesso de seus moradores aos dois ribeirões, da Izidora e do Onça. Na década de 1950, foram construídos conjuntos habitacionais, alguns deles empreendidos por órgãos do governo. Em 2006, a duplicação da MG-20 fez avançar ainda mais a rodovia sobre o território em questão. Os grandes projetos que ameaçavam a Izidora já pressionavam Mangueiras anos antes, desconsiderando as dimensões reivindicadas por eles em seu processo de titulação.⁴⁷

⁴⁷ As informações detalhadas deste processo constam na nota produzida pelo Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais – NuQ/UFGM (2010). Em: http://www.abant.org.br/conteudo/002PRINCIPAL/Nota_sobre_Mangueiras.pdf. Acesso em 10/05/2018

Sabe o que eu fiquei mais orgulhosa do movimento? Porque eles descobriram coisas que ninguém nunca descobriu desse lugar. Às vezes a gente sabia, mas assim, às vezes não podia dizer, né. Igual, eles descobriram documento falso. Eles descobriram e tinha muita gente aí que não tinha descoberto esse documento. Que tinha gente poderosa que rouba terra dos outros. Olha até onde a gente chegou. (Sueli)

Todavia, 2006 não trouxe somente derrotas. O quilombo autodeclarou-se como tal um ano antes. Houve batalhas e muita pressão sobre a prefeitura, até lograrem a implantação do Programa Luz para Todos, eletrificando as construções de suas 35 famílias. Somado a isso, o quilombo conquistou a instalação dos serviços de água e esgoto, cujos quais a Copasa até aquele momento não havia feito sob a alegação de que a área não era regularizada. Coisa semelhante fazem com as ocupações da Izidora, que até hoje não tem nenhum desses serviços essenciais. Em 2008, juntamente com a alfabetização, foi lançado um sofisticado projeto autogestionado de coleta e reciclagem de lixo na comunidade, que não era atendida pelo sistema de coleta de lixo da prefeitura.⁴⁸

Entre 2013 e 2014, o relançamento da Operação Urbana do Isidoro, cuja primeira proposta data de 2010, significou a consubstanciação dos interesses oligárquicos, imobiliários e estatais para a região.⁴⁹ A Operação Urbana, instrumento de Parceria Público-Privada (PPP), objetivava levar a cabo um grande empreendimento imobiliário, Granja Werneck. Na época, o projeto era partir do programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, para efetuar o loteamento do restante da área da Izidora. No horizonte estava a construção de grandes empreendimentos comerciais e residenciais, por meio da relativização de parâmetros ambientais e da pressão a favor do despejo das famílias de Rosa Leão, Esperança e Vitória. O instrumento ainda previa a abertura de duas grandes vias de circulação, a Via Norte-Sul e a Via 540, esta última prevista para passar no meio

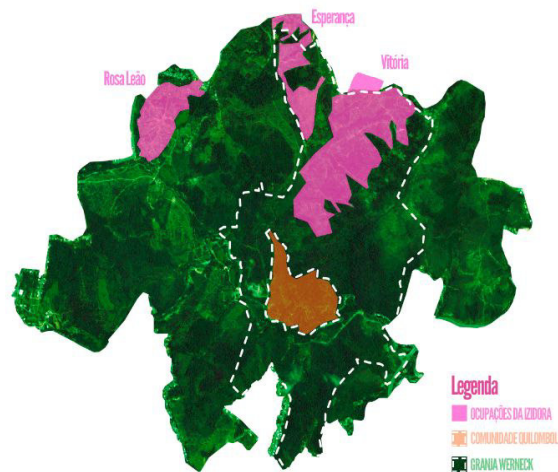
⁴⁸ Costa (2015). Quilombo de Mangueiras. Coleção Terra de Quilombos Minas Gerais. Belo Horizonte: FAFICH. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/mangueiras.pdf. Acesso em 10/05/2018

⁴⁹ Sobre a Operação Urbana do Isidoro ver: FRANZONI, ALVES, FARIA, 2018.

da área quilombola. O empreendimento seria realizado pela construtora Direcional S/A, outro agente ativo na pressão pelo despejo.⁵⁰

Ainda do ponto de vista fundiário, a Ocupação Rosa Leão ocupa uma área reivindicada pela Fazenda Tamboril, de propriedade de Paulo Henrique. Outra fração menor é área municipal. A Ocupação Esperança está localizada em uma área de fronteira entre Belo Horizonte e o Bairro Londrina, em Santa Luzia. A ocupação Vitória, por sua vez, está estabelecida em uma área fronteira ao Bairro Baronesa, em Santa Luzia. Todas essas ocupações estão situadas em áreas reivindicadas pela família Werneck. Embora haja diferentes proprietários, os interesses latifundiários eram sempre representados pelos Werneck nas mesas de negociação.⁵¹

Mapa 3 – Ocupações da Izidora e Quilombo Mangueiras.

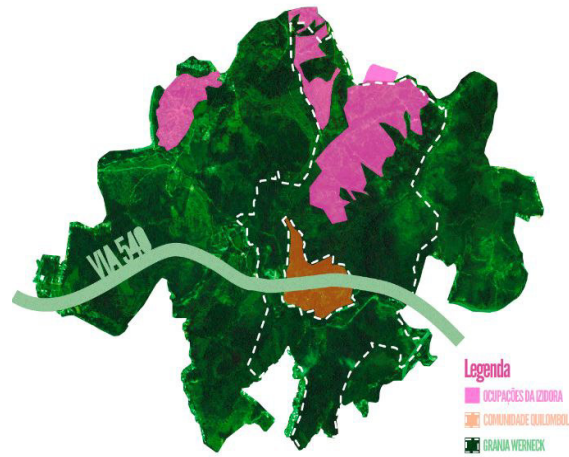


Fonte: Indisciplinar

⁵⁰ FRANZONI, ALVES, FARIA, 2018.

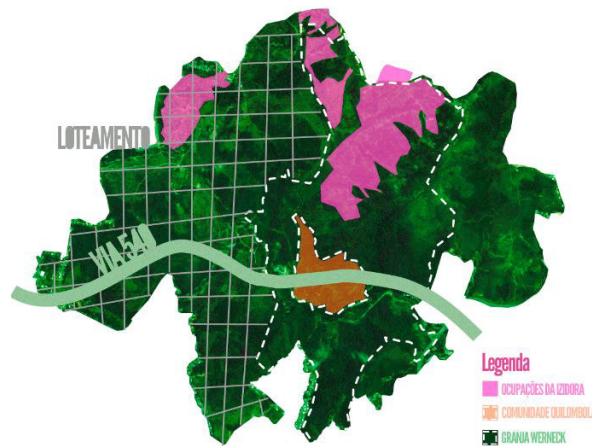
⁵¹ BITTENCOURT, Rafael (2016). Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 15). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

Mapa 4 – Ocupações da Izidora e Quilombo Mangueiras sobrepostos pela via 540 prevista na OUS-Isidoro



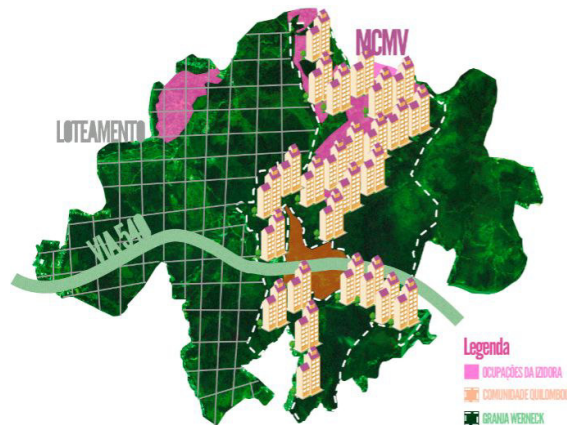
Fonte: Indisciplinar

Mapa 5 – Mapa da Izidora com propostas de loteamento aprovadas.



Fonte: Indisciplinar.

Mapa 6 – Ocupações da Izidora e Quilombo Mangueiras sobrepostos pela via 540 e pelo empreendimento do programa Minha Casa, Minha Vida previstos na OUS-Isidoro.



Fonte: Indisciplinar.

Enquanto a *Izidora-Rosa Leão-Esperança-Vitória* seguia resistindo à ameaça de despejo, frustrando os interesses da oligarquia dos Werneck e os do capital imobiliário, a *Izidora-Mangueiras* também obteve uma importante conquista. Uma portaria do Incri foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 14 de janeiro de 2016, reconhecendo suas terras tradicionalmente ocupadas,⁵² ainda que, com os anos, o território tenha se reduzido de 387 mil metros quadrados – medidos na época da fundação por Vicência e Cassiano – para 17 mil metros quadrados. O quilombo segue na luta pela titulação das terras e pela recuperação de suas áreas, como aquelas que contam ao espólio de Samuel Werneck. Resiste, Izidora!

Na verdade essa área aqui nunca teve vazia. Além do quilombo que agora eu sei que existe, as matas...minha mãe vinha aqui, catava raiz. Ela é raizeira. Isso é muito doido, porque a gente trazia comida, arroz e feijão, às vezes muchibinha. Muchibinha é quando eles limpam as carnes pra vender, as carnes nobre e tira aqueles restos, aí tem uns trem meio assim, meio um nervo, aí você fritar aquilo

⁵² <https://www.brasildefato.com.br/node/34088/>

tudo e cozinha. Que a gente ganhava no açougue, que a gente pedia, aí comia aquele trem achando que era picanha, porque é o que tinha. Aí vinha com arroz, feijão e muchibinha na marmitta e a mamãe vinha pra cá, colher raiz, meu padrasto, eu e ela, então, minha irmã mais velha. Ela conhecia as raiz tudo, quina, um monte de coisa, carqueja, jatobá. Aí amarrava tudo, tinha secar as raízes, as folhas... Aí amarrava, fazia os montinhos, levava pro Mercado e vendia pra cuidar de nós. Então, tipo assim, eu estou com 36 anos de idade, eu tinha cinco, há 31 anos atrás a gente já vinha aqui ocupar de forma, é... cultural. Porque isso é da cultura da minha mãe. (Charlene)

A identidade de Izidora foi incorporada pelas coordenações, movimentos e rede de apoio. Isso contribuiu para a construção da unidade entre as três ocupações e de um contraponto ao projeto do Estado-Capital na região, consubstanciado na Operação Urbana do Isidoro.⁵³ Granja Werneck, Isidoro, Izidora. A disputa de nomes é uma disputa de forças. A construção da Izidora teve a capacidade de se contrapor a uma estratégia comumente utilizada pelo poder público e pelas empresas nos processos de negociação, a saber, a individualização dos casos. Esse tipo de expediente, em geral, produz conflitos internos e propostas que acabam por enfraquecer a resistência. Assim, embora o empreendimento imobiliário que fazia *lobby* pró-despejo não compreendesse a área ocupada pela Rosa Leão, as representantes da ocupação não realizaram qualquer tentativa de realizar uma negociação em separado.

A Ocupação Helena Greco, também localizada na região da Izidora, seguiu outro caminho. No início de 2011, cerca de 34 famílias ocuparam o terreno de propriedade da prefeitura, ao lado do que hoje é a ocupação Rosa Leão. As famílias autoconstruíram suas casas ao longo do ano e passaram a sofrer ameaça de despejo da prefeitura de Márcio Lacerda. Em 21 de outubro de 2011, um efetivo de fiscais, gerentes e guardas municipais e policiais militares iniciaram o despejo da ocupação sem mandado judicial. A estratégia do efetivo foi jogar spray de pimenta dentro das casas, obrigando as famílias a abandonarem as construções. Assim conseguiram demolir 27 casas de alvenaria e algumas barracas de lona.⁵⁴ Zoca fez contato com Dandara. Em

⁵³ Essa unidade também se estabeleceu em resposta às ações judiciais de reintegração de posse. Quando a justiça concedeu as liminares, a juíza Luzia Divina, da 6ª Vara da Fazenda Municipal, reuniu as ações possessórias formuladas por distintos proprietários e pela PBH. Ela foi a mesma juíza que ordenou a reintegração de posse da Ocupação Eliana Silva I, em 2012 (BITTENCOURT, 2016).

⁵⁴ As informações foram retiradas do Processo de sindicância investigatória nº. 03.000309.11.14, movido pelo Programa Pólos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (arquivo pessoal da autora). Há informações adicionais no manifesto de apoio à ocupação, em:

algum tempo, apareceram moradores da ocupação, militantes das Brigadas Populares e demais pessoas da rede de apoio. Em conjunto com a mobilização do Ubirajara e dos ocupantes, foi possível parar o despejo naquele dia. As ameaças continuaram pairando sobre a comunidade, que contou com apoio de vasta campanha de solidariedade para reconstruir as casas. Em 2013, com a chegada das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, a coordenação da Ocupação Helena Greco foi procurada para compor as negociações da Izidora, o que acabou não acontecendo por motivos que não ficaram evidentes. No entanto, a possibilidade de regularização fundiária da ocupação efetivamente se abriu somente quando a prefeitura atribuiu à Helena Grego a designação de quarta ocupação da Izidora, em decreto assinado em 12 de junho de 2018, pelo prefeito de BH, Alexandre Kalil.⁵⁵

Um ano antes da portaria de Mangueiras, a Izidora-Rosa Leão-Esperança-Vitória perdia Manoel Ramos Bahia, em 31 de março de 2015, e Kadu em 22 de novembro de 2015, ambos coordenadores da ocupação Vitória, em circunstâncias nebulosas. Bahia, 26 anos, era um militante combativo e querido da ocupação, que denunciava as perseguições que vinha sofrendo da Polícia Militar. No dia de seu assassinato, foi pego em uma emboscada armada por um morador que buscava ter mais lotes na ocupação e que, por isso, estava em conflito com a

<https://terrorismobranco.wordpress.com/2012/03/18/manifesto-todo-apoio-a-comunidade-zilah-sposito-helena-greco/>. Acesso em: 20/03/2018

⁵⁵ No dia 12 de abril de 2018, o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PHS), assinou o Decreto nº 16.888, reconhecendo 119 ocupações do município como Assentamentos de Interesse Social, instrumento previsto na nova Lei de Regularização Fundiária - Lei Federal 13.465/2017. A proposta de novo Plano Diretor de Belo Horizonte já previa o reconhecimento de 115 dessas áreas como Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), como as ocupações Dandara, Camilo Torres e Eliana Silva. Frente a ele, o Decreto inclui quatro áreas, Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Grego, e modifica o instrumento empregado. O Governador do Estado, Fernando Pimentel (PT) também esteve presente na assinatura. No mesmo ato, o prefeito assinou outro decreto – nº 16.889 – prevendo o Plano de Controle e Monitoramento de Áreas Públicas, que tem como objetivo coibir a realização de novas ocupações no município. Dentre as ações previstas no segundo decreto há além de ações de vigilância de áreas com potencial de serem ocupadas, o reforço a ações de despejo sem ordem judicial, o que os movimentos e comunidades têm denunciado como ilegal. O Decreto nº16.888/2018 não prevê a realização imediata e prioritária de políticas de urbanização e regularização das comunidades e, segundo movimentos e coordenações não extingue por completo as ameaças que pairam sobre as comunidades incluídas. <https://www.facebook.com/notes/resiste-izidora/para-compreender-melhor-os-dois-decretos-do-prefeito-de-belo-horizonte-alexandre/1383434508469189/>

coordenação.⁵⁶ Kadu, ou Ricardo Freitas Miranda, de 38 anos, foi assassinado após três homens jovens abrirem fogo contra o carro onde estava, na porta da ocupação.⁵⁷

No período entre a morte de Bahia e a de Kadu, o Estado reprimiu violentamente a marcha da Izidora na Linha Verde, no dia 19 de junho de 2015. Em uma ação cuja desproporção de forças chegou a um nível aberrante, bombas de gás e balas de borracha foram atiradas contra a manifestação, que contava com muitas crianças. Sueli foi presa naquela ocasião. Já Charlene conseguiu escapar, entrando no Hospital Risoleta Neves com o nome de Leticia. À repressão na MG-10 se seguem várias ações de denúncia que acabam provocando uma decisão em caráter liminar no Superior Tribunal de Justiça em favor de Izidora.⁵⁸

A disputa jurídica segue, embora não haja mais mobilizações de tropas contra as ocupações.⁵⁹ No âmbito da coordenação da Ocupação Rosa Leão, a prioridade na luta coletiva contra o despejo vai se deslocando para a luta coletiva pela consolidação.

Assim, quando fala resistência da Izidora, eu lembro muito dos companheiros que se foram, porque isso pra mim é algo irreversível e que não tem como. Isso vai durar na minha vida enquanto eu tiver vida, isso vai ser marcado e também o ataque que teve na MG10, que foi muito marcante e eu creio que pra todo mundo que estava lá. Por mais pessoas que estavam na luta lá, saíram da comunidade e estão em outros espaços, vai contar isso pro resto da vida, porque quem passou pelo que a gente passou lá, não tem como esquecer. Era uma cena de guerra, contra o povo desarmado, que é uma coisa cabulosa, né? Contra o povo desarmado e além de ser uma cena de guerra, de impotência, de você ver seu companheiro caindo, sendo preso e você tendo meio que se salvar e mesmo assim tentando ser solidário, muita revolta também. A revolta foi tão grande que pessoas como, que nunca

⁵⁶ Sobre a morte de Manoel Bahia:

<https://brigadaspopulares.org.br/a-tarde-mais-triste-companheiro-bahia-assassinado/>

⁵⁷ Sobre a morte de Kadu: <https://brigadaspopulares.org.br/companheiro-kadu-presente-hoje-e-sempre/>

<https://noticias.r7.com/minas-gerais/lider-de-ocupacao-urbana-e-assassinado-a-tiros-na-regiao-norte-de-bh-23112015>

⁵⁸ Depois da repressão violenta à manifestação na Linha Verde, as coordenações das três ocupações, junto com os integrantes da rede de apoio realizaram um mutirão nas ocupações nos dias 20 e 21 de junho para coletar provas das arbitrariedades cometidas pela polícia. O material municiou um dossiê de denúncias das violações que foi apresentado em reuniões e audiências públicas, e encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça. Informado do conteúdo do dossiê, o ministro da 2ª Turma do STJ concedeu medida liminar para suspender qualquer ação que culmine no despejo dos moradores (FRANZONI, 2018).

⁵⁹ No dia 28 de setembro de 2016, houve ainda uma grande mobilização das ocupações da Izidora até o Palácio da Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no centro da cidade para o julgamento final do mandado de segurança no Órgão Especial do TJMG, que decidiu pelo despejo imediato das ocupações.

pensou e que talvez tinha preconceito de falar, eu não gosto que queima ônibus, que teve vontade de botar fogo na cidade por conta disso. Então, trouxe uma revolta muito grande, né, pra galera. Então, assim, é isso, né! Eu acho que essas cenas que marcaram muito. (Charlene)

A gente mesmo na MG10 ali, a gente teve uma época aí, que a gente foi fazer uma manifestação na porta da Cidade Administrativa, o que eles fizeram foi jogar bomba na gente, spray de pimenta, com a maior judiação. Nó! Foi horrível, foi horrível. Eu pra mim nunca tinha participado não, mas eu me achei lá no Irã, no Iraque, é Iraque? No meio das bombas, sabe? Porque foi demais da conta, Nossa Senhora! Eles não respeitavam criança, não respeitou adulto, não respeitou velhinho, não respeitou foi ninguém! Aqueles que estavam jogando bomba de cima dos helicópteros mesmo e aqueles lá, aqueles que eles falam que é a turma do choque, é do choque que fala é? É, do cassetete e as armaduras. Aqueles mesmo lá não estava respeitando nem a militar, nem a Polícia Militar eles não estava respeitando. Tava jogando era no meio de todo mundo. Eu mesma fui salva por Deus, em primeiro lugar, e a Charlene em cima daquele viaduto lá, que eu caí lá e ela saiu me arrastando, já passando mal também. E ela me arrasta: ‘Vamo embora daqui, que nós vamo morrer, vamo embora!’ e ela me puxa, nem sei, quando eu saí cá fora eu já estava quase morrendo. (Delícia)

Na MG10 eu fui presa, cê sabe? A policial sentou a minha cabeça no portão. Prendeu a Amanda, minha nora. A Amanda perdeu a criança que ela estava esperando de dois meses. Minha sobrinha também perdeu o neném, a Gisele, porque jogou a gente dentro da viatura e ficou dando voltinha com a gente, né. O marido dela também foi preso. A gente passou por luta, mas nós tamo aí. Ela tá aí. Amanda tá aí. Eu fiquei muito preocupada naquele dia, porque muita gente foi massacrado, né, foi humilhado. Mas a luta, nada é sem luta. (Sueli)

1.3. As redes das mulheres

Liminar do STF favorável à Izidora em 2015. Golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma, em 2016. Eleição de Alexandre Kalil para o mandato de prefeito iniciado em 2017. Um contexto contraditório de recuos. Recuo da ameaça de despejo, recuo dos megaprojetos que pressionavam a Izidora, recuo dos investimentos sociais, recuo das mobilizações. O novo momento implica um deslocamento das energias empregadas na luta contra o despejo violento imposto pelo Estado-Capital, para a luta pela garantia de direitos negados por este mesmo Estado às comunidades, além da busca pela consolidação.

A essa altura, a coordenação da ocupação Rosa Leão é praticamente composta por mulheres, somando, em média, dez integrantes em suas reuniões periódicas. Alguns homens fortalecem a coordenação em momentos específicos e em atividades operativas, porém são elas que conduzem as assembleias, reuniões e negociações com o Estado. A dedicação cotidiana das coordenadoras à reprodução material e espacial da vida comunitária converteu-se em fator de legitimação da coordenação política do território. São as mulheres que representam a comunidade em atividades externas, contrariando a tendência histórica associada a essa função, costumeiramente executada por homens.

Foto 20 – Mulheres da Ocupação Rosa Leão ocupam o CRAS-Zilah Spósito em jornada de lutas do Dia Internacional da Mulher.



Fonte: Acervo da autora.

Afasta-se a ameaça de despejo sai, no entanto, o atendimento de saúde aos moradores do Rosa Leão segue negado nas dependências ainda provisórias do Espaço BH Cidadania. No dia 8 de Março de 2016, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, as mulheres da ocupação ocuparam o Centro de Referência em Assistência Social para reivindicar o fornecimento do serviço de

saúde aos moradores. Enquanto esperavam a chegada do representante da Secretaria Municipal de Saúde para uma reunião, Charlene fazia um curativo em um jovem machucado e que teve o atendimento negado no posto de saúde, apesar de ele se encontrar com o pé muito inflamado.⁶⁰

Foto 21 – Ocupação do CRAS, 8 de Março de 2016.



Fonte: Acervo da autora.

Antes quando ia consultar lá [no CRAS] eles falou que não podia consultar a gente. Falou: ‘Cês é do Rosa Leão, porque não tem cadastro aqui, não tem como consultar vocês não. Tem que procurar o posto onde você consultava’, eu consultava lá no Palmital. Eu tinha que sair daqui pra ir lá no Palmital consultar minha fia. Aí não tinha jeito! Até que a gente fez uma passeata ali no posto! Aí eu fui porque a minha menina tava com a boca toda estourada e eles não quis. Porque ela comeu negócio, a boca dela estourou toda. Aí eles não quis atender ela, tive que levar lá pro UPA Venda Nova, aí eles: ‘Mas isso aí é caso de posto, não é tão urgente’. Aí eu fui, nessa passeata, nós ficou lá, até que nós conseguimos consultar as crianças, né. Consultou a gente também que precisa. Aí depois ele fez o cadastro, na casa de cada um. Aí foi bom. (Carine Suelen Egídio Delfino, 22)

⁶⁰ALVES, Natália; MIRANDA, Isabella Gonçalves (2017). Capitalismo, resistência e as lutas das mulheres periféricas por território em Belo Horizonte: relatos da experiência da ocupação Rosa Leão, Izidora. Apresentado em Urbanismo em Comum, Salvador.

A manifestação logrou que o posto atendesse casos de urgência na comunidade, ainda que de forma precária e com sobrecarga da equipe. No entanto, a prefeitura manteve a posição de não reconhecer o território como área de abrangência da política de saúde, uma vez que tal reconhecimento implicaria na disponibilização de mais recursos e pessoal para a execução da atenção básica à população.

A relação entre as coordenadoras da ocupação e o conjunto dos moradores também é cheia de meandros e contradições. Um desses conflitos se evidenciou em uma assembleia ocorrida em agosto de 2016 na ocupação Rosa Leão.⁶¹

A assembleia tinha como um dos objetivos dirimir as calúnias espalhadas sobre a vida de umas das coordenadora da ocupação. Segundo o falatório, ela tinha usado recursos do caixa da comunidade para comprar um carro novo, tirar carteira de motorista, contratar uma empregada doméstica e adquirir um novo *mega hair*. A assembleia estava mais cheia que o normal e alguns moradores se juntaram no megafone para falar.

Ronaldo explicou que tinha emprestado seu cartão de crédito para a coordenadora em questão parcelar as aulas da autoescola, que, além de um sonho, eram uma necessidade, em função das reuniões de que tinha que participar. Lúcia pediu pelo fim do “converseiro” em torno de empregada doméstica. Ela se identificou como uma das pessoas que arrumava voluntariamente a casa da coordenadora, junto com outras mulheres que, segundo caracterizou, não estavam na linha de frente. Lúcia disse ainda que estava à disposição para ajudar na arrumação da casa de qualquer um que estivesse fazendo algo pela comunidade. Já Lora perguntou à assembleia se eles achavam justo que a coordenadora fosse mal arrumada enfrentar os inimigos nas mesas de negociação. Ela também disse que, quando sabia que teria que enfrentar uma situação difícil, ela se arrumava toda e se maquiava, por julgar que estar bonita traria mais segurança durante o

⁶¹ O relato dessa assembleia está em: ALVES, RENA, PIMENTA (2016). *Cartografando as lutas das mulheres periféricas por território na RMBH: relatos da experiência da Ocupação Rosa Leão, Izidora*. Anais do II Seminário Discente do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFMG. Belo Horizonte: FAFICH. Também pode ser encontrado em: ALVES, Natália; MIRANDA, Isabella Gonçalves (2017). *Capitalismo, resistência e as lutas das mulheres periféricas por território em Belo Horizonte: relatos da experiência da ocupação Rosa Leão, Izidora*. Apresentado em Urbanismo em Comum, Salvador.

embate. Como a coordenadora em questão estava desempregada, Lora arrumava cabelo dela gratuitamente e parcelava o preço do *mega hair*. Pelo menos naquele momento, as fofocas pareciam estar contidas.

Na ocupação, os espaços coletivos, como as hortas e o centro comunitário, são utilizados para a realização das reuniões de mulheres, de formação política, além de assembleias, bazares, recepções de apoiadores, elaboração de atividades coletivas na ocupação – tais como Natal, dia das crianças, aniversários, etc. A manutenção desses locais, a reserva de áreas para projetos futuros e mesmo a discussão acerca da finalidade de um espaço comum sempre conflitam com interesses particulares, com o individualismo de alguns moradores e com a especulação imobiliária de baixa intensidade.⁶² A luta pela garantia da manutenção dos espaços coletivos na Ocupação Rosa Leão é uma luta das mulheres, seja porque elas são a maioria na coordenação política do espaço, seja por serem as que mais utilizam esses espaços.

O barracão comunitário tem sido alvo de grandes disputas entre os interesses coletivos e a especulação de baixa intensidade no interior da ocupação. Depois fracassadas as tentativas anteriores de construção, a especulação vinha se fortalecendo e a ação do tempo já tinha debilitado a frágil estrutura de madeirite do barracão. A construção do centro comunitário foi uma meta central para a comunidade, definida em várias assembleias gerais. No entanto, a chamada para os mutirões só foi respondida por mulheres, muito embora acreditassem não ter nem a técnica, nem a força física para realizá-los.

Depois de tentar mobilizar alguns mutirões sem sucesso, a coordenação estabeleceu uma parceria para realização de uma oficina de autoconstrução com as mulheres da ocupação, ao mesmo

⁶² A especulação imobiliária de baixa intensidade é aquela que ocorre nos assentamentos informais, onde a terra não é regularizada, mas possui um valor de uso e de troca que permitem a sua comercialização, mesmo sem o título de propriedade e sem as movimentações cartoriais. É de baixa intensidade, pois não movimenta grandes valores e nem enriquece ninguém. É um ato informal de compra e venda de terras entre aqueles despojados de terra. Obviamente, não se pode confundir com a grilagem, cuja magnitude de valores e terras movimentada é bastante superior.

tempo que ia se edificando o novo espaço comunitário. A oficina de autoconstrução foi realizada em outubro e novembro de 2017.⁶³

Foto 22 – Oficina de autoconstrução com as mulheres da Ocupação Rosa Leão para a construção do espaço comunitário da ocupação.



Fonte: Carina Aparecida Santos.

No centro recém-projetado, elas poderiam ter suas reuniões, iniciar diversos cursos profissionalizantes e novos projetos. A ausência de um espaço adequado, ou mais precisamente, as condições precárias das placas de madeira em que o antigo centro era construído geraram uma dispersão das atividades. O centro comunitário deveria ser não apenas um espaço gerenciado coletivamente, mas o núcleo da ação comunitária.

⁶³ A proposta foi uma iniciativa de Rita Davis e Juliana Hermsdorf – estudantes de graduação da Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design – e da autora da presente dissertação, em conjunto com a coordenação da ocupação Rosa Leão e a organização Brigadas Populares. O projeto foi beneficiado pelo edital da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFMG. As aulas de autoconstrução foram ministradas pela mestra de obras Cenir Aparecida. Parte dos trabalhos relativos à ZOCA também é acompanhado pelo projeto Urbanismo Biopolítico do grupo Indisciplinar, coordenado por Julia Franzoni e Natacha Rena, em que Natália Alves e Daniela Faria são integrantes.

A oficina foi organizada em cinco encontros diferentes, nos fins de semana.

O primeiro dia serviu também como teste para a professora. Principalmente porque, embora as mulheres tenham um papel na indústria da construção civil, isso geralmente é feito sob a supervisão de homens, que são sujeitos de conhecimento nesse contexto. Portanto, havia uma certa desconfiança coletiva nas habilidades e qualificações da mestra. E o teste dela foi a base: um grupo de homens de Rosa Leão foram responsáveis pela construção da fundação antes do início do curso.

- *("E.") A Fundação está pronta e pronta para o trabalho.*
- *(Cenir) Eu preciso ter certeza de que está alinhado. Mulherada pega a mangueira de nível aí, essa vai ser a primeira lição.*
- *("E.") Não é necessário, mestra, ele está alinhado.*
- *(Cenir, depois de prosseguir com a medida de nível da fundação) não está alinhado. São 13 centímetros mais curtos deste lado. Bora alinhar.*

(conversa entre "E", homem responsável pela fundação e Cenir)

O curso começou com essa primeira e importante lição. Além de aprender a usar uma mangueira nivelada, houve uma desestabilização do lugar desse homem como detentor de conhecimento, ao mesmo tempo em que legitimava esse mesmo conhecimento para uma mulher. A satisfação entre os participantes com esse reconhecimento foi visível. Se a professora sabe, elas também podiam aprender. Assim, uma parte da primeira aula foi dedicada a corrigir o erro dos homens, algo que as mulheres insistiam em comentar ao longo do dia, brincando. O conhecimento da construção, tomado antes como monopólio dos homens na ocupação urbana, estava sendo disputado por essas mulheres, mesmo que apenas durante a oficina.

No segundo dia, iniciamos o trabalho de alvenaria, construindo muros de bloco, fazendo concreto, enchendo pilares, etc. Assim, fomos aprendendo diferentes técnicas, ao aplicá-las na

construção do próprio edifício. Ao final de quatro encontros, as paredes foram construídas até um pouco mais da metade do projeto inicial. Uma reunião extra para aprender como encher a laje e como instalar equipamentos elétricos e hidráulicos estava programada para acontecer depois de terminado trabalho de alvenaria, mas a chegada das chuvas pesadas de verão, somada à urgência de outros problemas na comunidade atrasaram o trabalho, inviabilizando a realização dessa última aula.

Essa facilidade de mobilização entre as mulheres não é uma novidade dos tempos posteriores à ameaça de despejo. Sueli conta que, desde o tempo das barricadas, era comum que as vizinhas se juntassem para cozinhar, um hábito que se estende até hoje. “Quando uma falta ou deixa de aparecer por um tempo, a gente sente falta”.

Essa rede fez com que Sueli descobrisse o que acontecia com Carina. Esta última sempre passava em frente ao portão de Sueli. Ambas se cumprimentavam, jogavam conversa fora por algum tempo e depois voltavam a seus afazeres. Sueli sempre achou o marido de Carina um cara esquisito, mas sem fatos mais concretos que a fizessem levar as suspeitas adiante. No entanto, havia muitos dias que Carina não aparecia. Sueli sentiu falta da amiga. Certo dia, esperou que o marido de Carina passasse pelo portão para ir atrás dela. Quando Sueli chegou na casa de Carina, a situação era degradante: deitada em uma coberta fina que mal a protegia do contato com o chão enlameado; a cabeça, ao lado do vaso sanitário, e a perna, quebrada pelo marido. Sueli tentou socorrer Carina, mas como não conseguia suportar o peso do seu corpo, tirou fotos da sua perna e mostrou para alguns vizinhos e para a coordenação. A partir disso, um vizinho dispôs-se a levá-la para o hospital, onde teve a perna engessada.

O combinado comunitário foi que caso ele repetisse as agressões seria expulso da comunidade. Tudo isso articulado por Sueli. Poucos dias depois, Carina estava abaixada lavando vasilhas em uma bica improvisada no seu quintal quando o homem chutou sua perna sã, derrubando-a no chão. Carina gritou. Seguindo o combinado, a vizinhança apareceu e o expulsou de casa. A coordenação foi acionada e Charlene tomou frente do caso, com a ajuda de Marlene, do Conjunto Ubirajara. O socorro a essa mulher foi arquitetado por outras mulheres. Atualmente, a

comunidade tem mobilizado mutirões para substituir o barracão de Carina feito de madeirite e banner por um de alvenaria, além de receber doações para ela e filho dela, Matheus, de 4 anos.

Quantas histórias cabem em uma história? Seguindo essa pergunta percorremos os becos da memória de muitas mulheres – e alguns homens – buscando nas memórias a chave para desestabilizar os discursos baseados na linearidade do tempo, que sequenciam grandes feitos e destaca grandes homens. Seguindo as pontas deixadas por essa seção, nossa narrativa reflui para construir uma metanarrativa desse processo. Assim, na próxima seção, buscaremos discutir alguns instrumentos de visão que possibilitaram construir e percorrer o caminho traçado, a partir do que apresentamos como perspectiva interseccional.

2. FEMINISMO NEGRO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Às vezes, mulheres negras, pensadores radicais e ativistas têm passado pela mesma encruzilhada – se bem que pode ser em momentos e localidades diferentes. Mas a beleza da escrita, do ensino e da convivência é que nos coloca juntas na encruzilhada por um instante – pelo menos na noção de tempo (da temporalidade) dos nossos antepassados, o que permite aos mortos, aos vivos e aos ainda não-nascidos entrarem e saírem das vidas e consciências um do outro – para que possamos beneficiar-nos do que eles pensavam enquanto enfrentavam conjunturas críticas semelhantes.

Geri Augusto

O tecido de memórias no primeiro capítulo buscou evidenciar a costura entre Rosa Leão e uma rede ancestral de outras resistências protagonizadas por mulheres negras naquela região. Neste capítulo, o foco será deslocado para a agulha, sua espessura e seus movimentos; os tipos de linha e as amarrações; uma forma de sentar para não cansar as costas; a luz que favoreceu a vista. Entendendo que “um conhecimento que não mostra as suas armas não pode ser levado a sério”,⁶⁴ que movimentos foram potentes para contar essas histórias?

A busca por uma narrativa convincente sobre essas questões colocou a pesquisa inúmeras vezes em uma encruzilhada que, no sentido do dicionário, significa “o lugar onde se cruzam duas ou mais ruas, estradas ou caminhos; cruzamento. Dilema que torna difícil tomar uma decisão; apuro”.⁶⁵ Essa definição conserva uma relação entre encruzilhada e apuro. Assim, melhor que haja uma única rua: evitamos os dilemas. Porém, no presente trabalho não há uma aposta na possibilidade de traçar um caminho único. Remetemo-nos a outra noção de encruzilhada, aquela

⁶⁴ Conforme pontuado por Chandra Mohanty, no seu texto clássico, “Bajos los ojos del Occidente”. Chandra Talpade Mohanty é uma intelectual indiana, professora de Estudos de Gênero, Sociologia e Bases Culturais da Educação na Universidade de Syracuse, EUA. Mohanty é uma intelectual feminista pós colonial transnacional, que tem pautado a abordagem transescalar do gênero a partir de diferentes experiências de mulheres ao redor do mundo.

⁶⁵ <https://www.dicio.com.br/encruzilhada/>

para cuja qual a filosofia africana e diaspórica reserva um lugar bastante especial.⁶⁶ Nessa perspectiva, Geri Augusto (2016) apresenta a encruzilhada como imagem para a criação do que chama de espaço de contribuição. Esse espaço se constitui em um fluxo contínuo de entrada e saída da vida umas das outras – mulheres negras, pensadores radicais e ativistas – em vários espaços-tempos, produzindo o acúmulo necessário para a construção de elaborações e estratégias de enfrentamento aos desafios apresentados no presente. Esse espaço não pressupõe a supressão da contradição ou da divergência, mas a possibilidade de reconhecê-las no sentido de construir projetos conceituais mais coletivos. Já para Luiz Rufino (2018), as encruzilhadas são campos de possibilidades, tempo/espaço de potência, onde todas as opções se atravessam, dialogam, se entroncam e se contaminam, descolonizando o pensamento e gerando efeitos de encantamento do saber e desestabilização de verdades únicas.

A proposta do capítulo é construir uma encruzilhada. Ou seja, articular contribuições de intelectuais que, a partir de seus lugares – corpos e pesquisas situadas – foram afetadas por inquietações e desafios semelhantes. Com isso, vamos tecer a rede das nossas próprias escolhas teóricas e epistemológicas com aquelas que já deixaram seu ebó.⁶⁷ Esse tecido tem como objetivo evidenciar os instrumentos que mediaram os pontos de vista desta pesquisa, sem qualquer pretensão ou promessa de apontar um caminho replicável em outras pesquisas.⁶⁸ No entanto, quiçá este trabalho encontre com outros, em outros tempos, para construir novos espaços de contribuição generosos sobre as relações complexas entre gênero, raça, classe e espaço.

⁶⁶ A encruzilhada é onde habita Exu, uma divindade yorubá bastante poderosa (orixá). Entre as diversas atribuições de Exu, uma delas está em apontar os caminhos potentes para a reinvenção da vida em momentos de dúvidas. Outra é fazer a mediação entre as pessoas e os orixás. Por isso, na encruzilhada são deixadas as oferendas (ebós), em um espaço onde se encontra alimento e orientação.

⁶⁷ Ebó é o nome dado às oferendas dedicadas a algum orixá das religiões de matriz africana.

⁶⁸ Donna Haraway (1995:27). Donna Haraway é bióloga, filósofa e professora emérita no Departamento de História da Consciência, na Universidade da Califórnia em Santa Cruz, EUA. A pensadora é uma das principais referências da luta feminista no seu sentido além do gênero e das multiespécies.

2.1. Inquietações de raiz

Os processos de produção e validação do conhecimento são um tema recorrente nas páginas de teóricas feministas ou identificadas com perspectivas antirracistas.⁶⁹ Sem dúvida, esse debate atravessa nossa encruzilhada, pois longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia aponta para as formas pelas quais as relações de poder moldam quem é acreditado e por quê. Segundo Sandra Harding (1987), a epistemologia é importante, pois determina quais perguntas merecem investigação, quais ferramentas interpretativas devem ser usadas e qual uso subsequente será dado àquela “descoberta”.

O modelo hegemônico de produção do conhecimento, que *norteia*, em geral, o olhar da academia ocidental, segue sendo o modelo positivista baseado na ideia de objetividade. Entre seus pressupostos está a ideia de um pesquisador descorporificado e de ideais como neutralidade, objetividade e universalidade da ciência. Segundo Harding (1993), tais ideias são mitos que eclipsam o ponto de vista dos que são hegemônicos na produção do conhecimento: homens, brancos, proprietários, baseados na Europa ou nos EUA.

Lélia Gonzalez⁷⁰ (1988a) chama atenção para a relação entre conhecimento e dominação. Assentado na hierarquização de saberes e na classificação racial da população, o evolucionismo positivista está na base das nascentes ciências do homem, que seguem direcionando as pesquisas acadêmicas. Portanto, não é casual que o modelo do universal masculino branco seja valorizado no conhecimento, assim como os sujeitos homens, brancos e proprietários são na sociedade.

Sabemos que o colonialismo europeu, nos termos com que hoje o definimos, configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período, o racismo se constituía como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação (BERNAL, 1987 apud GONZALEZ, 1988a: 71)

⁶⁹ A epistemologia constitui uma teoria abrangente do conhecimento que, como define Sandra Harding (1987) que se ocupa dos padrões usados para avaliar o conhecimento ou por que acreditamos no que acreditamos.

⁷⁰ Lélia Gonzalez é uma intelectual brasileira, feminista negra, antropóloga, filósofa e historiadora. A pensadora também foi militante do movimento negro e feminista. Ela é fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e do Olodum. Seu pensamento contribuiu para construção de conceitos como ‘amefricanidade’, responsável por reunir reflexões pós-coloniais, feministas e estudos sobre raça.

Desde o século XV, já havia se desenvolvido uma tradição etnocêntrica, que desqualificava a cultura e o conhecimento dos povos ditos “selvagens” como absurdos, supersticiosos ou exóticos (LECLERC, 1972 apud GONZALEZ, 1988a). Essas explicações contribuíram para naturalizar a violência contra os povos colonizados. Assim, no século XIX, estava consolidado o “modelo ariano de explicação”, baseado em uma superioridade da justificação racional e científica frente aos “costumes primitivos”, tornando mais sofisticada a violência contra esses povos, chegando, às vezes, “a não parecer violência, mas *verdadeira superioridade*” (GONZALEZ, 1988a: 71).

O racismo epistêmico justificaria a invisibilidade das produções acadêmicas de mulheres negras. Esse é um papel que, segundo Djamila Ribeiro⁷¹ (2018: 24), pode ser estendido às teorias feministas centradas na raça branca (branquitude). Sueli Carneiro (2003), ao chamar atenção para a violência sexual colonial como “o cimento de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade”, convocava para a necessidade de “enegrecer o feminismo”.⁷² Essa é uma proposta política e epistemológica de refutação de um modelo único de mulher, baseado na experiência das mulheres brancas e proprietárias; o reconhecimento de múltiplas experiências de ser mulher, baseadas nas hierarquias de classe, raça e sexualidade e superação das ideologias baseadas no racismo, persistentes nas teorias e práticas dos feminismos latino-americanos. Gonzalez (1988b:13) já tinha chamado atenção para a permeabilidade das visões de mundo eurocêntricas e neocolonialistas no interior dos feminismos latino americano, gerando o racismo por omissão - pelo não reconhecimento do problema - em suas práticas.

Do que foi dito e acompanhando Haraway (1995: 9), fica mais explícito que a produção do conhecimento diz pouco respeito aos movimentos necessários para chegar à verdade, uma vez

⁷¹ Djamila Ribeiro é uma feminista negra, filósofa, pesquisadora e ativista brasileira. Ribeiro escreve sobre temas ligados ao feminismo negro como interseccionalidade, empoderamento e lugar de fala.

⁷² Sueli Carneiro é feminista negra, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras, além de ter participado da formação de diversas políticas voltadas para esse público.

que “todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimento de poder”. Conhecimento, portanto, seria movimento de poder.

Haraway (1995:16) propõe que a disputa por explicações do mundo mais fiéis, passíveis de serem compartilhadas e comprometidas com “projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada” passam por não desprezar mas disputar o conceito de objetividade. Para a intelectual, a objetividade:

diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. (HARAWAY, 1995:21)

Portanto, para ela, quanto mais parcial, mais objetiva é a pesquisa, pois somente os corpos marcados e não idênticos podem nos dizer sobre as diferenças que formam o mundo. Subjaz ainda no pensamento dela, como no de Ribeiro (2018), Carneiro (2003) e Gonzalez (1984, 1988a, 1988b), uma perspectiva de não separação entre epistemologia e política, uma vez que conhecimento é disputa que envolve partes desiguais de privilégio e opressão, e não um passatempo de cavalheiros ociosos (HARDING, 2004: 54). Haraway (1995: 16) argumenta ainda que uma perspectiva objetiva privilegia a contestação, a desconstrução e o conhecimento como prática política. Assim, não é demais apontar que a não separação entre epistemologia e política - que implica reconhecer a produção do conhecimento como um processo necessariamente perpassado por estruturas de poder - está conectado com a não divisão entre teoria e prática, sendo a experiência e a ação elementos inseparáveis da teorização.

A essa altura, é importante explicitar um debate já anunciado nesta seção: a luta de diversos grupos para denunciar os pressupostos da epistemologia hegemônica e formular novas propostas advindas de seu contexto de resistência. Harding (2004: 49) evidencia que o movimento feminista e outros grupos marginalizados têm se articulado, dentro e fora dos espaços de validação de conhecimento, para tensionar seus pressupostos e propor outras perspectivas coletivas, condensadas, de seus processos de luta. Nesse embate, segundo Harding (2004:50),

muitos deles grupos reivindicam a ideia de ponto de vista (*standpoint*), tipo de conhecimento compartilhado a partir da experiência e que carregaria quatro pressupostos relacionados: 1) ele está interessado em colocar no centro da discussão as práticas de poder das instituições dominantes e o modo como seus pressupostos reforçam relações sociais opressivas; 2) ele realiza a crítica localizando novos dados e experiências para a compreensão das desigualdades e das hierarquias; 3) ele afirma que não basta registrar tudo que dizem os membros de um grupo oprimido como conhecimento fidedigno uma vez que todos são permeáveis a imagens dominantes sobre si; 4) ele tem como questão central a criação de uma perspectiva grupal que possa transformar a perspectiva do indivíduo (HARDING, 2004: 50).

Essa perspectiva traria a aposta política de construir explicações coletivas sobre a marginalização de sujeitos e grupos, a partir de um conhecimento socialmente situado. Patricia Hill Collins (2000: 256) investe na construção de uma epistemologia feminista negra baseada em “princípios compartilhados de uma sabedoria mais ampla das mulheres negras”.⁷³ Apoiada no resgate de uma longa trajetória de luta e formulações de mulheres negras nos EUA, Collins (2000) apresenta o que seriam essas “sabedorias” transmitidas e transformadas em diversos processos de resistência que recentemente alcançaram posições na academia, puderam ser sistematizadas e, atualmente, disputam o campo do conhecimento validado. Como vamos discutir mais adiante, a interseccionalidade seria produto dessas “sabedorias”.

Há muito debate e controvérsias em torno da teoria do ponto de vista. Consideramos nesse espaço de contribuição essa perspectiva útil para fornecer “instrumentos de visão”, para usar a aceção de Haraway (1995:27), tanto para a discussão do tema como para o autoconhecimento da pesquisadora. A experiência compartilhada de segregação socioespacial no espaço urbano, os empregos precarizados reservados às mulheres negras, acrescido do próprio ato de ocupar e

⁷³ Patricia Hill Collins é feminista negra, socióloga, professora da universidade de Maryland, College Park. Collins trabalha, principalmente, sobre feminismo e gênero dentro da comunidade afro-americana. A notoriedade de Patricia Hill Collins no contexto norte americano se deu a partir do seu livro "Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment", publicado originalmente em 1990.

construir uma comunidade, geram uma série de experiências comuns que, em rede, se tornam um valioso conhecimento acumulado.

Longe de abordar as controvérsias em profundidade, buscamos nos afastar de uma perspectiva que, segundo Mohanty (1984), essencialize ou fetichize as sujeitas marginalizadas, uma crítica comum endereçada às defensoras da teoria do ponto de vista. Segundo Collins (2000: 270), não se trata de defender o ponto de vista das mulheres negras como mais puro ou mais preciso para analisar as opressões, mas apenas de evidenciar que as experiências dessas mulheres, por serem marcadas por experiências de racismo, sexismo e opressão de classe (e outras), podem servir como uma localização social específica para examinar pontos de conexão entre múltiplas epistemologias.⁷⁴ Uma abordagem diferente dessa poderia sugerir que a opressão pode ser quantificada e comparada e, quanto mais camadas, mais límpida é a visão. É a essa abordagem aditiva que a interseccionalidade se opõe. Dito de outro modo, a interseccionalidade sugere a impossibilidade de separar as opressões – que não são unicamente raciais, sexuais, nem de classe – em prol de uma abordagem que dê conta da complexidade.

Por fim, em muitos momentos de nossa abordagem, falamos em mulheres negras. A essa referência, subjaz uma aposta na construção coletiva de identidades políticas que, neste trabalho, se refere aos processos sociais de formação de grupos definidores de certas separações entre nós e eles. Essas fronteiras são estabelecidas em decorrência de um consenso instável sobre um “conjunto de valores, crenças, interesses e significados de que este nós é portador” [...]. “A condição de existência de toda identidade é a afirmação de uma diferença, a determinação de um outro que servirá de exterior” (MOUFFE, 2003: 15).⁷⁵

⁷⁴ Collins (2000) diverge da teoria marxista do “ponto de vista do proletariado” proposta por teóricos como Fredric Jameson e George Lukács. Para ela, essa perspectiva reflete uma espécie de positivismo marxista baseada em uma verdade prevalente no proletariado.

⁷⁵ Chantal Mouffe é uma cientista política pós-marxista belga que desenvolve pesquisas em torno do tema da teoria política. Atualmente, é professora de Teoria Política na Universidade de Westminster, no Reino Unido.

Ochy Curiel tem travado um debate importante sobre os perigos da afirmação de identidades transformar-se em essencialismos, sectarismos e auto segregação (CURIEL, 2002: 106).⁷⁶ No entanto, Curiel (2002: 107) reconhece a importância das identidades construídas com base nas relações e nos conflitos sociais, permitindo gerar uma autoafirmação ante à dominação cultural branca, ressimbolizando o que o sistema racista e sexista considera negativo em positivo e criando solidariedades na luta política. Buscando evitar os riscos de uma política sectária, Curiel sugere a construção de um “essencialismo estratégico”, expressão que toma de Gayatri Spivak (SPIVAK; GROSZ, 1990 apud CURIEL, 2009: 27). Essa abordagem compreende que nem toda política de identidades é essencialista e que sua negação completa poderia levar à paralisação e à fragmentação dos sujeitos marginalizados, uma vez que a supremacia branca segue consolidada em todos os espaços de poder e de produção do conhecimento. Assim, as identidades políticas – entendidas como construções sociais, como produto de conflitos e hegemonias – seriam não só necessárias como estratégicas em um dado momento. Em sentido semelhante, Prandini (2018: 04) afirma que o ponto crucial da discussão é que as identidades políticas coletivas são um pressuposto da ação política, dado que são necessárias para se vocalizar demandas por inclusão, reconhecimento, transformação, mas elas não podem ser o objeto ou o fim da luta política.

O trabalho acompanha esses reconhecimentos e busca argumentar que a interseccionalidade não é um projeto de construção de identidades, mas um paradigma que aposta em apreender as relações sociais como construções situadas e simultâneas em distintas ordens – de classe, gênero, raça, sexualidade – e em diferentes configurações históricas e contextos nos quais as interações das categorias de raça, classe e gênero atualizam as referidas categorias e lhes conferem significado. Nesse sentido, a interseccionalidade configura-se como um instrumental metodológico que permite demonstrar os pontos cegos de uma análise que desconsidere o cruzamento de opressões.

A construção do trabalho de pesquisa com as mulheres da ocupação Rosa Leão impeliu-nos a trazer para a encruzilhada questões como reivindicação de outros lugares para a produção do conhecimento; as imagens de controle das mulheres negras; a importância da autodefinição; a

⁷⁶ Rosa Inés Curiel Pichardo, mais conhecida como Ochy Curiel, é feminista decolonial, cantautora e antropóloga social afro-dominicana. Ativista do feminismo autônomo na América Latina e Caribe, desenvolve pesquisas em torno do feminismo decolonial e da heterossexualidade como regime político.

possibilidade de pensar em um ponto de vista feminista negro e a interseccionalidade como ferramenta para interpretar opressões cruzadas no espaço. Essas propostas serão apresentadas e debatidas em uma perspectiva teórica e conceitual. Quando for possível, será apontado algum caso emblemático correspondente a determinada temática. O capítulo trata de escolhas teóricas e epistemológicas que alimentam o conjunto do trabalho.

2.2. Os feminismos no plural

(...) a posse de um termo não dá existência a um processo ou prática; do mesmo modo, uma pessoa pode praticar a teorização sem jamais conhecer/possuir o termo, assim como podemos viver e atuar na resistência feminista sem jamais usar a palavra ‘feminismo’. (...) Muitas vezes, as pessoas que empregam livremente certos termos - como ‘teoria’ ou ‘feminismo’ - não são necessariamente praticantes cujos hábitos de ser e de viver incorporam a ação, a prática de teorizar ou de se engajar na luta feminista. Com efeito, o ato privilegiado de nomear muitas vezes abre aos poderosos o acesso a modos de comunicação e os habilita a projetar uma interpretação, uma definição, uma descrição de seu trabalho e de seus atos que pode não ser exata, pode esconder o que realmente está acontecendo. (hooks, 2013: 86).

bell hooks (2013) alerta para a necessidade de refletir sobre em que medida a nomeação reflete relações de poder mais amplas que implicam acesso diferenciado a teorias ou a certos espaços de validação, como a academia ou os movimentos e organizações feministas já consagrados. hooks defende que um olhar atento às relações existentes entre as pessoas pode ser ainda mais útil que a atenção aos discursos e programas para definir os feminismos.

O gesto proposto por ela é importante para a presente abordagem, pois permite retirar da marginalização uma série de formulações e práticas feministas que se desenvolvem no cotidiano, mas que por não corresponderem muitas vezes às práticas hegemônicas não são reconhecidas. Assim, responder de que modo olhamos para a realidade, para onde miramos e como buscamos os feminismos, vai definir o que conseguimos encontrar para informar nossas análises e práticas

políticas feministas (ALVAREZ, 2014). Esse pensamento traz importantes aportes para reconhecer diversas práticas e ativismos feministas no interior das ocupações urbanas.

Seguindo esse raciocínio, ao “capturar a diversidade de perspectivas sujeitos/as e práticas que conformam e caracterizam seus movimentos e fronteiras mais marcantes nos distintos períodos históricos” (EMMERICK; PRANDINI, 2016: 473), o feminismo será abordado no plural, como feminismos.

Ainda restaria o desafio de lidar do ponto de vista analítico com a ampla diversidade de práticas e formulações que os feminismos engendram. Nesse sentido, parece potente a proposta da intelectual Sonia Alvarez, que, ao contestar a tipificação do feminismo como movimento social em seu sentido clássico⁷⁷, propõe o conceito de “campo discursivo de ação” (ALVAREZ, 2014) em substituição a terminologia “movimentos feministas”. Partindo de uma revisão epistemológica informada pelas dinâmicas dos feminismos no Brasil e no restante da América Latina, esse conceito parece captar com maior precisão as dinâmicas dos feminismos na região que se comportam de maneira mais similar a “campo amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico, (...) que se estende para além das organizações ou grupos próprios do movimento, *stricto sensu*” (ALVAREZ 1998: 265 apud SEABRA; PRANDINI, 2016: 474).

Os feminismos são caracterizados ainda por algo além do que um conjunto de organizações reunidas por um problema comum. Como campos discursivos de ação são constituídos por “uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos” (ALVAREZ 2014:18).⁷⁸ O campo é uma construção dinâmica em que os atores, setores ou organizações mais visíveis, assim como os pontos nodais que os unem, variam ao longo do tempo. “Eles se articulam, formal ou informalmente, através de redes político-comunicativas – ou

⁷⁷ Sonia Alvarez define os movimentos sociais clássicos como “um sentido derivado das lutas sociais que se desenvolvem desde o início do século XIX e que se reformula posteriormente com o paradigma dos ‘novos movimentos sociais’ nos anos 80, mas que em ambos os casos se refere a manifestações massivas de rua, mobilizações visíveis, palpáveis e constantes etc.” (ALVAREZ 1998:265).

⁷⁸ O conceito de campo é utilizado a partir de perspectivas diversas nas ciências sociais, sobretudo entre aqueles teóricos influenciados por Pierre Bourdieu. Emmerick e Prandini (2016) discutem algumas conceituações de campo em sua análise da proposta de Sonia Alvarez. No entanto, a análise dessas contribuições foge dos objetivos desta exposição.

melhor, teias ou malhas – reticuladas” (ALVAREZ 2014:18), que podem incorporar indivíduos dispersos, grupos, ONGs, coletivos, partidos, movimentos e até outras redes que compartilhem mesmo que minimamente linguagens, sentidos e visões de mundo. Os campos dão forma a táticas e estratégias de ação, formação de identidades coletivas e disputam as representações hegemônicas. Ao mesmo tempo, as disputas internas e as relações desiguais de poder estão presentes no interior do campo como em todas as formações políticas existentes. Nesse ponto, Alvarez salienta o caráter político desses espaços:

(...) sustento que esses espaços discursivos, em si mesmos, constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e as necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados. Quer dizer, não são espaços pré-políticos nem para-políticos, como fica implícito na distinção comumente feita entre os movimentos ‘sociais’ e partidos, instituições ou processos representados como (realmente) ‘políticos’ (ALVAREZ 2014:19).

Alvarez ressalta o caráter fluido das fronteiras de um campo, que são sempre alargadas ou reconfiguradas através das disputas políticas. Definir os limites de um campo é sempre uma questão conjuntural e empírica. Por essas características, Alvarez considera o atual movimento de mulheres negras no Brasil como um campo discursivo de ação, por enunciar visões de mundo e eixos políticos articuladores próprios. Isso não se refere apenas a diferenças de perspectivas ou diferenças culturais, mas diferenças de como o movimento surgiu, tendo como eixos centrais a raça e o racismo.

2.3. Outros lugares e sujeitos do conhecimento

Um dos mecanismos de invisibilização do pensamento das mulheres negras tem sido sua exclusão histórica dos espaços de validação de conhecimento.⁷⁹ A exclusão da alfabetização, de

⁷⁹ Embora as mulheres tenham mais tempo de estudo que os homens, duas pesquisas que cruzam a dimensão racial mostram a persistente disparidade de acessos. Segundo o relatório "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça" feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a taxa de analfabetismo entre mulheres negras em 2015 foi de 10,2%, contra 4,9% entre as mulheres brancas. Em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html

escolas de qualidade e do acesso ao ensino superior tem dificultado que elas assumam protagonismo na produção do conhecimento. Assim, dado o impedimento de acesso às mulheres negras nesses espaços, boa parte do conhecimento acadêmico foi produzido sem sua participação como protagonistas.

Por outro lado, as mulheres negras têm construído ao longo da história meios alternativos para a validação de seu conhecimento e outras epistemologias que englobam padrões diversos para avaliar a verdade. Collins (2000) argumenta que na base dessas avaliações está a experiência de vida dessas mulheres como mães, lideranças comunitárias, trabalhadoras, artistas, pastoras ou mães de santo. Gonzales (1984) ressalta o papel do movimento negro e sua atividade como membro do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo para a sua formulação sobre a questão racial.⁸⁰

Como dito anteriormente, o cotidiano gera uma série de experiências individuais que, quando compartilhadas e passadas, embora diversas, se tornam sabedoria coletiva construída a partir do ponto de vista de uma mulher negra.

A importância de reivindicar outros espaços e experiências para a produção do conhecimento parece estar corporificada na militante abolicionista e ex-escrava Sojourner Truth. Sem ter acesso à educação formal, Truth surpreendia pela profundidade de suas formulações. Seu discurso mais conhecido, “*Ain't I a woman?*”⁸¹ (Eu não sou uma mulher?), foi proferido na Convenção das Mulheres em Akron, Ohio, em 1851, um importante espaço de organização do chamado

Acesso em: 20/03/2018. Quanto ao acesso à graduação, segundo a pesquisa "Estatísticas de gênero" divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início de 2018, o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%). Em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0> Acesso em: 20/03/2018. O Censo da Educação Superior 2016 do Ministério da Educação, nos forneceu ainda um dado estarrecedor: menos de 3% dos professores doutores nas universidades brasileiras são mulheres negras. Em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> Acesso em: 25/06/2018

⁸⁰ Ochy Curiel (2007: 93) atenta para o fato que o conceito de colonialidade, cada vez mais aceito nos espaços acadêmicos é tributário das lutas concretas por descolonização e contra as políticas de apartheid na África e na Ásia no anos 1950-60, das lutas por direitos civis nos EUA e do movimento de mulheres racializadas que emergiu desde os anos 1960.

⁸¹ bell hooks, conhecida feminista negra estadunidense, publicou um livro homônimo em homenagem à memória de Sojourner Truth, em 1981.

movimento sufragista, que reivindicava direitos iguais para as mulheres, mas, em grande medida, fechava os olhos para a escravidão. Quando se levantou para rebater os argumentos de homens defensores da supremacia masculina presentes no evento, um grupo de mulheres brancas tentou impedir Truth de falar. Sendo a única mulher negra presente na Convenção, seus argumentos foram centrais para que as mulheres ganhassem o debate (DAVIS, 2016).

[...] aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse o que comer – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? [...] (COLLINS, 2000: 14, tradução própria).

A partir da sua experiência de vida, Truth teoriza sobre o conceito de mulher como construção social ao mesmo tempo que problematiza o sujeito do feminismo, demonstrando as influências de intersecções de raça e classe.

A escritora Conceição Evaristo atribui a gênese de sua escrita ao gesto de sua mãe, herdado dos mais antigos, de desenhar o sol na terra, de maneira solene como nos conta, para chamá-lo a secar as roupas das patroas. Aquelas mãos lavadeiras “guiaram meus dedos no exercício de copiar meu nome, as letras do alfabeto, as sílabas, os números, difíceis deveres de escola, para crianças oriundas de famílias semi-analfabetas” (EVARISTO, 2007).

Associada às experiências pessoais, um dos traços da epistemologia feminista negra é o método narrativo: “O método narrativo requer que a história seja contada, não rasgada em análise, e confiada como crença central, não admirada como ciência”. (MITCHELL e LEWTER 1986: 8, apud COLLINS 2000: 258). Assim, as narrativas costumam ser complementadas por outras

histórias, “causos” e contos da bíblia, que, pelas representações simbólicas, expressam a vida cotidiana sem necessidade de verificação.

Por fim, a preocupação com reivindicar outros lugares e outros sujeitos como produtores de conhecimento parece gerar inúmeras questões para a presente pesquisa acadêmica. Gostaríamos de destacar duas, sem respondê-las. Como o encontro com as mulheres da Rosa Leão pode se tornar de fato uma troca de saberes, gerando parceria e evitando a hierarquização do conhecimento? Como valorizar a experiência na sistematização do conhecimento produzido em conjunto, mantendo sua potência e não servindo apenas para corroborar com ideias preconcebidas? Trata-se de questões fundamentais para o debate sobre a relação entre conhecimento e política/poder, uma vez que a política engendrada a partir das autonarrativas rompe com a lógica da política hegemônica, em que algumas poucas podem falar, enquanto muitas são simples objeto daquela fala.

2.4. Estereótipos e imagens de controle das mulheres negras

Na discussão sobre as ocupações urbanas, é cada vez mais comum a menção ao papel das mulheres em artigos, teses, dissertações e em matérias veiculadas nos jornais.⁸² Em vários trabalhos elas são reconhecidas como uma maioria numérica nas ocupações, em outros, como figuras ativas na organização diária das tarefas. Embora a dimensão racial da questão seja menos observada, esse passo tem sido importante para reconhecê-las como agentes da luta por moradia, contra os despejos ou por direito à cidade.

Nos casos em que a presença das mulheres e pessoas negras em geral se torna uma dimensão mais central da discussão, é comum a evocação de alguns discursos como modelo: o primeiro

⁸² Alguns exemplos podem ser observados em: SORAGGI; ARAGÃO (2016). O direito à cidade e as ocupações urbanas: um olhar sobre a Vila Eliana Silva/Belo Horizonte. In: MAX, V. COSTA, M. A. (Org.) Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à habitat III. Porto Alegre: IPEA, 2016. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/20170420_livro_participacao-conflitos-intervencoes-urbanas_cap10.pdf. Acesso em: 10/12/2017, *Mulheres comandam uma das maiores ocupações irregulares do Brasil*, veiculada no site de imprensa BBC Brasil <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40243444>

discurso apresenta as mulheres das ocupações como invasoras, aproveitadoras ou preguiçosas; o segundo se concentra exclusivamente nos aspectos de miserabilidade e vitimização que a cena pode apresentar, o terceiro se constitui em uma exaltação da força, da abnegação e do espírito de sacrifício das mulheres. Embora sejam distintos, nem sempre esses discursos aparecem isolados.

O primeiro discurso é fartamente encontrado nos meios hegemônicos de comunicação e também é evocado pelo poder público e pelo capital para compor o argumento pró despejo.⁸³ Também povoa o discurso calcado em um senso comum conservador.

Enquanto diversas mulheres ocupantes – e homens – enfatizam o problema dos altos preços dos aluguéis, as dificuldades de arrumar empregos, sobretudo com filhos, a ausência de política habitacional, e caracterizam as ocupações como espaços de possibilidades variadas de vida digna, os agentes desse discurso parecem estar hipnotizados com o mito da princesa aproveitadora, que vive de *invasão* e de esmola, sobretudo quando é beneficiária de algum programa de transferência de renda, como o Bolsa Família.⁸⁴ A agência e a combatividade das mulheres é apresentada como oportunismo. Em declaração veiculada no site do jornal O Tempo,⁸⁵ o então prefeito de BH, Marcio Lacerda definiu as ocupações da Izidora da seguinte forma:

Essa turma invadiu a área de uma forma oportunista e absurda, prejudicando 13 mil famílias que estavam já na fila. Trouxeram metade desse pessoal de fora de BH, colocando essas pessoas em condições de vida degradantes, destruindo florestas, aterrando córregos. Portanto, nossa proposta já foi feita, o governo do Estado tem a nossa proposta e está negociando em nosso nome. (O Tempo, 10/07/15)

O segundo discurso tende a apresentar exclusivamente os aspectos mais degradantes da vida dos sujeitos, reduzindo sua experiência a fome, miséria, sujeira e falta de perspectiva. Embora

⁸³ Esse discurso não é endereçado somente às mulheres, mas aos moradores de ocupação de forma geral. No entanto, no caso delas ele se conjuga com outras imagens, como aquelas construídas em torno das titulares de benefícios sociais e outros estigmas relacionados à mulher negra.

⁸⁴ Esse discurso parece ser muito semelhante àquele empregado contra as comunidades negras nos EUA que recebem algum tipo de assistência social (COLLINS, 2000). Para mim, são discursos profundamente racistas que se travestem na crítica ao estado de bem-estar como produtor de relações de dependência e clientelistas.

⁸⁵ Em:

<https://www.otempo.com.br/cidades/esse-assunto-me-cansa-diz-lacerda-sobre-ocupa%C3%A7%C3%B5es-1.106753>
7 Acesso em 10/12/2017

participar de uma ocupação seja um tipo de atitude frente ao contexto vivido, os sujeitos parecem não ter qualquer agência e só resta o lugar de vítimas e ser vítima é diferente de ser uma sobrevivente (Collins 2000: 98). O site do jornal Estado de Minas, do dia 19/02/2018, traz uma matéria sobre ocupações urbanas irregulares.⁸⁶ Abaixo da foto de um homem negro que trazia a seguinte legenda “Manoel vive em barracão irregular com a mulher e 10 filhos”, a matéria segue:

Os terrenos públicos tomados pelo mato abrigam, 24 horas por dia, dezenas de pessoas usando drogas, que ali permanecem sem qualquer condição de higiene, em meio ao lixo e dejetos humanos, dividindo espaço com todo tipo de insetos e ratos. Em alguns momentos invadem áreas particulares, como no entorno do conjunto IAPI, e recuos de terrenos que foram em parte desapropriados, como em áreas de risco em frente ao Hospital Belo Horizonte. No início do mês passado, esse local foi atingido por um deslizamento de terra provocado por forte chuva de madrugada. A terra que desceu encontrou um casal de um desses barracos, que precisou ser levado com ferimentos para o hospital. (Estado de Minas 19/02/2018)

O terceiro discurso também evoca um mito: o mito da mulher negra forte. Essa imagem parece em princípio estar relacionada ao reconhecimento do espírito de resistência observado nas mulheres negras e, muitas vezes, é pronunciado em tom de elogio, acompanhado de outras construções idealizadas sobre sua vida.

Em um primeiro momento, observava e convivia com as Izidoras, que esbanjam autonomia e força em espaços públicos, reuniões, mesas de negociação, etc., o que reforçava minha aposta na mulher que se lança para fora de casa. Chegando mais perto, estando mais presente no cotidiano das ocupações, percebi Izidora negra. Ainda, descobri que as mulheres fortes dos microfones em público são também mães, esposas, avós, donas de casa, vítimas de violências, religiosas(...) Valorizam a esfera privada e o cuidado, elementos que atravessam visceralmente sua atuação política (...) Essas Izidoras buscam e concretizam sua autonomia em processos complexos e contraditórios diante dos meus primeiros ideários feministas e os desafiam porque mesmo as contradições não esvaziam o que se vê: mulheres protagonistas e empoderadas na luta, os sustentáculos, a resistência. (ISAÍAS, 2017: 58-59)

86

Em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/14/interna_gerais.951582/vaivem-de-ocupacoes-desafia-plan-o-da-pbh-de-coibir-invasoes-urbanas.shtml Acesso em 10/12/2017

Ribeiro (2018) debate que a construção da mulher negra como inerentemente forte traz efeitos de desumanização. “Somos fortes porque o Estado é omissivo, porque precisamos enfrentar uma realidade violenta. Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais uma forma de morrer (...). Nem subalternas nem guerreiras: humanas” (RIBEIRO, 2018: 20).

Esses discursos se relacionam com aquilo que Collins (2000) chama de *imagens de controle das mulheres negras*, de consequências desumanizadoras na vida dos sujeitos. A razão disso é que elas não reforçam uma construção autônoma do *self*, mas a necessidade de que a vida da mulher corresponda àquele estereótipo. O problema não parece estar em denunciar situações de miséria ou constatar a força das mulheres nos processos de resistência, mas construir uma imagem heterônoma e reificada baseada no isolamento e exacerbação de algum desses aspectos. Mesmo que a imagem pareça positiva, ela segue sendo um estereótipo que limita a existência das mulheres em imagens controladoras. (COLLINS, 2000: 114)

Por esse motivo, feministas negras diversas têm insistido na importância da autodefinição das mulheres negras como uma ferramenta que reformula o diálogo, de uma perspectiva que discute a exatidão “técnica” de uma imagem para outra que explicita as dinâmicas de poder subjacente ao próprio processo de definição em si, questionando quem tem autoridade de gerar essas definições.

Quando mulheres negras nos definimos, nós claramente rejeitamos o pressuposto de que aqueles em posição que lhes garante autoridade de interpretar nossa realidade têm legitimidade para tanto. Mesmo sem levar em conta o conteúdo real das autodefinições das mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição da mulher Negra valida o poder das mulheres Negras como sujeitos humanos. (COLLINS, 2000:114)

2.5 A importância da autodefinição

Ora na medida em nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. [...] Por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações.

Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984: 225)

Em seus esforços para rearticular o ponto de vista das mulheres afro-americanas como um grupo, as pensadoras feministas negras potencialmente oferecem às mulheres afro-americanas individuais as ferramentas conceituais para resistir à opressão. O empoderamento nesse contexto é duplo. Ganhar a consciência crítica para desmembrar as ideologias hegemônicas é fortalecedor. Reconhecer que alguém não precisa acreditar em tudo que é dito e ensinado é libertador para muitas mulheres negras. Mas, embora criticar as ideologias hegemônicas permaneça necessário, tais críticas são basicamente reativas (COLLINS, 1998a: 187-96). Assim, a segunda dimensão do empoderamento no domínio hegemônico do poder consiste na construção de novos conhecimentos. A esse respeito, os temas centrais, interpretativos, estruturas e abordagens epistemológicas do pensamento feminista negro, podem ser altamente fortalecedoras, porque potencializam outras formas de viver e outras maneiras como as coisas devem ser.

A importância da autodefinição e da autoavaliação das mulheres negras é um tema chave que permeia o pensamento feminista negro. Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento que resulta em imagens estereotipadas, externamente definidas (MONAGREDA, 2017). Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições, substituindo imagens externamente definidas com imagens produzidas por elas. (COLLINS, 2000).

Gonzales (1984) discute que o conjunto de imagens ainda evocados para definir as mulheres negras foi construído no período colonial e escravista. São eles: a mucama e a mulata. Esse imaginário se fortalece na década de 1930 com o desenvolvimento do mito da democracia racial, as bases do racismo à brasileira.

A mucama era definida como a escrava destacada para desempenhar trabalhos no interior da casa, acompanhar membros da família da casa grande e, por vezes era ama-de-leite. Gonzalez dialoga com o pensamento de Heleieth Saffioti (2013) que articula o lugar da mucama na prestação de

serviços sexuais aos senhores. Esse tipo de relação, por mais violenta e desumanizadora que era com essas mulheres, acabava gerando desestabilizações na ordem estabelecida, com quebra no comportamento esperado dos homens brancos. Na disputa com homens negros por essas mulheres, “os senhores podiam assumir posições antieconômicas, como a tortura ou venda do concorrente” (SAFFIOTI, 2013: 238). A figura da mucama estaria na origem das figuras de doméstica e mulata que, como mostra Gonzalez (1984), podem ser evocadas para uma mesma mulher negra dependendo do contexto. Mulata, exaltada no carnaval, e doméstica no cotidiano.

(...) Quanto a doméstica, ela nada mais é do que (...) o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação, porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas”. (GONZALEZ, 1984: 230)

Essa imagem de controle pode ser observada também nos casos de discriminação contra mulheres negras da classe média, que, embora ocupando diversos tipos de profissão, são, em geral, pressupostas nos espaços como empregadas domésticas, não importando sua formação ou indumentária.

O processo de tornar-se sujeita das definições de si cumpre um papel importante para que seja possível resistir às imagens controladoras ou construídas historicamente como “um contingente de mulheres com identidade de objeto” (CARNEIRO, 2003). Como discutiremos em seguida, esse tipo de ação se constitui em um componente importante de uma estratégia de resistência às opressões interseccionadas (COLLINS 2000: 112).

2.6 A interseccionalidade

A preocupação com o caráter interligado das opressões relacionadas à raça, à classe e ao gênero tem unido na encruzilhada mulheres negras de diversos espaços-tempos. Augusto (2016) afirma que perseguir esse debate permitiria construir uma nova genealogia dos feminismos negros, levando em conta contribuições de mulheres intelectuais que estavam fora da academia e uma

história mais gênero-inclusiva para o pensamento antirracista. De fato, desde as décadas de 60 e 70, o pensamento feminista tem ocupado espaço nos meios de validação do conhecimento, ao ponto que a interseccionalidade, que advém da elaboração de mulheres negras pensando a partir de sua perspectiva situada, hoje logrou grande aceitação como teoria. A repercussão da interseccionalidade nos meios acadêmicos tem permitido ampliar o debate sobre as opressões cruzadas e a resistência, bem como problematizar a construção de identidades políticas baseadas em apenas um eixo. Com um objetivo muito mais modesto do que aquele que convoca Geri Augusto, essa seção fará uma breve exposição da interseccionalidade, como advinda da preocupação das mulheres negras com o cruzamento de opressões.

Segundo Collins (2000), é possível recuperar importantes formulações de feministas negras a esse respeito no século XIX. Além de Sojourner Truth, já mencionada anteriormente, Ida Wells Barnett e Frances Ellen Watkin Harper, por exemplo, desempenharam importante papel na formulação sobre a crescente violência contra o povo negro, evidenciando que os direitos civis não trariam mudanças significativas se não viessem acompanhados da afirmação do direito à vida. (LOEWENBERG & BOGINS, 1976, apud COLLINS, 2016: 107). Já María W. Stewart, liderança abolicionista, negra e ex-escrava, na década de 1830, afirmava que a causa da pobreza das mulheres negras era a opressão racial e sexual, e chamava atenção para que as mulheres tomassem a frente das lutas nas comunidades negras contra todos esses sistemas de opressão. Outra formulação importante da natureza imbricada das opressões é fornecida a nós pelo coletivo de mulheres negras e lésbicas estadunidense *Combahee River Collective*. Em seu manifesto “Uma declaração Negra Feminista”, de 1977, afirma:

Reconhecemos que a liberação de toda gente oprimida requer a destruição dos sistemas político-econômicos do capitalismo e do imperialismo tanto como o do patriarcado. Somos socialistas porque acreditamos que o trabalho tem que se organizar para o benefício coletivo dos que fazem o trabalho e criam os produtos dele, e não para o proveito dos patrões. Os recursos materiais têm que ser distribuídos igualmente entre tod*s que criem esses recursos. Não estamos convencidas, no entanto, que uma revolução socialista que não seja também uma revolução feminista e antirracista nos garantirá nossa libertação. (...). Precisamos verbalizar a situação real de classe das pessoas que não são simplesmente trabalhador*s sem raça, sem sexo, mas para quem as opressões raciais e sexuais são determinantes em suas vidas laborais/econômicas. Embora

compartilhemos um acordo essencial com a teoria de Marx quanto ao que se refere às relações econômicas específicas que ele analisou, sabemos que sua análise tem que estender-se mais para que nós compreendamos nossa situação específica econômica como Negras. (*Uma declaração Negra Feminista* – Combahee River Collective, 1977).

A interseccionalidade forma-se como conceito a partir do acúmulo histórico de formulações de coletivos, ativistas e intelectuais negras. Passamos a apresentar os traços principais da interseccionalidade colocando em diálogo as feministas negras Crenshaw e Collins. Crenshaw é normalmente reconhecida como aquela que formulou o termo interseccionalidade, no entanto, a obra de Collins, *Black Feminist Thought*, é seminal para o conceito.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002: 177)

Crenshaw cunhou o conceito de interseccionalidade em 1989. Como advogada e feminista negra, sua formulação se deu nos marcos de um debate legal concreto e tinha como objetivo tornar evidente a invisibilidade jurídica das múltiplas manifestações de opressão experimentadas pelas trabalhadoras negras da companhia estadunidense General Motors. (VIGOYA, 2016: 6) Crenshaw buscava também evidenciar que as análises aditivas são incapazes de captar esse movimento. Não se trata de completar gênero e raça em direitos universais, de fazer uma menção especial às mulheres no âmbito dos direitos humanos, mas de ampliar a própria ideia de direitos humanos, incluído permanentemente novas questões oriundas desses atravessamentos.

Embora o termo tenha ganhado o mundo, se tornando praticamente uma citação obrigatória em debates sobre o feminismo nos espaços acadêmicos, Crenshaw esclareceu que sua aplicação da interseccionalidade foi e continua sendo contextual. Sua pretensão nunca foi criar uma teoria da

opressão geral, mas um conceito de uso prático para analisar omissões jurídicas e desigualdades concretas (VIGOYA, 2016:6). No sentido de operacionalizar as reivindicações relacionadas ao Direito, Crenshaw constrói o que ela chama de *modelo provisório*, apontando para a necessidade de suprir lacunas de informação e análise sobre mulheres racializadas. Em primeiro lugar, a maneira tradicional de categorizar as questões em gênero ou raça gera um duplo problema: superinclusão e de subinclusão.

A superinclusão ocorre quando o problema de um subgrupo de mulheres é definido de maneira generalista como um problema das mulheres, diluindo o aspecto interseccional da questão na estrutura de gênero. Isso impede o reconhecimento de outras opressões que operam na situação concreta, impedindo a elaboração de uma ação efetiva.

Um exemplo desse problema foi evidenciado pelos últimos índices de violência contra a mulher no Brasil. Segundo o Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015), o número de homicídios das mulheres negras saltou de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013, um aumento de 54% em 10 anos. Por outro lado, houve recuo de 9,8% nos crimes envolvendo mulheres brancas, que passou de 1.747 para 1.576 no mesmo período. Ao analisar esses dados, a feminista negra brasileira Jurema Werneck afirmou que, apesar da Lei Maria da Penha (Lei 11.340), aprovada em 2006 com o objetivo de ampliar as estruturas de atenção à violência contra a mulher e aumentar a punição para esses crimes, as mulheres negras continuam sendo assassinadas sem proteção do Estado ou do movimento de mulheres no Brasil:

Como nos últimos 10 anos foi possível que o assassinato de mulheres negras aumentasse 54%? [...] A Lei Maria da Penha, que foi uma luta do movimento de mulheres, não impediu um único assassinato das mulheres negras. Muito pelo contrário: os assassinatos, depois da Lei Maria da Penha, continuaram a subir [...] Nada alivia essa falha, mas o que explica essa falha? A gente precisa falar sobre isso. (WERNECK, 2018: 03)

Já a subinclusão pode se manifestar de duas maneiras. A primeira forma ocorre quando um problema relativo a gênero não é incluído na agenda geral do feminismo pelo fato de afetar as mulheres marginalizadas no interior do grupo, não espelhando a experiência do grupo dominante.

No Brasil, podemos citar o exemplo da luta pela regularização do trabalho doméstico que motivou a organização de diversos grupos de mulheres negras, mas que não figura entre as reivindicações do feminismo hegemônico. Outro exemplo é a luta das mulheres negras contra o genocídio da juventude negra. Uma segunda forma de subinclusão refere-se às diferenças de gênero no interior do mesmo grupo étnico-racial. Crenshaw cita a resistência dos homens negros em reconhecerem a esterilização forçada de mulheres negras, praticada também no Brasil, como uma manifestação do racismo estrutural.

Crenshaw (1993), ao explorar as diversas maneiras pelas quais raça e gênero configuram a sociedade, diferencia três formas de interseccionalidade: 1) a interseccionalidade estrutural, 2) a interseccionalidade política e 3) a representação interseccional.

2.6.1. Interseccionalidade estrutural

A interseccionalidade estrutural trata da convergência entre os sistemas de opressão de raça, gênero, classe e globalização. Os ajustes estruturais e medidas de austeridade costumam ter como consequência a retração de serviços que antes eram cobertos pelo Estado, como programas educacionais, de saúde e de atenção a idosos para citar alguns exemplos. Antes responsabilidade do Estado, essas atividades passam a ser atribuição das mulheres, em função dos papéis diferenciados frente ao cuidado em uma sociedade patriarcal. No entanto, os cruzamentos entre gênero, raça e classe vão influir definindo quem executará fisicamente esse trabalho e quem pagará para que terceiros prestem esse serviço. Assim, mulheres negras e pobres acabam carregando um peso desproporcional do cuidado social (CRENSHAW, 2002:12).

2.6.2. Interseccionalidade política

Já a interseccionalidade política se refere aos desafios de falar de opressões específicas provocadas pelo cruzamento entre gênero, raça e classe, cujas quais não cabem em modelos explicativos baseados em uma identidade. Crenshaw (2004) dá o exemplo das políticas

discriminatórias feitas pela General Motors para não contratar mulheres negras na década de 1990. Ao contratar homens negros para a linha de montagem e mulheres brancas para a secretaria, a empresa argumentava não praticar discriminação de gênero e de raça. Incidia nesse caso a discriminação interseccional, obrigando uma análise multifacetada para compreender o problema.

Segundo Crenshaw, as estratégias antirracistas tendem a ter como parâmetro aqueles que são dominantes no conjunto das pessoas negras, no caso, os homens. Por outro lado, o feminismo tem como parâmetro para suas estratégias as mulheres brancas. Romper com essa invisibilização, implica na ação, muitas vezes incômoda, de evidenciar a limitação das reivindicações, o que é muitas vezes acusado de romper a unidade do movimento.

Como as mulheres não-brancas vivenciam o racismo de maneiras nem sempre as mesmas que as experimentadas por homens não-brancos e sexismo de maneiras nem sempre paralelas às experiências das mulheres brancas, o antirracismo e o feminismo são limitados, mesmo em seus próprios termos. (CRENSHAW, 1993: 1252)

2.6.3 - Representação interseccional

A representação interseccional analisa as formas como as imagens e os discursos sobre mulheres racializadas são produzidas através de uma confluência de narrativas estereotipadas, baseadas em raça e gênero, o que contribui para a marginalização das mulheres. Essa dimensão da interseccionalidade está diretamente relacionada às imagens de controle construídas sobre as mulheres negras, discutida anteriormente.

2.7 - A interseccionalidade e a matriz de dominação

Para Collins (2000), a interseccionalidade requer abordar questões tanto macrossociológicas como microssociológicas. Esta transescalaridade do debate traduz-se, para ela, em uma diferença lexical. Quando a articulação de opressões considera os efeitos das desigualdades sociais nas

vidas individuais, em processos microssociais, ela designa de interseccionalidade (*interseccionality*); quando se referem a fenômenos macrossociais – que interrogam a maneira em que estão implicados os sistemas de poder na produção, organização e manutenção das desigualdades, os domínios de poder – ela chama de sistema interseccional de opressão (*interlocking systems of oppression*), (VIGOYA, 2016: 06).

Para a autora, há uma contínua interação entre opressão e ativismo das mulheres, em que a interseccionalidade e os domínios de poder correlatos são também responsáveis pela agência humana. Esse pensamento vê o mundo como dinâmico, onde o objetivo não é meramente sobreviver ou ter que lidar, mas um lugar onde nos sentimos proprietários e responsáveis (COLLINS, 2000: 290). Passamos a apresentar os elementos fundamentais dessa abordagem.

O pensamento de Collins compreende o que a autora chama de *matriz de dominação*. Ela indica a organização social na qual opressões cruzadas se originam e se desenvolvem, a partir de relações hierárquicas de poder, constitutivas de qualquer sociedade. Uma matriz de dominação específica tem: 1) um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão – por exemplo, raça, classe social, gênero, sexualidade, cidadania, etnicidade e idade; e 2) uma organização particular de seus domínios de poder (COLLINS, 2000: 299). Essa perspectiva é compartilhada por Curiel (2007; 2009), para quem a formulação em termos de matriz de dominação é o que dá ao feminismo um sentido mais radical, aproximando-o daquilo que ela defende como prática política decolonial para o feminismo.

Enquanto os sistemas interseccionais de opressão afirmam que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características da organização social, que formam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são transformadas e ressignificadas por elas, os domínios de poder se referem à organização social das dinâmicas de poder da sociedade. Collins (2000) fala em quatro tipos de domínios: estrutural, disciplinário, hegemônico e interpessoal.

O domínio estrutural refere-se a uma constelação de práticas organizadas no emprego, governo, educação, direito, negócios e habitação que trabalham para manter uma distribuição desigual e injusta dos recursos sociais. Ao contrário do viés e do preconceito, que são características dos

indivíduos, o domínio estrutural do poder opera por meio das leis e políticas das instituições sociais. No caso situado, podemos identificar como manifestação desse domínio, a ausência de uma política habitacional que garanta moradia digna e bem localizada para a população de baixa renda, enquanto mantém incentivo para os megaempreendimentos.

O domínio disciplinar é um modo de governar que se baseia em hierarquias burocráticas e técnicas de vigilância. Esse domínio pode não se manifestar por meio de políticas sociais explicitamente racistas ou sexistas, mas pelo modo como as organizações são dirigidas, estabelecendo aqui um diálogo com o pensamento de Michel Foucault (1987). O disciplinamento realizado no interior de instituições de ensino, o treinamento adquirido para o trabalho e sua frequente supervisão, a vigilância sobre os corpos negros no espaço urbano e as prisões são parte desse poder. O disciplinamento depende da construção de uma burocracia dedicada a executar esse controle. A cultura da burocracia, que faz com que famílias negras esperem longamente para acessar direitos, faz parte da estratégia de forjar mulheres negras “pacíficas, ordeiras, dóceis e disciplinadas”. (COLLINS, 2000: 281)

O domínio hegemônico compreende o modo como a organização social usa as ideias e a ideologia para evitar a politização dos grupos oprimidos. Também se refere à difusão do poder por todo o sistema social, em que vários grupos policiam uns aos outros e suprimem suas divergências. Trata-se da capacidade de influir na consciência e na subjetividade individual, por meio de ideias, imagens, símbolos e ideologias. Nesse sentido, a autodefinição das mulheres negras, debatida anteriormente, torna-se uma forma de ativismo na elaboração de conhecimento contra-hegemônico, que estimula a mudança de consciência.

O domínio interpessoal refere-se às práticas cotidianas de discriminação que podem passar despercebidas ou não serem identificadas. Manifestações de racismo cotidiano podem ser travestidas de brincadeiras ou opressões no interior da família. Em contrapartida, estratégias de resistência cotidiana também ocorrem, de maneira variada e exercidas por diferentes atores, neste domínio.

O aporte da perspectiva apresentada por Collins (2000) permite evidenciar a complexidade das relações entre opressão e ativismo, rejeitando modelos binários de opressores e oprimidos. Para isso, ela propõe uma investigação baseada na estruturação de uma matriz de dominação em certos eixos – raça, gênero, classe, sexualidade e nação – que operam em domínios de poder interconectados – estrutural, interpessoal, disciplinar e hegemônico. Essa perspectiva inclusiva permite evitar a rotulação de uma forma de opressão como mais importante do que outras, ou uma expressão do ativismo como mais radical do que outra. Também cria um espaço conceitual para identificar alguns novos vínculos. Assim como a opressão é complexa, a resistência demonstra uma complexidade semelhante. (COLLINS, 2000: 288)

Collins (2000) discute ainda que é possível pensar em uma matriz transnacional de dominação que apresente desafios comuns para as mulheres negras – sobretudo da diáspora⁸⁷ – embora a matriz tenha uma organização particular no interior das fronteiras de um Estado. A intersecção de opressão, raça, classe, gênero, sexualidade e nação constitui um fenômeno global. Collins mostra que a matriz de dominação dos EUA é caracterizada por uma combinação única de fatores como: as experiências das mulheres negras, o contexto dos movimentos sociais, as políticas internas dos EUA e uma matriz global de dominação que afeta as mulheres afrodescendentes em geral. Mulheres negras de diversos países estariam em posição semelhante porque, embora sua história e suas experiências de ativismo sejam distintas, elas iriam de encontro à mesma matriz global de dominação sob a qual as mulheres negras americanas também estão situadas.

Como dito anteriormente, intelectuais negras brasileiras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, entre outras, desenvolveram a teoria da tríade de opressões raça-classe-gênero para articular as diferenças entre mulheres brasileiras que o discurso feminista dominante havia pretendido ignorar (VIGOYA, 2016: 05).

Todos esses debates mostram que o problema das exclusões criadas pela utilização de marcos teóricos que ignoravam o cruzamento entre as relações de poder circulavam desde há muito tempo em contextos históricos e geopolíticos diversos. (VIGOYA, 2016:5) No entanto, não é

⁸⁷ Diáspora seria uma noção que transcende a raça e permite alcançar formas geopolíticas e geoculturais de vida que resultam da interação entre sistemas de comunicação e contextos que elas incorporam, modificam e transcendem (GILROY, 2001).

demais precisar que nessa construção genealógica tem se utilizado a noção de interseccionalidade como ‘um lugar discursivo onde diferentes posições feministas se encontram em diálogo crítico ou de conflito produtivo’ (LYKKE, 2011:208 apud VIGOYA, 2016:5). Essa perspectiva inclusiva deve ser, não obstante, utilizada com precaução, para não convertê-la em uma caixa preta em que tudo cabe ou que a tudo enquadra.

Vigoya (2016) sublinha o perigo de que a interseccionalidade se converta em um discurso academicista, tipicamente capitalista, mas desprovido de concretude, contexto e história, e, por isso, de seu ímpeto político. Por essa razão, embora a interseccionalidade tenha se mostrado uma teoria e uma perspectiva política feminista frutífera, não devemos adotar frente a ela uma atitude prescritiva. A interseccionalidade seria útil como uma pergunta que não encontra resposta, senão em contextos específicos e mediante investigações concretas. Assim sendo, não basta perguntar se se trata de uma teoria, de um método, de uma perspectiva, de uma categoria analítica ou simplesmente jurídica, se requer formular interrogações a partir da experiência. O desafio não seria, portanto, encontrar a metáfora mais adequada para expressar as relações entre distintas categorias de dominação e orientar os ativismos e as alianças políticas. O desafio seria preservar o princípio de abertura às diferenças, como uma condição, não como uma limite da interseccionalidade (VIGOYA, 2016:6).

Cientes do perigo apresentado por Vigoya (2016), buscaremos pensar com ela e com outras agentes em que medida podemos nos esquivar “do discurso próprio de um academicismo capitalista e um uso mercantil de menção obrigatória” (VIGOYA, 2016:6), de uma disputa categorial abstrata, para cuja qual a interseccionalidade pode ser mobilizada. Longe de oferecer uma resposta, evocamos o caso situado da Ocupação Rosa Leão a fim de pensar que saídas oferece uma abordagem da interseccionalidade como ferramenta espacial. Nossa aposta é que o espaço – realização aberta, múltipla e inter-relacionada – pode ser pensado como o produto de uma realização situada dos múltiplos cruzamentos de opressão e resistência. Assim, a interseccionalidade se converteria em uma ferramenta situada, cuja função é ajudar a perceber essas múltiplas dinâmicas no espaço. Assim, a interseccionalidade seria corporificada, afastando-se de uma disputa conceitual abstrata. Por outro lado, por se tratar de cruzamentos

complexos, a interseccionalidade permitiria que fugíssemos da ideia de uma produção do espaço unidimensional, onde somente as disputas econômicas o impulsionam. Essa reflexão nos permitiria pensar em um espaço interseccional, formado por múltiplos cruzamentos dinâmicos e transescalares, aqui e agora.

3. FEMINISMO NEGRO E ESPAÇO: INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ESPACIAL

[...] Reforça-se, assim, a visão predominante de que favelas e periferias são locais de ausência, carência, onde predomina a “vagabundagem”, ou a narrativa do assistencialismo, em um espaço considerado território de “pobres coitados”. Por outro lado, o que se pretende, também neste trabalho, é realizar uma reflexão que reforce a ideia de favelas e periferias como de produção, melhor descrito como potência, onde seus moradores, mesmo diante da realidade de baixos investimentos pelo Estado, inventaram suas diversas formas de regular e de resistir a vida: por meio das artes, moradias, mobilidade, encontros etc.

Marielle Franco

Este capítulo busca se aproximar da aposta na interseccionalidade como ferramenta espacial, a partir das experiências compartilhadas na Ocupação Rosa Leão. Buscarei evidenciar que o conjunto de elementos que compuseram as narrativas apresentadas no capítulo 1, só se tornaram questões para a pesquisa a partir de uma abordagem interseccional espacializada. No desenvolvimento dessa perspectiva, pretendo ficar afastada de abordagens que consideram o espaço apenas como palco para as relações sociais, afirmando que ele próprio só existe enquanto processo e relação, material e imaterial, dos corpos e do mundo. Por outro lado, a interseccionalidade nos lembra que as relações sociais são construções simultâneas em distintas ordens, formadas por classe, gênero, raça, sexualidade e outras,

e em diferentes configurações históricas que formam o que Candace West e Sarah Fentersmaker chamam ‘realizações situadas’, quer dizer, contextos nos quais as interações das categorias de raça, classe e gênero atualizam as referidas categorias e lhes conferem significado. (VIGOYA, 2016: 12)

Estes contextos permitem dar conta não somente da consubstancialidade das relações sociais em questão – de que modo gênero forma raça, de que modo raça forma classe, etc. – mas também como essas categorias produzem o espaço, ao mesmo tempo em que o espaço as atualiza em realizações situadas. Conforme exposto no capítulo 2, embora tendam a se referenciar em uma matriz de dominação mais ampla, a manifestação das opressões é sempre situada, relacional e mutável, da mesma maneira que a produção do espaço. A interseccionalidade, tal como abordada no caso da Izidora, é processo espacial – isto é, acontece nos, pelos, sob e entre os corpos. E, inversamente, a espacialidade é interseccional, sendo raça, classe, gênero e processos constitutivos.

As principais contribuições dadas pelo debate sobre a interseccionalidade são a superação de uma perspectiva aritmética, que caracteriza certos grupos de mulheres como dupla ou triplamente discriminadas. Não se trata de pensar em um somatório de opressões, de quem sofre mais em determinado contexto, mas de como todos os contextos são co-constitutivos de gênero, raça, classe e outros – ou seja, a produção de espaço como produção simultânea de subjetividades marcadas. Como lembra Vigoya (2016), a posição mais *desvantajosa* em uma sociedade classista, racista e sexista não é necessariamente a de uma mulher negra pobre, comparada à situação de homens jovens do mesmo grupo social, muitas vezes mais expostos do que elas a certas formas violência, como aquelas associadas ao domínio disciplinário dos controles policiais. hooks (2015) pondera que, embora o sofrimento seja uma dimensão subjetiva, o reconhecimento do cruzamento de opressões que operam na vida das pessoas pode definir o conjunto de opções acessíveis a cada uma delas. Isso é um importante marcador para o reconhecimento de privilégios e a probabilidade de exposição a situações de sofrimento. Como aporte do feminismo negro, a interseccionalidade é uma perspectiva que parte da situação histórica das mulheres negras, não para tratar exclusivamente sobre suas vidas, mas para discutir o conjunto mais amplo de questões que emergem da realidade social.

Os trabalhos desenvolvidos por Massey (1994; 1990), McDowell (2000), Soja (1996) – no campo das geografias críticas e das geografias feministas – e os de Cortés (2006), Colomina (1992), Muxi (2009), Muxi et al. (2011), Gonzaga (2011) – no campo da arquitetura e urbanismo –

colocam em discussão as interlocuções diversas entre espaço e gênero, mais os possíveis cruzamentos com as dimensões de classe, sexualidade e raça. Essas obras partem de uma necessidade de criticar a ideia de que o espaço seja neutro, ou certas análises baseadas apenas nos arranjos econômicos e nas contradições de classe, como se estas últimas fossem as únicas categorias relevantes para discutir a produção do espaço. Já Willian (1991), Valentine (2007), Silva (2010; 2011), Keenan (2014) incorporam a interseccionalidade em suas teorizações sobre o espaço, refletindo em que medida o espaço interfere na produção das identidades, entendidas como construções complexas, que só podem ser consideradas a partir de um contexto situado. No caso das ocupações da Izidora, Isaías (2017) e Franzoni (2018) tecem reflexões sobre o conflito e o protagonismo das mulheres tendo a interseccionalidade como referência.

Na presente abordagem, aproximamo-nos, a partir do caso situado da Ocupação Rosa Leão, da aposta na interseccionalidade como ferramenta espacial, com base na caracterização do espaço produzido por encontros, multiplicidades, aberturas, formando geografias de poder tal qual apresentado por Doreen Massey (2005).⁸⁸ Assim, na seção seguinte apresentamos a abordagem da autora, traçando interlocuções com a interseccionalidade no caso situado. Para isso, nós nos detivemos em algumas situações específicas, para evidenciar em que medida podemos falar em uma interseccionalidade espacial, ou seja, falar de uma ferramenta que permite uma aproximação da complexidade das relações de poder e das identidades, além de trançar os fios das memórias das opressões e resistências da Ocupação.

3.1. Tecendo o espaço

Doreen Massey (2005) sugere que o espaço deva ser pensado em três dimensões. **Primeiro, o espaço é encontro**, é o produto de inter-relações, que vão da imensidão do global ao infinitamente minúsculo. **Segundo, o espaço é multiplicidade**, a coexistência de trajetórias distintas, heterogeneidade. Sem espaço, sem multiplicidade; sem multiplicidade, sem espaço.

⁸⁸ Doreen Massey (1944-2016) foi uma cientista social e geógrafa britânica, referência no tema da produção do espaço, tendo se envolvido com a literatura da geografia marxista, geografia feminista e geografia cultural. Foi professora emérita na Open University, no Reino Unido.

Terceiro, o espaço está sempre em construção. Sendo o produto de relações que são práticas materiais a serem realizadas, o espaço está sempre em processo de ser feito. Nunca está terminado, fechado (MASSEY, 2005: 10). Dito isso, passamos a falar um pouco mais sobre cada um desses pontos e sua imbricação possível com a perspectiva interseccional, no caso situado.

3.1.1. Espaço é encontro

A primeira proposição indica que o espaço não é *a priori*, mas se forma em interações e em encontros transescalares. Ao desenvolver o argumento, Massey (2005) critica a concepção do espaço como estático. Para a autora, esse é um pensamento que subjaz o colonialismo e está bastante presente nas narrativas sobre o *descobrimento*. Nelas, o espaço é algo a ser atravessado e conquistado, o que tem implicações particulares na forma como é imaginado. O colonizador é o agente, que viaja por essa superfície e *descobre* outros lugares, povos, culturas, representados como meros fenômenos *sobre* esse espaço estático. Retratados dessa maneira, estão privados de história e imobilizados; desprovidos de trajetórias próprias, aguardando a chegada do colonizador. Essa narrativa impede que vejamos esses espaços como vividos e produzidos por aqueles povos e suas relações. O europeu parece ser o único ser ativo e sua aparição naqueles territórios é o ato fundacional de suas histórias.⁸⁹

No caso da Izidora, o ato de nomear a região como “Mata do Isidoro” se conformou como uma estratégia de invisibilização da presença negra e quilombola que, conjugada ao avanço da oligarquia dos Werneck sobre as terras do Quilombo de Mangueiras, se configura em uma opressão interseccional. Ao conjugar privilégios de raça e classe, busca transformar o espaço em superfície.

⁸⁹ Conforme insistem intelectuais filiadas as perspectivas decoloniais (Quijano, 2005; Lander, 2005; Lugones, 2008; Curiel, 2010), a descolonização como conceito amplo, que remete aos processos de independência e formação dos Estados, não encerra o colonialismo apenas o moderniza, haja vista questões como a divisão internacional do trabalho e a separação do mundo entre centro e periferia. Esses intelectuais apontam ainda para a relação imbricada entre o colonialismo, capitalismo e modernidade ocidental, essa última baseada em um paradigma masculino, heterossexual, branco e do Norte Global (CURIEL, 2010: 326).

Há ainda os interesses bilionários vinculados a grandes projetos urbanos no entorno da região, que se articulam com a controversa parceria público-privada, a Operação Urbana do Isidoro, projetada para urbanizar o território e viabilizar um gigantesco empreendimento imobiliário, a “Granja Werneck” (FRANZONI; ALVES; FARIA, 2018). O empreendimento se configura como o reforço ao não reconhecimento do quilombo e atua para o seu efetivo apagamento, e como um instrumento de despejo das três ocupações. “Granja Werneck” consubstancia a coligação Estado-Capital-Oligarquia, em que o poder econômico de classe aparece conjugado às dimensões de raça e gênero, definindo quem são os agentes que produzem espaço e quais devem ser *apagadas do mapa*.

Ao resistir a esse apagamento, as agentes constroem identidades locais - Rosa Leão, Izidora -, que, para além de nomes, representam processos espaciais-interseccionais de construção de comunidades, provocados pelo encontro de trajetórias e agentes diversos. Massey (2005: 10) aponta ainda que considerar o espaço como encontro traz outra implicação: a de que o espaço não existe antes das identidades. Como discutido no capítulo 2, as identidades não são essências, mas se formam a partir de relações complexas entre os domínios de poder, a construção cotidiana das subjetividades e do estímulo à autodefinição produzida pelos ativismos. Para Massey (2005) as identidades, as relações entre elas e a espacialidade, são todas co-constitutivas. Isso porque nenhum espaço é algo dado e pronto, como uma autenticidade coerente. Pelo contrário, as identidades estão sempre em formação. Portanto, uma questão fundamental é a sua negociação interna entre os agentes e as geografias de poder dessas relações de construção, que incidem em outras escalas.

Agora, assim, uma coisa que eu sinto falta é aquela união que a ocupação tinha. As vezes chegava uma reunião estava todo mundo ali junto. Chegava um dia de festa estava todo mundo ali unido. A gente tinha, conhecia várias pessoas dentro da ocupação. Aquelas mulher lutando, aqueles homem lutando, se tinha um evento estava todo mundo junto. Chegava um final de semana a gente ia pra casa da Charlene ali, vinha várias pessoas, tava todo mundo ali conversando. Igual, as três ocupação era tudo unida, era a Izidora, agora não é mais tão assim. Agora o povo acha que só porque já tem o lugar deles morar, acha que tá ganho, e como tem muita coisa pra correr atrás vai se afastado um do outro. (Divina)

Massey (2013) lembra que a própria identidade de uma comunidade local não é algo dado, mas sempre estabelecido através de negociação e passível de conflito. Não há nenhuma comunidade automática. No lugar não há coisas dadas, senão coisas para discutir. O espaço traz, portanto, a complexidade das relações entre dominação e resistência. Assim, “os lugares não são coerentes, são mesclados, são híbridos, são pontos de reunião, e a comunidade de um lugar será assunto de contenda, de negociação social entre distintos grupos” (MASSEY, 2013: 05).

O cruzamento situado dessas dimensões não é fixo e esse encontro implica considerar o espaço como movimento, formando corpos e territórios provisórios. Talvez a origem da autodefinição de várias mulheres como *preta e periférica*, venha da formulação de um espaço interseccional marcado no corpo, como afirmação de uma identidade política de um corpo-território.

Ao longo da resistência, compuseram a rede pró-despejo das ocupações os grandes veículos de mídia, publicando matérias que evocam as imagens de controle de pessoas negras (COLLINS; 2000), construindo as ocupações como espaços de criminosas e aproveitadoras, conforme abordado no Capítulo 2. As ações judiciais expedidas em caráter liminar, sem sequer ouvir as moradoras, as incursões violentas da polícia na comunidade e a repressão, com o uso desproporcional de força às manifestações – como evidenciado no caso da MG-10 – tanto se configuram como ações do domínio estrutural quanto reforçam a construção hegemônica daquelas pessoas como criminosas. Ideia essa que se reproduz nas relações interpessoais cotidianas.

Esses dia mesmo eu criei um tumulto no sacolão ali, com o moço por causa do Rosa Leão. Porque o Ademar é um comerciante que tem aqui em cima e ele me ajuda, quando eu vou fazer um caldo ele me dá um bacon, me dá um copo descartável, sabe? Então eu cheguei lá e falei: “Ademar, você tem pele de bacon?”, ele falou: “Tenho, por que você vai fazer caldo?”, falei: “Vou”, “Você vai fazer caldo lá no Rosa”, aí o homem que tava lá falou assim: “Se depender de mim aquele povo morre de fome. Ladrão, povo ladrão roubando terra dos outros.”, falei: “Por isso que eu não te pedi nada, eu te pedi? Eu não te pedi nada. Eu não peço qualquer um, exatamente por isso, porque do jeito que você trabalha e ganha o seu dinheiro, lá também tem gente que trabalha e ganha seu dinheiro. Mas ele não tem oportunidade de comprar, porque vai na Caixa tem que dar mil e mil de entrada pra ter a casa né? Vai

comprar um lote, tem que pagar aluguel, não pode construir. Então ali não mora ladrão não. Pode ter ladrão, assim como tem no Zilah, assim como tem aí nesse conjunto que você mora. Tem ladrão. Tem ladrão na Savassi, tem ladrão em Brasília, mas eles não são ladrão não, eles não roubam de ninguém não. Nossa, criei maior tumulto. Ontem mesmo o Ademar tava até comentando comigo: “Nó Maria você ficou brava demais”. (Maria)

A negação em realizar os atendimento de saúde aos moradores da Ocupação e em matricular as crianças na escola compõe, no caso situado, as opressões estruturais de negação de direitos e as estratégias do domínio disciplinar para forjar mulheres negras “pacíficas, ordeiras, dóceis e disciplinadas” (COLLINS, 2000: 281), implicando um ativismo que coloca a luta por serviços básicos no escopo da construção dos feminismos. Mesmo depois da conquista do acesso aos serviços públicos, outras estratégias são mobilizadas, no nível hegemônico e interpessoal, para manter os níveis de exclusão, provocando uma reconfiguração dos ativismos, como a de orientar as crianças a não aceitarem a imagem de “pés vermelhos”.

Eles não queriam aceitar os meninos lá [na escola]. E eu lembro que eu ia na escola, tive que ir na escola várias vezes por causa que eles, os meninos dos outros lugar, do arredor, ficava chamando as meninas, que as meninas eram pé vermelho. Aí as meninas não queriam ir pra escola, aí eu tinha que ir conversar com as professoras pra ver se os meninos não ficavam xingando elas. Nossa, foi uma luta muito grande pra aceitar a gente aqui. O posto foi muito difícil, eu mesma fiquei um tempão... Eu lembro que a Raquel [filha] chegou lá passando mal, Raquel com muita febre, aí levei a Raquel pra consultar, eles passou o remédio, aí eu fui e falei assim: “Não vai fazer nem um exame na menina não?”, aí eles falou: “Não, mas a menina não pode fazer exame aqui porque mora na ocupação, então a gente não pode fazer o exame da menina”. Aquilo foi uma tristeza tão grande de saber que a gente é ser humano, né, e eles proibindo a gente até de consultar no posto. Foi muita luta. (Divina)

Hoje eu tive que parar lá na direção da escola, que o Pedro [filho] foi parar na direção porque bateu num menino que tava chamando ele de ‘pé vermelho’. E a direção veio chamar minha atenção. Falei com eles que meu filho não vai aceitar isso mesmo não e se o outro menino tá fazendo isso, tá sendo orientado por alguém, ou é a escola ou é a família. Nós temos é que marcar uma reunião geral de pais pra esclarecer essa história (Charlene).

Assim, a produção do espaço é mobilizada para evidenciar que as relações socioterritoriais são marcadas por gênero, raça, classe, sexualidade, e outras, que implicam em diferenças de poder e disputas, flexionando as formas como são atualizadas na história dos diferentes sujeitos. O espaço urbano é um processo de lutas históricas e transescalares que expressam graus diversos de subordinação e privilégio segundo a matriz de dominação, cujo desfecho está permanentemente em aberto. A ocupação Rosa Leão é produzida por várias escalas de encontros, que se constroem nas relações do cotidiano pela manutenção da própria ocupação, nas relações com outras trajetórias de lutas no entorno, com os movimentos de moradia, e assim por diante. Todos eles constituem o espaço e atualizam sua produção.

Ao conceber o espaço como encontro (MASSEY, 2005), em uma perspectiva interseccional, foi necessária a problematização de uma história única para a Rosa Leão e a Izidora. Rosa Leão se forma a partir do encontro de várias trajetórias, algumas delas expressas em seu próprio nome. A relação com as Jornadas de Junho e a consequente chegada dos movimentos sociais não são seu ato fundacional, mas uma das tramas enredadas, que constituem suas histórias. Se entendida de outro modo, a região passa a existir apenas a partir da chegada dos movimentos sociais, ativistas e técnicos, localizados em posições que facilitam seu reconhecimento como agentes. Com isso, as ocupantes aparecem reificadas, assim como o espaço, ambos à espera de uma ação externa, de uma autoridade.

Valendo-se do recorte interseccional-espacial, afasta-se da ideia de um "ato fundacional" da ocupação Rosa Leão, entendida como estratégia de "nomear o outro" - o território, a ocupação e seus moradores, como elementos passivos. Entender e reconhecer as diferentes trajetórias que formam a história e o processo de vir a ser Rosa Leão é também reconhecer a autodenominação do território pelas próprias ocupantes, pelas agentes que lhe dão vida, reivindicando-as como produtoras da própria história e de um conhecimento válido (COLLINS, 2016).

Nossa mãe, você sabia que a Rosa não sabia ler nem escrever. Mas conversava tão bem. Ela nunca passou isso pra mim. Uma vez eu perguntei pra Estela, sua mãe é analfabeta? É ou Marlene é ... Mas você precisa de ver ela em reuniões assim, como ela conversava bem, como ela falava bem com as

peçoas. Como ela articulava. E a sabedoria dela... Ninguém sabia que ela era analfabeta de tão inteligente que ela era. (Marlene)

3.1.2. Espaço é multiplicidade

Em segundo lugar, imaginar o espaço como a esfera da possibilidade de existência da multiplicidade implica, para Massey (2005: 11), a insistência de que a história e a geografia não podem ser elaboradas nem como sendo apenas do *Ocidente*, nem como a história/geografia daquela figura clássica essencializada e sem localização do homem heterossexual branco (MASSEY, 1990). Estas são histórias particulares, entre muitas, e fazem parte de uma complexidade e não de uma universalidade como a tanto tempo se propõe. Essa proposição está imbricada na primeira, embora haja importantes especificidades. De fato, ambas estão falando de uma definição de espaço que considera o movimento e a transformação. No entanto, a questão aqui é que a própria possibilidade de qualquer reconhecimento sério de multiplicidade e heterogeneidade depende de um reconhecimento da espacialidade.

O corolário político é que uma espacialização genuína e completa da teoria social e do pensamento político pode forçar a imaginação de um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outras histórias com características que são distintas (que não implicam desconexão) e futuros que potencialmente podem ser assim também. (MASSEY, 2005: 11, tradução própria)

O conceito de simultaneidade de opressão constitui-se como o cerne da compreensão feminista negra da realidade política, sendo “uma das contribuições ideológicas mais importantes do pensamento feminista negro” (SMITH, 1983, apud COLLINS, 2016:107). Consideradas em sua co-constitucionalidade interseccional-espacial, agentes e territórios são múltiplos o que não nos permite falar em um fundamento único de opressão e resistência. Isso significaria a invisibilização de outras relações aqui e agora.

O pessoal fala da tal “Resistência do despejo”, não! É várias resistências durante os processos, não é só resistência do despejo. É resistência de inúmeras coisas e que às vezes as pessoas não dão um significado importante, mas que é muito importante! Primeiro é resistir com um grupo individualista lá

na demarcação dos lotes que queria um pedaço grande só pra eles enquanto tinha gente sem nada. A outra questão foi resistir à especulação dentro do território, resistir dentro de um espaço que você tem que criar as leis, você tem que discutir com a galera a questão ambiental, estrutural e urbanística do local. Aí vem a resistência de você morar num lugar sem água, sem luz, sem saneamento, sem direito a escola, carrapato, bicho, cobra, aranha, essa é uma outra resistência. A outra questão foi a resistência do preconceito com o bairro, né. Porque obviamente, assim como tinha pessoas que apoiavam nossa luta e achava que era legítima, tinha uma parte que era totalmente contra a ocupação. Eles fizeram até abaixo assinado pro governador pra retirar a gente. Aí vem o preconceito também que acha que ocupar é crime, que é um bando de vagabundo, aí vem todos os preconceitos. Outra questão que eu acho que a gente resistiu muito. Ao tempo mesmo. Aí vem a resistência de... pôr o menino na escola, não ter atendimento de saúde... O tempo! O tempo é uma resistência, porque quando chovia aqui e as barracas voava, os telhados... Eu mesma, no meu primeiro barraquinho aqui, eu fiquei três noites dormindo aqui sem telhado, porque o vento levou todo o meu telhado. Aí vem a resistência ao tempo, a chuva, o vento levar a barraca, o calor dentro da lona. Aí vem a resistência de... Da polícia né? Que é uma outra questão. Não a resistência do despejo. Vou despejar, não! O despejo que é gradativo, quando a polícia vem, aterroriza, passa com a cavalaria, entra nos barracos de noite, ninguém vê nada, né, ou seja, os órgãos que deveriam ver, Direitos Humanos, Ministério não sei da onde, não vê o que a polícia fez com a gente. Isso despejava as pessoas individual. Aquelas pessoas que ficavam com muito medo iam embora, porque viam o que a polícia estava fazendo, que não tinha lei, que ia dar merda, então é uma outra resistência, além da resistência do despejo. Então, assim, não é só a resistência do despejo. É várias resistências. E é várias resistências ao mesmo tempo que se não tivesse passado por elas, não tinha passado do despejo também não. Não tinha mesmo. (Charlene)

Assim a interseccionalidade espacial aponta que o espaço e as categorias de gênero, raça e classe se reconfiguram permanentemente conferindo novos significados e construindo múltiplos contextos e identidades políticas em relação à matriz de dominação. No caso situado, alguns exemplos parecem ser potentes para pensar em uma reconfiguração gerada de uma perspectiva interseccional-espacial, gerando formas variadas de opressão e ativismo feminista.

a) Redes de cuidado

A coordenação da Ocupação Rosa Leão acompanhou a construção de redes de solidariedade em torno de Sueli, que teve seu filho Maicon (22), assassinado pela polícia em 2015. Ele estava acompanhado do irmão, Wesley (25), que foi baleado com nove tiros na operação e passou um mês internado no hospital. O carro em que estavam os dois, mais um terceiro jovem, também assassinado, foi considerado suspeito e alvejado por policiais. Mesmo depois da morte de Maicon

e com Wesley ainda internado, a casa de Sueli foi invadida e revirada três vezes pela polícia. Infelizmente, não se trata de um fato isolado nas periferias. No Brasil, a violência contra meninos e jovens chegou a tal proporção que até as instituições têm reconhecido – como fruto de lutas históricas de organizações de favelas, periferias e do movimento negro – a existência de uma política de extermínio da juventude negra.

O Relatório Parcial da Comissão Especial de Estudo sobre o Homicídio de Jovens Negros e Pobres, apresentado em maio deste ano à Câmara Municipal de Belo Horizonte pela vereadora Áurea Carolina, aponta que a capital é a décima primeira no *ranking* nacional de homicídios de jovens negros por armas de fogo.^{90 91} Ainda segundo o relatório, o maior número de casos se concentram na Regional Norte, onde se localiza as ocupações da Izidora. O documento também evidencia que os índices de violência são maiores nas regiões da cidade com menos oferta de serviços públicos.

Ao mesmo tempo, as incursões policiais têm sido uma constante na Ocupação Rosa Leão e nos conjuntos Ubirajara e Zilah Spósito. Conforme relatado por moradores e observado diretamente, em geral, essas operações acontecem de maneira ilegal, sem mandados judiciais para entrar nas casas, e com exposição das moradoras a humilhações.

Andreilino Campos (2007) aponta para a relação imbricada entre espaço, raça e violência. Para ele, a violência se expressa na utilização do aparato policial para assegurar que se mantenha vedado o acesso à terra ao segmento social dos negros. Para o autor, a violência parte da construção de uma presunção de culpa atribuída aos negros, seja libertos ou escravos, presente já no final do século XIX. Com a República e a Abolição da Escravidão, embora houvesse leis que pugnavam pela igualdade de todos perante a lei, mas, diante da polícia, as pessoas negras tinham menos direitos, inclusive em relação à inviolabilidade do lar (CAMPOS, 2007: 19-20). Esse fato

⁹⁰ O relatório pode ser acessado em:

<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2018/05/apresentado-relat%C3%B3rio-parcial-sobre-homic%C3%ADdio-de-jovens-negros-e-pobres>

Acesso em: 20/06/2018.

⁹¹ Baseado em dados de 2010, o relatório ainda afirma que um jovem negro tem três vezes mais chance de ser assassinado que um jovem branco.

parece estar ligado às já mencionadas estratégias do domínio disciplinário de docilização dos corpos.

Por outro lado, uma rede, formada principalmente por outras mulheres da ocupação, acompanhou o encaminhamento de denúncias, a conversa com advogados e o recolhimento de recursos para apoiar Sueli. A rede também tinha a intenção de levar adiante ações de visibilidade do assassinato de Maicon, mas, frente às ameaças considerou que era melhor recuar, pois podiam pôr em risco a vida de Sueli e de Wesley. Wesley atualmente responde a um processo que visa responsabilizá-lo pela morte do irmão. Sueli segue na luta, acompanhando as audiências, mantendo contato com advogados e cuidando dos netos.

Collins (2000) chama atenção para esse traço do ativismo feminista negro nas comunidades, que ela chama de *política de maternidade*. A *política de maternidade*, ultrapassa dimensões biológicas para se converter em uma política coletiva de cuidado. Ela pode ser acionada nos casos de violência policial, conectando mães que perderam seus filhos, construindo caixas de contribuição e processos de cuidado e de luta. Seguindo nossa aposta é possível afirmar que a política de maternidade reconfigura os limites das ativistas feministas, a partir dos cruzamentos interseccionais que produzem os espaços marginalizados.

Eu coloquei Deus na frente de tudo. Cheguei lá e falei: “Deus envia um anjo pra mim, porque eu não tenho como sustentar essas crianças”. Mas aí menina foi muita gente que me ajudou. Mesmo com muita dor eu consegui aqui de bom foi as boas amizades, né. Assim, a gente conta assim, as boas amizades, assim, porque a gente passou uma luta aqui de necessidade. E me marcou muito isso aí, foi é... Assim, chegava na casa da vizinha, ela tinha o sal, chegava na casa da outra tinha o óleo, chegava na casa do outra tinha o arroz, chegava na casa da outra tinha o feijão, falava: ‘Então a gente falava vamos juntar todo mundo e vamos fazer a comida pra todo mundo’. Isso me animava de novo. E assim a gente fazia aqueles panelão de comida e todo mundo comia e ficava satisfeito, isso aí é muito legal aqui. Até hoje que a situação tá um pouco melhor a gente se junta e faz isso, aí coloca uma música e fica jogando conversa. (Sueli)

As redes de cuidado e solidariedade entre as mulheres permitem criar outras sociabilidades. Nas conversas, reuniões e oficinas, várias mulheres relatam serem muito tímidas, não terem amigas. A

produção do espaço como produção simultânea das subjetividades evidencia que, no avançar da resistência, participando da coordenação, das atividades coletivas, desempenhando funções no processo de luta, as mulheres ganhem autoestima e confiança, substituindo imagens de controle por imagens autodefinidas.

De ter muita vergonha de conversar com os outros, de ter vergonha de tudo. Então eu não saía de casa pra nada, quando eu morava na minha casa lá em cima eu saía para trabalhar porque era o jeito, mas trabalhava, na casa onde é que eu trabalhava quase não conversava com ninguém. Trabalhava, largava as coisas tudo arrumadinha e vinha embora, portanto que eles nem reclamava, que eu era muito calada. Então, assim, com esse negócio da ocupação, de coordenação, eu passei a conhecer as pessoas, tive mais amizade, que eu não tinha amizade de ninguém, foi muito bom. (Divina)

Na Rosa Leão eu fui me soltando, me soltando. E vendo que eu era... Ai veio uma palestra sobre gênero, né? E sobre gênero veio sobre a mulher. Como que chama? A violência contra a mulher, eu me vi dentro daquele quadro da violência contra a mulher, mas vi também que eu não precisava morrer ali dentro desse quadro. Eu achava que só prestava pra tá na frente do fogão. Ali eu fui aprendendo, eu sei que quando chegou na costura, eu já estava assim tão pra frente, tão esclarecida, que as próprias meninas, as próprias mulheres da costura me colocou como líder delas. Tudo falava... Mas não colocaram não, porque na minha vida nada é convidado. É uma coisa impressionante. Nada é convidado, ela vai e acontece. Acontece, sempre é assim. Ai então quando eu vi eu já tava... Tipo que liderando o grupo, mas eu mesma não sabia não, sabe? (Maria)

A presença violenta do Estado parece ocorrer também via Conselho Tutelar. No caso de Carine, o Conselho Tutelar apareceu para reforçar os discursos de criminalização das moradoras da ocupação, ameaçando-as com a retirada compulsória dos filhos para serem entregues à adoção. Nesse processo, elas não aparecem como merecedoras de cuidado, como pessoas que têm passado por experiências traumáticas de violência doméstica e que, por isso, também deveriam ter acesso a direitos, mas sim como pessoas irresponsáveis, desleixadas e incapazes, que deveriam ser afastadas das crianças. A experiência delas é reduzida às imagens de controle de mulheres negras de ocupações. No caso relatado no primeiro capítulo, a retirada dos filhos agravou o estado de saúde mental de Carine, que foi acolhida pela comunidade, a fim de ter assegurada a construção da sua casa. Também foi feito um acompanhamento para que ela tivesse

acesso aos equipamentos básicos de proteção à mulher vítima de violência e a um tratamento psicológico adequado.

Uma rede de homens e mulheres foi constituída para construir a casa de Carine. As pessoas do grupo revezam entre si para dar atenção a ela e ao pequeno Matheus, filho de Carine, com o intuito de evitar que o Estado o tome da mãe. Essa situação nos permite captar com mais plenitude as dimensões múltiplas da violência contra a mulher quando ela se encontra no cruzamento complexo de interseccionalidades espaciais. Podemos dizer algo semelhante sobre a tentativa do ex-marido de Charlene de retirar o filho dela, acrescentando aqui que as imagens de controle também podem servir, nesse caso, para punir as mulheres negras quando assumem posturas de enfrentamento às relações de dominação.

A abordagem transescalar das relações de poder imbricadas na produção do espaço na ocupação Rosa Leão implica não negligenciar algumas dimensões que apareceram nos debates. Um número expressivo das mulheres participantes de todas as modalidades interlocução (reuniões, oficinas, conversas, etc.) relataram terem chegado à ocupação, após terem se desvincilhado de relações violentas com seus ex-parceiros. Estes, por sua vez, muitas vezes não aceitavam o término do relacionamento. Isso exigiu delas a saída da casa com os filhos e, por ausência de alternativas, as ocupações foram, segundo elas, uma opção para recomeçar a vida. No capítulo 1, as narrativas evidenciam duas situações nas quais os ex-companheiros foram atrás dessas mulheres para forçar um retorno, o que forçou a criação de estratégias diversas para resistir à violência.

b) Autoconstrução e as relações de gênero

Um desafio adicional das mulheres da Ocupação Rosa Leão diz respeito à autoconstrução. Dada a divisão sexual/racial do trabalho os construtores das cidades são homens negros e pobres, tendo em vista a precariedade de condições reservadas à construção civil (LIMA, 2012). Esse trabalho segue sendo exercido por homens negros e pobres, sob condições de trabalho precárias e embrutecedoras, em função dos vínculos empregatícios e da técnica de construção predominante

(SANTANA; OLIVEIRA, 2004). Nessas condições é que os homens adquirem os conhecimentos básicos que subsidiam a autoconstrução nas favelas e nas ocupações urbanas.

As mulheres negras ocupam um espaço diferente na divisão sexual/racial do trabalho, como empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras e cuidadoras (MARCONDES, 2013), o que implica que os conhecimentos básicos à construção da própria moradia não advêm do espaço laboral. Isso dificulta que as mulheres consigam ter autonomia sobre a decisão do projeto da casa, uma vez que não são reconhecidas como sábias o suficiente para tomar decisões sobre o espaço. Isso acontece também quando não há figuras masculinas no interior do núcleo doméstico. A opção do mutirão parece ser ainda bastante utilizada pelas mulheres, algo que é combinado com uma remuneração simbólica de pedreiros moradores da comunidade ou da família.

A disparidade de conhecimentos entre homens e mulheres nesse campo gera relações propícias ao abuso, seja pelo ato de “morcegar”, ou seja, enrolar para realizar o trabalho, seja para tirar proveito da situação para forçar relações sexuais com a mulher. Essas questões ficaram evidenciadas na oficina de autoconstrução para mulheres, relatadas no capítulo 1.

As oficinas evidenciaram como dimensões das relações de gênero são reconfiguradas a partir do processo espacial, evidenciando relações de abuso que não são evidentes fora de uma análise interseccional espacial. Por outro lado, nesses contextos, a autoconstrução se converte em um processo de construção de autonomia para as mulheres.⁹²

Finalizando a abordagem de Massey (2005) do espaço como abertura, como reconhecimento da pluralidade de trajetórias possíveis, a produção do espaço rompe a ideia de uma história linear, do progresso, e problematiza a defesa de uma inevitabilidade dos processos, por exemplo, o da globalização. Segundo a intelectual, os discursos que defendem a inevitabilidade da globalização costumam explicar as diferenças entre os países ao redor do mundo com uma divisão entre países atrasados e avançados, ou entre países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos.

⁹² A arquiteta Carina Guedes desenvolve um belíssimo trabalho de assessoria técnica para mulheres em contextos de ocupação, o Arquitetura da Periferia. Uma descrição desse processo pode ser encontrada em sua dissertação de mestrado: Mendonça, Carina Guedes (2014). Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

Assim, aqueles países que estão “atrás” seguirão inevitavelmente a liderança dos países que estão “à frente”. Àqueles é necessário dar alguns impulsos (“gentilmente” oferecidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, às custas de submissão frente aos pacotes de austeridade) para chegarem a ser os primeiros. Embora haja muitas críticas à globalização, Massey afirma que uma problematização menos frequente é a de que esse discurso traz um truque, que transforma a geografia em história, espaço em tempo. Ao fazê-lo, os agentes do discurso parecem oferecer uma descrição do mundo, mas na verdade estão operando um projeto político de forjar o mundo dessa maneira. Além disso, “essa cosmologia de ‘apenas uma narrativa’ oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço. Reduz a coexistência simultânea para colocar todos na fila histórica” (MASSEY, 2003: 05).

O discurso do progresso e da “fila histórica” constrói os interesses daqueles colocados em posição de privilégio, apresentando-os como a única realidade possível. Esse discurso busca impor, por exemplo, que o Quilombo de Mangueiras é algo de um passado a ser superado. Ao fazê-lo, opera-se um projeto do Vetor Norte, que desconsidera o quilombo em suas demarcações. Em contrapartida, a Izidora se tornou uma estratégia de presentificação da existência de territórios negros, ancestralmente ocupados como parte das múltiplas construções possíveis de cidade. Raquel Rolnik (1989) chama atenção para a importância de demonstrar a existência de territórios negros específicos na cidade, com histórias e tradições próprias, construídas pelo povo negro, no passado e no presente. Esses territórios se construíram a partir de dinâmicas de “segregação racial, discriminação e dominação branca nessas sociedades que resultam na marginalização e estigmatização do território negro”. Por outro lado,

ao falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum [...] foi também no interior dessa arquitetura totalitária que floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras. (ROLNIK, 1989: 02)

Um outro indício dessa aproximação com a ideia de territórios negros pode ser vista na presença de quintais nas construções, com cultivos relacionados à alimentação e à cura, como salsinha, cebolinha, tomate, hortelã, guaco e arruda. Este último é, em geral, cultivado na entrada da casa, pelas suas propriedades de proteção contra maus-olhados. Para Gomes (2012), essa é uma prática característica dos negros e se sustenta em uma lógica diferente daquela constituída na Europa, baseada na separação entre jardins e quintais.

Muitos são os espaços dos pobres e negros que continuam unindo o que a natureza não fragmentou: a diversidade biológica, cultural e a magia. As plantas ladeiam as casas nas áreas rurais e urbanas sugerindo que o projeto de separar jardins de quintais dificilmente teve sucesso nos espaços da cultura negra, indígena e nas hortas femininas. (GOMES, 2012: 145)

Eu, depois que eu passei a morar aqui eu também fiquei mais animada, eu era muito quieta, eu fiquei mais animada. Tenho minhas hortinhas, faço minhas horta, planto minha mandioca, planto milho, verdura, bananeira, cana, tudo eu tenho um pouco. De cada um eu tenho um pouquinho, nem que for um pé só, mas eu tenho. Isso aí que é minha felicidade, porque a gente viver na cidade grande, a gente viver tudo do supermercado e da verdureira, se a gente não tiver um pedacinho de terra pra plantar um pezinho de couve pra gente comer um folhinha de vez em quando, natural, uma cebolinha, esses trem, então eu aqui estou feliz por isso. (Delicia)

O discurso da fila histórica e do progresso parece ser aquele que impõe uma forma de morar, um projeto único de habitação popular, como aquele anteriormente proposto pela Operação Urbana do Isidoro. Tal concepção ameaça com espaços coletivos com uma forma única de pensar a urbanização (FRANZONI; ALVES; FARIA, 2018).

3.1.3 Espaço é abertura

A perspectiva que afirma ser o espaço abertura assenta-se na ideia de que ele é algo que está sempre em processo. Portanto, o espaço nunca é um sistema acabado, ou um container fechado e

encerrado nele próprio. De outra parte, lembramos que a interseccionalidade é um processo espacial, que se dá nos, pelos, sob e entre os corpos. O espaço é construído por conexões e ligações que estão em vias de serem feitas. Desse modo, o surgimento de novos mundos é uma possibilidade que está colocada. Não há garantias de que aquilo que aconteceu até agora siga ocorrendo. O espaço como abertura é um campo de disputa, que opera conforme relações desiguais de poder. Para Massey (2003), essa concepção de abertura e possibilidades não equivale ao relativismo. A autora chama atenção para o fato de

o reconhecimento de que tudo está constitutivamente em processo de nenhuma forma implica – ou não deveria implicar – a celebração da mobilidade em oposição à estabilidade, do transitório ao invés do estabelecido, do escapar ao invés de se comprometer. Mobilidade é a música mais pedida de nossos tempos. Mobilidade, nomadismo, fluxos: o espaço de fluxos substitui o espaço de lugares; redes ao invés de territórios. Mas essas são descrições (precisas ou não), não prescrições. Princípios gerais como esses serão, de qualquer forma, problemáticos. Para o mundo específico estruturado por desigualdades importa quem se move e como você se move. Nomadismo é também o mantra neoliberal: o capital financeiro está constantemente circulando; a fábrica talvez tenha desaparecido durante a noite. (E o que falar sobre os direitos dos migrantes?). A ênfase nos tempos do espaço é um lembrete sobre o co-agenciamento. O que reme muito mais a um desafio espacial e, por isso, levanta a questão da negociação. (MASSEY, 2003: 04, tradução própria)

Portanto, Massey não está celebrando a livre circulação e tampouco deixando de lado as desigualdades de poder que constituem todas as relações. A intelectual parece estar nos lembrando que, embora a disputa sobre a produção do espaço não ocorra em condições de igualdade, isso não define automaticamente o seu resultado, ainda que nos faça evidenciar nos contextos a operação dos diversos domínios de poder.

No caso da Izidora, é possível perceber que as estratégias em rede e transescalares possibilitaram, até o momento presente, a permanência das moradoras no território, em que pese a forte pressão empreendida pelos interesses do capital imobiliário e da oligarquia latifundiária. Nesse sentido, há algo de incomensurável na produção daquele espaço, embora haja uma disparidade de força entre as ocupantes e os proprietários de terra associados aos beneficiários e agentes dos

megaprojetos. A Operação Urbana do Isidoro não foi extinta e a promessa de regularização fundiária e garantia de acesso aos serviços básicos até agora são apenas palavras. Permanecer não é suficiente. Os domínios de poder interseccionais seguem operando e gerando efeitos de negação de direitos, criminalização e invisibilização. Contudo, a unidade e a construção comunitária, anteriormente forjada nos processos de resistência ao despejo, não estão asseguradas para os processos futuros.

Massey se pergunta como podemos especular sobre os diversos espaços para esses tempos abertos, em busca de uma imaginação alternativa (MASSEY, 2005: 13). Na esteira do que vivenciamos na Rosa Leão, interessa entender quem se move e como nós nos movemos. Traçar um mapa dos agentes e seus interesses vale pouco se não nos posicionamos. Conforme dito anteriormente, a perspectiva situada coloca a questão da responsabilidade perante o espaço e o comprometimento do conhecimento, sobretudo em um contexto marcado por desigualdades.

A perspectiva situada e parcial, conforme argumentado anteriormente com Haraway (1995), é aquela que mais se aproxima da objetividade, pois atrela o sentido da visão à responsabilidade de gerar práticas de visão localizadas e posicionadas, seja com as ocupantes, seja com a rede de apoio, com a oligarquia ou com o capital imobiliário, ou com outros posicionamentos que disputam a produção do espaço. A objetividade está inserida no gesto de construir estratégias a partir da abertura do espaço, conferindo aos olhos presença e corporeidade, no sentido de construir o que Haraway chama de política de posicionamentos. Uma visão encarnada, interessada e comprometida, e não uma visão distanciada, é a que se aproxima da objetividade. Ao afirmar isso, nos colocamos no campo das disputas comprometidas com possibilidades de futuro.

Nas histórias do capítulo 1, o comprometimento de uma visão do espaço como abertura se expressa de maneiras diversas. O ato de ocupar o terreno implica uma aposta em que permanecer é uma possibilidade. A mesma aposta implica o esforço em construir. A estratégia jurídica de deslocar o centro da ação da necessidade de demonstrar a importância de garantir o direito à moradia para outra que demonstrava que a vida de crianças e adolescentes estaria em risco com a realização do despejo, mostra a presença da visão na disputa do espaço. Podemos dizer o mesmo

com a estratégia do Estado-Capital-Oligarquia em transformar o projeto a ser implantado na área, inclusive os conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida. E o que dizer da chuva de panfletos derramados de helicópteros policiais, transformando as ocupações em um cenário de guerra?

Por outro lado, um desafio que se coloca para essa perspectiva é não perder de vista a transescalaridade do espaço - do local ao global (MASSEY, 2005). Ações judiciais e grandes marchas coexistem com ações de reprodução da vida cotidiana, atividades diversas de consolidação da comunidade, acontecimentos na escala de uma pessoa. O Estado-Capital-Oligarquia também não é uno e indivisível, sendo que, no interior do bloco – mesmo dentro de cada um – há conflitos e contradições.

Nesse sentido, não há uma visualização imediata dos lugares cruzados pelas opressões interseccionais. Esse tipo de visão demanda instrumentos de mediação entre diferentes pontos de vista. Para Haraway (1995: 19), somente aqueles que ocupam posições dominantes – acrescentamos, na matriz de dominação – aparecem como não marcados, descorporificados, universais, como na narrativa do *descobrimento*. Branquitude, capital e patriarcado conjugados não parecem posições. Portanto, somente podem ser vistos de maneira crítica e objetiva quando desalojados desses lugares naturalizados.

3.2. Geografias de poder

Para finalizar essas reflexões, gostaríamos apenas de enfatizar algumas questões que dizem respeito ao tema do poder e das relações entre a ocupação como um espaço segregado e o conjunto do espaço urbano. Ao aprofundar-se sobre as investigações entre espaço, poder e formas comunitárias de ação, Massey (2013) parte das seguintes premissas. Em **primeiro lugar**, conforme já dito, o espaço social é produzido por práticas desenvolvidas tanto no nível íntimo – o que Collins (2000) chamaria de domínio interpessoal – como no nível de cidade, do país, do globo. Em **segundo lugar**, que decorre do primeiro apontamento, a forma do espaço contribui para a construção da sociedade. O espaço não é resultado, mas um elemento ativo. Seguindo a

abordagem da intelectual, a concentração de poder em um lugar dificulta a democracia em seu conjunto, como expressa a divisão centro/periferia que constitui o espaço urbano. A dificuldade que uma pessoa periférica tem para entrar em um museu ou em um edifício público não só reflete marginalidade desse indivíduo, como a cria e a mantém (MASSEY, 2013). Essa dificuldade parece expressar as *fronteiras invisíveis*, criadas do cruzamento interseccional das opressões, que constitui certos espaços como pertencentes à branquitude economicamente privilegiada. hooks expressa com maestria essas fronteiras, ao afirmar:

Estar na margem é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal. Como americanos negros morando em uma pequena cidade do Kentucky, os trilhos da ferrovia eram um lembrete diário de nossa marginalidade. Ao longo desses trilhos havia ruas pavimentadas, lojas em que não podíamos entrar, restaurantes em que não podíamos comer e pessoas que não podíamos olhar diretamente na cara. Através desses rastros havia um mundo em que poderíamos trabalhar como empregadas domésticas, como zeladores, como prostitutas, desde que tivessem capacidade para trabalhar. Nós poderíamos entrar nesse mundo, mas não poderíamos morar lá. Sempre devíamos voltar para a margem, para cruzar os trilhos até os barracos e abandonar as casas nos limites da cidade. [...] Vivendo como nós - no limite - desenvolvemos uma maneira particular de ver a realidade. Nós olhamos tanto de fora quanto de dentro para fora. Concentramos nossa atenção no centro e também na margem. Nós entendemos os dois. Este modo de ver nos lembrou da existência de um universo inteiro, um corpo principal composto de margem e centro. [...] Essa sensação de integridade, impressa em nossa consciência pela estrutura de nossas vidas diárias, nos proporcionou uma visão de mundo oposta - um modo de ver desconhecido para a maioria de nossos opressores, que nos sustentou, nos ajudou em nossa luta para transcender a pobreza e desespero, fortaleceu nosso senso de identidade e nossa solidariedade. (hooks, 1990: 149)

As *fronteiras invisíveis* são aqui consideradas como separações, nem sempre formais, no território urbano, que limitam a circulação e definem espaços segregados por classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros. Embora o planejamento urbano seja um importante instrumento para gerar segregações desse tipo (MUXI, 2009; GONZAGA, 2011; PÉREZ SANS, 2013, HAYDEN, 1980), a perspectiva interseccional chama atenção para a transescalaridade dos domínios de poder que atuam na produção do espaço. Isso quer dizer que essas fronteiras são construídas por dimensões diversas. “Enquanto um jovem negro pode ser expulso da cidade formal por meio da

estigmatização ou pela vigilância policial sobre seu corpo mulheres negras são aceitas, no entanto somente em posições sociais de subalternidade”. (ALVES, MORENO, RAMOS, 2014: 14, tradução própria)

A partir de sua própria experiência, hooks (1990) expressa aqui não só as *fronteiras invisíveis* do espaço urbano e o funcionamento da dicotomia centro/periferia – que, como já discutimos, gera efeitos de reificação do espaço – mas como as relações de poder constituintes do espaço têm efeitos na subjetividade, no reforço e na ressignificação de certas identidades e visões de mundo. As relações de opressão – não poder acessar certos lugares – e de ativismo – criação de uma visão que permita transcender a pobreza e o desespero – estão em relação imbricada com o espaço.

Em **terceiro lugar**, Massey aponta que o espaço é em si mesmo reino do poder social. Por isso, o espaço também se constrói pelo poder.

Essas três dimensões sustentam o que a autora chama de geografia de poder, o reconhecimento de que o espaço é constituído por relações de poder tal como, em sentido oposto, o poder sempre tem uma forma espacial, uma geopolítica.

Massey convida-nos a observar como a desigualdade regional se expressa em uma desigualdade de voz política. Alguns, localizados em certos espaços, mandam mais do que outros e, por conseguinte, impõem mais facilmente seus interesses. Seria inimaginável, por exemplo, uma operação de cerco policial aos moldes do que ocorreu na Izidora, apelando para a retirada dos moradores do Belvedere III, uma ocupação irregular de condomínios de classe alta na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte, muito embora a construção em questão gere, até os dias de hoje, graves danos ambientais à cidade.⁹³ Não obstante, há uma enorme luta pelo reconhecimento dos

⁹³ Para mais informações sobre o caso do Belvedere III, HILGERT, KLUG, PAIXÃO (2004). A “criação” do Bairro Belvedere III em Belo Horizonte: inovação espacial, valorização imobiliária e instrumentos urbanísticos. Em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A070.PDF> . Acesso em: 20/03/2018 e AMORIM (2007). Belvedere III: Um estudo de caso sobre a influência do mercado imobiliário na produção da paisagem e espaço urbanos (dissertação). Em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/680789.pdf> . Acesso em: 20/03/2018.

bairros pobres e periféricos como partes integrantes da cidade. Para Massey (2013), enfrentar essa geografia implica aprofundar a democracia em geral.

Conforme insistimos, as relações de poder que produzem o espaço são interseccionais, operando, portanto, nas dimensões de raça, classe, gênero, sexualidade e outras. A Operação Urbana do Isidoro é racista porque busca avançar sobre o território quilombola, porque busca apagar os vestígios da presença negra – cujo corolário é a imposição da identidade Isidoro – pois é um mecanismo de desposseção das ocupações urbanas e porque simboliza a consolidação da propriedade da oligarquia dos Werneck, em que se pese os vários indícios de grilagem das terras das famílias negras. Nesse sentido, os determinantes de classe não são suficientes para o debate com o contexto situado (FRANZONI, ALVES, FARIA, 2018).

Outros autores (HOLSTON, 2008; VARGAS e ALVES, 2010) têm apontado como as segregações espaciais refletem e, ao mesmo tempo, criam regimes diferenciados de cidadania. Ancorados em uma pesquisa situada sobre a violência urbana na cidade de São Paulo, Vargas e Alves (2010) formulam a existência de regimes racializados de cidadania, que definem quem é ou não cidadão a partir de parâmetros interseccionais de raça, classe e gênero. “Esses seriam os parâmetros para definir o acesso a oportunidades econômicas e sociais, além do acesso à direitos” (VARGAS E ALVES, 2010: 06, tradução própria).

De acordo com essa abordagem, “a distribuição desigual de equipamentos públicos na cidade, mais a dificuldade de acesso à escola, aos postos de saúde, aos espaços de lazer, ao transporte de qualidade são parte da violência estatal, que compõem uma política de deixar morrer” (ALVES, 2013, tradução própria). A ausência de política habitacional digna e os impedimentos de realizar-se plenamente na cidade fariam parte dessa mesma política.

No presente capítulo buscamos construir um espaço de contribuição, partindo do caso situado da Ocupação Rosa Leão, do acúmulo teórico do feminismo negro e a construção da interseccionalidade, pelas trilhas deixadas por Doreen Massey em sua conceituação sobre o espaço. Com isso, esperamos demonstrar que a construção das histórias da ocupação passou pela construção da aposta na interseccionalidade como processo espacial.

Com essa aposta, buscamos evidenciar que o espaço é constitutivo de raça, gênero, classe e que, simultaneamente, redefine todas essas categoriais em realizações situadas. Esse processo também se desenvolve em relação à matriz de dominação mais ampla, que coloca permanentemente as desigualdades de poder como partes constitutivas das geografias e das identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fechamento deste texto mantém meu pensamento inquieto. Deixo o lugar na frente da tela do computador, minha morada nos últimos meses e penso no que fica desse esforço. Continuo com muitos problemas. Para Haraway (2016) permanecer com o problema requer o aprendizado de sermos verdadeiramente presentes, como criaturas mortais entrelaçadas em inúmeras configurações inacabadas de lugares, tempos, assuntos e significados.

Entre as tramas dos meus tecidos, cosidos com o tecido de outras, busquei contar as histórias da Ocupação Rosa Leão, conectando-a a uma rede ancestral de resistências no Vetor Norte, protagonizadas por mulheres negras. Com isso, busquei problematizar a ideia de uma história única para a Ocupação e ao mesmo tempo mostrar que a resistência são as resistências. A manifestação na MG-10 atravessa o cotidiano da Ocupação assim como a morte do filho, a negação da matrícula na escola, a chuva que leva a telha, a comida esquentada no fogãozinho de tijolo. Produz o território e produz gente.

Sob outra perspectiva, as estratégias em rede, a presença dos movimentos, as “Jornadas de Junho” e a construção da Resiste Izidora apontam para a importância da transescalaridade da luta. Não se trata de um processo em detrimento de outro, mas do encontro potente das agentes comprometidas com os processos situados.

Uma vitória não é uma vitória. Resistir ao despejo é apenas um dos vários processos de luta. Por isso, considerar o espaço como inter-relacionado, múltiplo e aberto não significa negligenciar as enormes desigualdades de poder e privilégio aqui e agora. Em todos nós, há posições distintas de opressão e privilégio. No entanto, os mais privilegiados se impõem e constroem permanentemente suas redes, transformando os espaços em superfícies.

Nesse sentido, a aposta na perspectiva do feminismo negro implicou considerar a importância do deslocamento da visão dessas questões para aquele construído historicamente pelas mulheres negras. Como busquei argumentar, não se trata de uma perspectiva essencializada das sujeitas

marginalizadas, mas apenas de evidenciar que as experiências dessas mulheres, por serem marcadas por experiências de racismo, sexismo e opressão de classe – e outras – podem servir como uma localização social específica para examinar pontos de conexão entre múltiplas epistemologias (COLLINS, 2000: 270).

Essas epistemologias contribuíram para formar os instrumentos de visão para seguir as trilhas das narrativas da Ocupação Rosa Leão, além de evidenciar que as relações se constituem em cruzamento com diversas dimensões de opressão e resistência. Assim, foi preciso desestabilizar as questões de classe e os arranjos econômicos como o único modelo de explicação possível para o conflito da Izidora, ao qual a Ocupação está implicada. Construir essa proposta também exigiu o esforço de problematizar a posição de colocar gênero e raça, apenas como citações obrigatórias, sugerindo-as como relações transversais.

Por fim, a aposta na interseccionalidade como ferramenta espacial implicou no reconhecimento de que o diálogo com o contexto situado da Ocupação Rosa Leão deve ter em conta a complexidade da formação das identidades e seus cruzamentos, pensando não somente como gênero forma raça, raça forma classe, etc., mas também como essas categorias formam o espaço, ao mesmo tempo em que o espaço as atualiza em realizações situadas. Subjaz um reconhecimento radical de que os contextos, ou as realizações situadas são constitutivos de gênero, raça, classe e outros, e que a produção do espaço é a produção simultânea de subjetividades marcadas.

Embora aponte para a disputa no campo do conhecimento crítico, esse esforço não se propõe a construir modelos de como as ocupações e periferias devem ser analisadas. Não se trata de qualquer reivindicação de uma esperteza acadêmica particular, mas do caminho traçado por essa pesquisa, movido pela indignação com as opressões que seguem atravessando a produção do espaço.

Collins (2000) chama atenção que a existência do pensamento negro-feminista sugere que sempre há escolha e poder para agir, não importa quão sombria a situação possa parecer. Ver o mundo como em formação levanta a questão da responsabilidade individual pela promoção de mudanças. Também mostra que, enquanto o empoderamento individual é fundamental, somente a ação

coletiva pode efetivamente gerar a transformação institucional duradoura necessária para a justiça social.

Talvez toda essa escrita tenha como objetivo mostrar para mim mesma que o mundo está em aberto e vale a pena o compromisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ROSA, Maria Laura de (2010). *O Zilah é logo ali, o Zilah é bem aqui*. Belo Horizonte: EMPDA
- Alvarez, Sonia (2014). *Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*. Em: *Dossiê o gênero da política: feminismos, Estado e eleições*. Cadernos Pagu (43), janeiro-junho de 2014:13-56.
- Alves, Jaime Amparo; Moreno, Vicenta; Ramos, Brenda (2014). *Notas preliminares para un análisis interseccional de la violencia en el Distrito de Aguablanca (Cali-Colombia)*. Serie Documentos de Trabajo del CIES. Numero 5, maio 2014. Centro de Investigaciones CIES Cali Colombia
- Augusto, Geri (2016). *Transnacionalismo negro: a encruzilhada de amefrican@s*. Em: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 25-38, jan./abr. 2016
- Bedê, Mônica Maria Cadaval (2005). *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993 / 1996*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências.
- Benjamin, Walter (1940). *Sobre o conceito de história*. Em: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v. 1). P. 222-232.
- Bittencourt, Rafael Reis (2016). *Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 15)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Urbanismo.
- Bizzotto, Luciana Maciel (2015). *#RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.
- Campos, Andreilino (2007). *Do Quilombo à Favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carneiro, Sueli. (2003) *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora.
- Collins, Patricia Hill (2000). *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2nd ed., 2000.

_____. (2016). *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Em: Revista Sociedade e Estado, volume 31, número 1, pp. 99-127, Janeiro/Abril de 2016.

Costa, Emília Viotti da (2010). *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Crenshaw, Kimberlé (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. Em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774> Acesso em: 12/04/2018

_____. (1993). *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Stanford Law Review. Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

Curiel, Ochy (2007). *Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista*. Em: Revista Nomadas, Numero 26, Abril 2007, Universidad Central de Colombia.

_____. (2009). *Las paradojas de la política de la identidad y de la diferencia*. Em: *Derecho, interculturalidad y resistencia étnica* / eds. Diana Carrillo González, Nelson Santiago Patarroyo Rengifo - Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. Instituto Unidad de Investigaciones Jurídico-Sociales Gerardo Molina (UNIJUS), 186 p.

_____. (2010). *Hacia la construcción de un feminismo descolonizado*. Em: Yuderkys Espinosa Miñoso, *Aproximaciones Críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*, 2010.

Davis, Angela (2016). *Mulher, Raça e Classe*. 1ª edição. Boitempo Editorial: São Paulo.

Emmerick Seabra, Joana, Prandini Assis, Mariana (2016). *Transformando desde as margens: Uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano*. Em: Revista Direito e Práxis 2016, nº7. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350944882016> Acesso em: 20/02/2018.

Evaristo, Conceição (1996). *A noite não adormece nos olhos das mulheres - em memória de Beatriz Nascimento*. Em: Cadernos Negros, vol. 19. São Paulo: Quilombhoje .

_____. (2007) *Da grafia-desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento da minha escrita*. Em: *Representações performáticas brasileiras: teóricas, práticas e suas interfaces*. Marcos Antônio Alexandre (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21.

Franzoni, Julia Ávila (2018). *O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

Franzoni, Julia; Alves, Natália; Faria, Daniela (2018). *As bruxas da Izidora: feminismo e acumulação por despossessão*. Em: *Cidade, Estado, Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*/ organização de Raquel Rolnik et al. São Paulo: FAUUSP.

Freitas, Luiz Fernando Vasconcelos de (2015). *Do Profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

Gonzalez, Lélia (1984). *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244.

_____. (1988). *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*. Brasília: Jornal Raça & Classe.

_____. (1988a). A categoria político-cultural de amefricanidade. Em: *Tempo Brasileiro*. Nº 92/93 (jan/jun). Rio de Janeiro. P. 69-82.

_____. (1988b). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141.

Harding, Sandra (1987). *Is There a Feminist Method?*. Em: *Feminism and Methodology*, ed. Sandra Harding, 1–14. Bloomington: Indiana University Press.

_____. (1993). *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. Revista Estudos Feministas, vol. I, nº 1, pp.7-32.

hooks, bell (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 1ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

_____. (2015) *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Título original do capítulo 1 de *Feminist theory: from margin to center* (2000, 2ª edição). Direitos autorais concedidos pela Cambridge, MA: South End Press. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução por Flávia Biroli. Em: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

_____. (1990). *Yearning race, gender and cultural politics*. 2ª edição. Boston: South and Press.

Houri, Luciana Felicíssimo (2008). *Políticas de produção de moradias e segregação residencial - Belo Horizonte - 1986 a 2000*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Isaiás, Thaís Lopes Santana (2017). *Mulheres em luta: feminismos e direito nas ocupações da Izidora*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

- Lourenço, Tiago Castelo Branco (2014). *Cidade Ocupada*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Urbanismo.
- Massey, Dorren (2005). *For space*. 1ª edição. Londres: Sage Publications.
- _____. (2003). *Some times of space*. Em: Olafur Eliasson: *The weather project*, p.107–118. London: Tate Publishing, 2003.
- _____. (1990). *Flexible sexism*. *Environment and Planning Society and Space*. volume 9, pg. 31- 57
- Mara, Lisandra (2018). *Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Urbanismo.
- Monagreda, Johanna (2017). *Desafios à investigação a partir do paradigma interseccional*. Em: *As várias faces da sujeição humana: desigualdade, trabalho e interseccionalidades de gênero e sexualidade*. Anais do II Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero – 1ª Edição Internacional. Vol I
- Mouffe, Chantal. (2003). *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo*. *Política e Sociedade*, 1 (3), pp. 11-26, Trad. Kelly Prudencio, Florianópolis
- Nascimento, Maria Beatriz (1982). *Kilombo e memória comunitária – um estudo de caso*. Rio de Janeiro, Estudos Afro-Asiáticos 6-7, pp. 259-265.
- Ratts, Alex (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Ribeiro, Djamila (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rufino, Luiz (2018). *Pedagogias das encruzilhadas*. Em: *Revista Periferia*, v.10, n.1, p. 71-88, Jan./Jun. 2018
- Silva, Jailane Pereira da (2016). *Direito e reine gewalt no limiar do pensamento: com a tradição dxs oprimidxs por um real estado de exceção*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.
- Vargas, João Costa, Alves, Jaime Amparo (2010). *Geographies of death: an intersectional analysis of police lethality and the racialized regimes of citizenship in São Paulo*. *Ethnic and Racial Studies*, 33:4, 611-636
- Vigoya, Mara Viveros (2016). *La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación*. *Revista Debate Feminista*, 52, Universidad Autónoma de Mexico.

_____. (2008). La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. Em: Gloria Careaga (org.) *Memorias del 1er. Encuentro Latinoamericano y del Caribe La sexualidad frente a la sociedad*. México, D.F.